LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RECORTES
DA CONJUNTURA MUNDIAL

VOL III, Nº 1 | **JUL** DE 2025

LEHC

RECORTES
DA CONJUNTURA MUNDIAL

VOL III, Nº 1 | JULHO DE 2025

LEHC

Editores

Carlos Eduardo Martins, Joana das Flores Duarte e Wilson Vieira.

Comité Executivo

Lenin Conrado, Luis Miguel Gomez, Marina Gama Coutinho, Pedro Bordinhão e Pedro Martinez

Colaboradores

Alice Niffoi, Bernardo Kocher, Bernardo Salgado, Carlos Eduardo Martins, Julio Gambina, Matheus Petrelli, Pedro Martinez, Ricardo da Silva Gomes e Wilson Vieira.

Conselho Científico

Adrian Sotelo Valencia, Bernardo Kocher, Bernardo Salgado, Denise Gentil Lobato, Elias Jabbour, Francisco Lopez Segrera, Gabriel Merino, Gustavo Menon, Javier Vadell, Julio Gambina, Luiz Cesar Ribeiro, Orlando Caputo e Wagner Iglecias.

Edição e Revisão

Carlos Eduardo Martins, Lenin Conrado, Luis Miguel Gomez Cornejo Urriola e Marina Gama Coutinho

Tradução

Luis Miguel Gomez Cornejo Urriola

Projeto Gráfico

Pedro Bordinhão.

Realização

Apoio

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA/UFRJ

RECORTES DA CONJUNTURA MUNDIAL

VOL III, Nº 1 | JULHO DE 2025

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

A RÚSSIA E SUA VIRAGEM GEOPOLÍTICA 9

TRUMP 2.0 E O NOVO DESENHO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE 24

O IMPACTO DA SÍRIA NO CONTEXTO DO ORIENTE MÉDIO CONTEMPORÂNEO 36

A ÍNDIA NO TABULEIRO DAS GRANDES POTÊNCIAS: AS RELAÇÕES COM CHINA, EUA E RÚSSIA NO CONTEXTO DE TRUMP 2.0 47

GIORGIA MELONI E O ATLANTISMO EQUILIBRISTA DA EXTREMA-DIREITA: PONTE ENTRE TRUMP E A EUROPA? 60

UM BREVE RETROSPECTO DA CHINA EM 2024 85

MILEI HÁ MAIS DE UM ANO DE GESTÃO 96

A COLÔMBIA E SUA ENCRUZILHADA HISTÓRICA: O GOVERNO PETRO CHEGA A SEU MOMENTO DECISIVO 101

EQUADOR: SEM VOLTA PARA O FUTURO? 109

FRANÇA: A BUSCA PARA LIDERAR A EUROPA 115

ALEMANHA E REINO UNIDO NO CENÁRIO ATUAL 117

APRESENTAÇÃO

A nova edição da Recortes da Conjuntura Mundial reúne artigos que cobrem especialmente o período da segunda metade de 2024 e os primeiros meses de 2025, inscrevendo-o, em boa parte dos casos, na longa duração do sistema mundial ou da formação social e do Estado ou região em questão.

Carlos Eduardo Martins apresenta a trajetória geopolítica da Federação Russa focando em diversos períodos: o colapso da União Soviética e o surgimento de uma Rússia atlantista; a crescente decepção com o Ocidente que resulta em mudanças políticas e na doutrina Primakov; a ascensão de Putin e do nacionalismo russo; e a reestruturação do poder russo em sua dinâmica estratégica interna ou geopolítica a partir da economia política de sanções e da guerra empreendida pelos Estados Unidos em parceria com a OTAN. Ele destaca o imenso fracasso da tentativa de Biden asfixiar financeiramente, comercialmente, e militarmente a Rússia, que atribui ao avanço das tendências multipolares em curso. Isso dá lugar ao quinto período marcado pela tentativa de Trump renegociar o lugar da Rússia no projeto geopolítico estadunidense para concentrar esforços no cerco à China e impedir a formação de um bloco sino-russo com projeção global. O autor apresenta ainda um artigo sobre os Estados Unidos onde expõe as razões da derrota dos democratas nas eleições de 2024, a reestruturação do projeto de Estado e da política internacional promovida por Trump e as resistências mundiais e internas que dificultam e limitam essa iniciativa e a pretensão de restaurar o protagonismo estadunidense no sistema-mundo contemporâneo. O texto apresenta ainda um pós-escrito sobre a guerra no Irã.

Bernardo Kocher examina as razões e consequências da queda do governo de Bashar al-Assad na Síria relacionando-a com a política subimperialista e genocida executada por Benjamin Netanyahu e o patrocínio pelos Estados Unidos a seus aliados locais para destruir a política antiimperialista exercida por um governo secular. Para isso, utilizaram-se grupos mercenários, variantes do islã político e estimularam-se conflitos étnicos. Para o autor entre as principais causas da derrubada do regime de Assad, que monopolizou o poder político, mas governou com tolerância a diversidade étnico-demográfica, estão a ocupação do território sírio por vários grupos,

a crise fiscal que limitou a remuneração das forças armadas e a crise agrária, associada à migração da população rural, diminuição da produção e à inflação de alimentos que reduziu o apoio popular, ambas provocadas pela guerra civil. O autor aponta as pretensões de remodelação do mapa do Oriente Médio para o estabelecimento do Grande Israel e a conexão de um gasoduto com a Europa através do território sírio como determinantes que atuaram para a queda.

Matheus Petrelli analisa como o Estado indiano interage com as grandes potências na conjuntura contemporânea e destaca a busca de sua autonomia relativa e a ampliação do seu espaço de manobra. Ele revisita conceitos que pautaram a formação desse Estado moderno como o de swaraj e o ahimsa para enfatizar a disposição para negociação da Índia. O autor destaca o movimento pendular da política externa que insere o país tanto no QUAD, quanto no BRICS. Embora rivais históricos, a Índia tem se aproximado da China, enquanto Modi busca estabelecer boas relações com Trump, apesar da crescente ofensiva do presidente norte-americano contra o protecionismo de Nova Delhi, e com a União Europeia, favorecendo uma alternativa à Rota da Seda que a conecta com a Europa através do Oriente Médio. Além do BRICS, a aproximação da Índia com a China tem se revelado no aumento das relações comerciais e financeiras e na presença do país na Organização para Cooperação de Xangai. A Índia tem aprofundado suas relações com a Rússia, tendo desempenhado papel importante na reestruturação do comércio exterior de Moscou.

Alice Niffoi aborda a situação italiana focando em três eixos: os pontos de alinhamento e divergências em economia, estratégia de governo, relações internacionais, gestão dos fluxos migratórios e posições ético-morais afinidades entre a ofensiva impulsionada por Donald Trump, Elon Musk e Georgia Meloni; a situação política interna italiana, com destaque para as tensões entre as correntes de direita que atravessam a coalizão governista e ameaçam enfraquecer a liderança de Meloni; e as reações da Europa diante do giro da política externa de Trump 2.0, que recolocam para a região a questão do rearmamento e do enfrentamento da marginalização política.

Bernardo Salgado Rodrigues investiga a construção da economia do projetamento e o desenvolvimento da política internacional na China destacando temas como a transição energética, as estratégias de desenvolvimento tecnológico e seus resultados, os avanços no domínio do espaço e da inteligência artificial, as disputas geopolíticas com os Estados Unidos sobre Taiwan, o controle das cadeias de valor e o desenho da ordem mundial.

Julio Gambina analisa o governo Milei, ultrapassado o seu primeiro ano, assinalando as dimensões reacionárias e destrutivas do seu ultraneoliberalismo antipopular e de profundo viés autoritário, que constitui um prolongamento das contrareformas neoliberais estabelecidas durante a ditadura genocida de 1976-1983. O autor descreve a estratégia macroeconômica de Milei, centrada no combate à inflação,e em políticas fiscais e cambiais que promoveram enorme transferência de renda e riqueza para os mais ricos, restrição do gasto público e da renda popular, ampliando a pobreza e a desigualdade.

Willyam Viegas destaca o caminho singular seguido pelo governo Gustavo Petro na instável onda progressista que se constituiu na América Latina a partir do fim dos anos 2010. Diferentemente da maioria desses governos que se autolimitaram aos mecanismos institucionais parlamentares, Petro tem recorrido às mobilizações populares para aprovar as reformas sociais que pretende implementar, notadamente no caso da reforma trabalhista, o que tem gerado grande oposição na burguesia colombiana e nos setores sob a sua influência. O autor destaca diversos elementos da crise colombiana, as políticas de expansão do mercado interno e os principais componentes da política externa de Petro como a defesa da Palestina, a ruptura diplomática com Israel, o confronto com a política de deportações e sanções de Trump, e as dificuldades de implementação da política de paz total. Pedro Martinez expõe a crise econômica, energética, política e da segurança no Equador e analisa os resultados eleitorais que mantêm a desigualdade e o subdesenvolvimento no país.

Wilson Vieira assinala a crise política francesa e as dificuldades do país e da Europa para responder à ofensiva do governo Trump e remodelar o atlantismo, vinculando-se ao mundo multipolar e fortalecendo a sua soberania regional. Ricardo

Gomes fecha este número abordando a Alemanha e a Inglaterra. Ele aponta o declínio da coalizão vermelha, verde e amarela, liderada pela social-democracia alemã, atribuindo-o ao seu compromisso com o neoliberalismo e as políticas de austeridade. Este declínio atinge também o partido conservador que pratica políticas similares, ilustrando o que Tarik Ali chamou de extremo-centro, um consenso em torno a políticas de austeridade e neoliberais que une a centro-esquerda e a centro-direita. O desgaste da legitimidade política provocado por este cenário abriu o espaço para a ascensão da extrema-direita que se registrou nas eleições para o Reichstag. O autor indica ainda as mudanças na política externa alemã em curso, produzidas pela nova gestão de Trump, que afetam a sua política de defesa, a relação com a Rússia, o Sul Global e Israel.

Por fim, Ricardo Gomes menciona que a volta dos trabalhistas ao governo do Reino Unido foi resultado do desgaste do compromisso dos conservadores com a austeridade, mas não ensejou nenhuma virada significativa da política pública. Ele relata a reaproximação entre a Grã-Bretanha e a União Europeia em função da aliança contra a Rússia no conflito da Ucrânia.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2025

Carlos Eduardo Martins, Joana das Flores Duarte e Wilson Vieira,

Editores.

A RÚSSIA E SUA VIRAGEM GEOPOLÍTICA

Carlos Eduardo Martins *

O Colapso da União Soviética e o surgimento da Rússia atlantista

Entre as razões do colapso da União Soviética podemos destacar a nova estratégia econômica e militar dos Estados Unidos adotada a partir do governo Reagan, que reorientou o padrão de acumulação do capitalismo mundial, drenou a circulação de capital do setor produtivo para o financeiro, impulsionou nova corrida armamentista por meio da dívida pública norte-americana, rebaixou as taxas de crescimento per capita da economia mundial à metade do que exibiram nos anos dourados do pós-guerra e rebaixou drasticamente os preços do petróleo. Tal diretriz impactou profundamente as economias socialistas da União Soviética e do Leste Europeu. O Leste Europeu havia se endividado pesadamente com a banca internacional aproveitando-se da conjuntura de taxas de juros negativas dos anos 1970 para impulsionar os seus projetos de modernização, e a União Soviética foi afetada diretamente pela queda do valor de suas exportações, fortemente atreladas aos hidrocarbonetos, e pela pressão para responder às crescentes tensões geopolíticas aumentando os seus gastos militares, enquanto os Estados Unidos financiavam os seus com empréstimos internacionais lastreados em sua própria moeda. Além disso, o princípio de solidariedade, que a levava a redistribuir excedentes econômicos do centro às periferias para a manter a unidade política das repúblicas soviéticas, do bloco socialista no Leste Europeu e do espaço socialista internacional sob sua influência, passou a sofrer crescentes tensões sociais e políticas, à medida que Moscou não conseguia atender a essas demandas e sacrificava o bem-estar russo.

* Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional e do Instituto de Relações Internacionais da UFRJ, editor da Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo e professor visitante no Arrighi Center for Global Studies (2022). Uma versão inicial e mais reduzida deste texto foi publicada em abril de 2025, na Revista Socialismo & Liberdade, dirigida pela Fundação Lauro Campos e Marielle Franco.

O plebiscito sobre a manutenção da União Soviética, realizado em 17 de março de 1991, com 80% de comparecimento dos eleitores registrados, evidenciou que os principais núcleos separatistas vieram dos centros e não da maior parte de suas periferias, se excluirmos as do Cáucaso e do Báltico sob influência geopolítica atlantista. Enquanto o resultado geral foi de 77% pelo sim, este alcançou apenas 50% em Moscou e São Petesburgo e mais de 90% nas repúblicas soviéticas localizadas na Ásia. A elite política e burocrática russa decidiu responder às pressões internacionais e internas extinguindo a União Soviética, transitando para o capitalismo ocidental e se apropriando de parte significativa de seu patrimônio público, dando origem às chamadas oligarquias. O resultado da integração da Rússia ao capitalismo neoliberal e à hegemonia estadunidense foi decepcionante: desindustrialização, decrescimento econômico, aumento da desigualdade, queda na expectativa de vida, criação de uma burguesia rentista e mafiosa, perdas de território, de população e de influência geopolítica e submissão a um apartheid velado que impedia a integração do país à Europa.

As pretensões de integração à Europa foram manipuladas e descartadas pelos Estados Unidos e o seu protetorado europeu. A Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OCSE), que Mikhail Gorbachev imaginava poder ser a casa da Europa para estabelecer a cooperação em defesa, ciência e tecnologia, meio-ambiente, comércio, indústria, transportes e cultura, foi relegada a um papel secundário e subordinada ao protagonismo do imperialismo norte-americano e da agenda neoliberal. Essa agenda se estabeleceu com a criação da União Europeia, através do Tratado de Maastrich, muito mais excludente e assinado por apenas 12 países em 1992. A União Europeia incorporou a Comunidade Econômica Europeia, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e a Comunidade Europeia da Energia Atômica, desenhadas para a construção de um protetorado militar dos Estados Unidos na Europa Ocidental durante a Guerra Fria, e seguiu trajetória de expansão muito similar à da OTAN para o Leste europeu após o fim da URSS, evidenciando a sua tutela.

A promessas informais de não ampliação da OTAN para o leste ou as alusões à inclusão da Rússia na União Europeia e na OTAN foram sistematicamente ignoradas. Gorbachev concordou com a unificação da Alemanha, desde que a OTAN não movesse tropas para o lado oriental. Posteriormente, Yeltsin assinou a Ata Fundacional OTAN-Rússia em 1997, onde ambos os lados se declararam não-adversários e comprometidos com a cooperação, segurança e o desenvolvimento de relações mútuas. Assinou ainda, no mesmo ano, o Acordo de Parceria e Cooperação com a União Europeia que resultou na elaboração da Estratégia Comum da União Europeia em relação à Rússia (1999). Este documento saudou o regresso de Moscou à família europeia, afirmou que o seu futuro dependia de suas próprias decisões, e definiu como objetivos o estabelecimento de uma democracia plural e estável e de uma economia de mercado no país eslavo, que beneficiassem a União Europeia e a estabilidade política regional por meio da cooperação com os russos para a promoção da segurança global. Entretanto, a integração da Rússia à União Europeia e à OTAN esbarrou em vários obstáculos: aproximaria os eixos Berlim e Moscou fortalecendo a Europa como um espaço geoeconômico regional projetado sobre o território asiático; e desafiaria a assimetria do poder militar na OTAN em favor dos Estados Unidos, criando as condições econômicas e estratégicas para a emancipação da Europa da tutela norte-americana. Não por outra razão, a expansão foi precedida pela retirada das ogivas nucleares do Leste Europeu por Gorbachev, já com a poio dos Estados Unidos, e estendida por Yeltsin às extintas repúblicas soviéticas.

Os indícios de que a OTAN se expandiria para o Leste Europeu e poderia excluir a Rússia foram se materializando nas discussões no Conselho de Cooperação do Atlantico Norte (1991-1997), em sua intervenção nos conflitos étnicos na antiga Iugoslavia sob forte liderança dos Estados Unidos, no bombardeio às posições servias na Bosnia em 1995 e na publicação do Estudo sobre a Expansão da OTAN (1995), determinando os critérios para adesão de novos membros. Eles foram respondidos pelo governo Yeltsin com a designação de Evgeny Primakov para o cargo de chanceler da Rússia, no lugar de Andrey Kozyrev, entusiasta das reformas de mercado, crítico do nacionalismo e acusado de exercer uma política externa colaboracionista com o atlantismo, omissa sobre os movimentos de expansão da

OTAN e a sua ingerência no conflito iugoslavo, facilitando a liderança e condução dos Estados Unidos.

A Doutrina Primakov

Primakov teve um papel central na reorientação da política externa russa, criando um paradigma de política estratégica que ficou conhecido como doutrina Primakov. Este paradigma se opôs à tese de que houve vencedores e vencidos na Guerra Fria e que a Rússia deveria se associar ao mundo ocidental como um Estado de segundo nível, de forma similar à Alemanha e o Japão após a Segunda Guerra Mundial. Primakov descartou a ideia de superpotências e afirmou que o desenvolvimento e integração da economia mundial tornou o sistema internacional um espaço complexo que só poderá ser gerido de forma multipolar, implicando na reconstrução dos organismos internacionais e regionais. Neste contexto geopolítico haverá lugar para uma Rússia forte, lastreada em seu desenvolvimento científico, cultural e militar e recursos estratégicos, apta a articular parte das ex-repúblicas soviéticas e estabelecer relacionamentos sólidos e equidistantes não apenas com os Estados Unidos, mas também com a Europa, China, Índia, América Latina e o mundo árabe. O fim do conflito entre dois sistemas ideológicos não deve ser substituído pelo conflito entre civilizações, transformando o combate ao terrorismo numa perseguição aos muçulmanos. Ele propôs um triangulo estratégico entre Rússia, Índia e China e reforçou a necessidade da presença de Moscou no Oriente Médio para buscar o diálogo, a paz e impedir o caos. Destacou que a transição para o mundo multipolar exige a cooperação e o diálogo entre todos os polos. Prevendo cenários para o futuro apontou duas grandes possibilidades. A primeira, onde os Estados Unidos resistam ao mundo multipolar e procurem afirmar o unilateralismo, buscando exportar à força o seu modelo liberal de democracia e impor suas decisões não apenas contra os supostos terroristas, mas também contra os regimes desobedientes e situações desfavoráveis. A segunda, onde prevaleça a cooperação entre os distintos polos de poder levando a uma real globalização do mundo, centrada na interdependência financeira, produtiva e política e no desenvolvimento de organismos regionais e multilaterais de decisão. Para Primakov, caso se afirme a primeira alternativa, Rússia,

China e Índia deverão aproximar seus vínculos como forma de resistência resultando em um novo tipo de confrontação pós-Guerra Fria, que não necessariamente culminaria em um novo conflito global, mas que deixaria marcas no mundo todo.

A aposta de Primakov no segundo cenário se revelou na assinatura da Ata Fundacional sobre Relações Mútuas, Cooperação e Segurança entre a OTAN e a Rússia em 1997, que estabeleceu mecanismos de consulta e cooperação, definiu assuntos militares de interesse comum, e indicou que as partes deveriam agir com moderação. Todavia, o ataque da OTAN à República Federal da Iugoslávia em 1999, sob iniciativa dos Estados Unidos, e à revelia do Conselho de Segurança da ONU, colocou em risco a soberania dos demais países de Leste Europeu e precipitou uma onda de adesões ao Tratado do Atlântico Norte, que incluiu imediatamente Polônia, Hungria e República Tcheca. Elas se somaram à adesão da Alemanha reunificada em 1990, negociada com Gorbachev por US$ 5 bilhões e a promessa informal de não estacionar tropas na parte oriental, logo violada. A aposta de Primakov se manifestou também na sua posição frente a crise russa de 1998, em sua curta gestão como primeiro-ministro: contrária à moratória, mas favorável à retomada do controle do Estado sobre setores estratégicos e à reindustrialização da economia russa.

A Ascensão de Putin e do nacionalismo russo

O colapso da economia russa resultou das reformas de mercado, que criaram uma oligarquia financeira. Esse grupo usou o Estado para captar recursos internacionais, privatizar ativos a preços muito inferiores ao valor, controlar setores estratégicos e enviar capitais para paraísos fiscais. A crise foi agravada pela queda dos preços do petróleo, que em 1998 atingiram seus níveis mais baixos da série histórica. A crise russa e a ofensiva dos Estados Unidos e da OTAN sobre a Iugoslavia se saldaram com o desgaste político de Yeltsin, culminando em sua renúncia e na ascensão de Putin, resultando no crescente afastamento da orientação atlantista e liberal em favor da multilateralista, esboçado inicialmente por Primakov. A pretensão de criação de uma república islâmica por grupos extremistas, expulsando os russos do Caucaso, desdobrou-se na invasão do Daguestão pela milicia chechena e em atentados terroristas em Moscou, Buynaksk e Volgodonsk, resultando na 2ª guerra da

Chechênia, comandada por Putin. A guerra, iniciada em 1999, se estendeu até 2009 e foi chave para a massiva votação que alcançou na eleição de 2000, fortalecendo a chama do nacionalismo russo.

O conceito de segurança nacional e a doutrina militar, publicados em 2000, são um importante marco de virada do pensamento estratégico russo. O conceito de segurança nacional apontou a expansão da OTAN para o Leste Europeu e sua resistência à afirmação da Rússia como um dos centros de um mundo multipolar, como as principais ameaças a sua soberania. Indicou como suas principais fontes de vulnerabilidade, que colocam em risco a sua unidade como federação, a desindustrialização provocada pela abertura comercial e financeira sem o adequado planejamento nacional e o mau uso do sistema bancário. Elegeu como prioridades a reindustrialização do país, o restabelecimento do seu sistema científico e tecnológico, a aplicação de tecnologias militares para fins civis e a diminuição da dependência da exportação de recursos naturais e matérias-primas. A doutrina militar designou a segurança como uma estratégia defensiva e a dissuasão nuclear como central para garanti-la, aceitando como último recurso o emprego de armas nucleares contra os ataques massivos que atinjam a Rússia, os seus aliados ou as proximidades de suas fronteiras, ameaçando sua existência, mesmo se restritos ao uso de armas convencionais. A doutrinas militares publicadas em 2010 e 2014 reforçaram essas diretrizes e a última define o emprego de armamento nuclear em guerras regionais ou de larga-escala e o propósito de desescalá-las.

Para impulsionar a recuperação econômica e a redefinição do poder estatal, Putin reestruturou as relações internas. Impulsionou um capitalismo de Estado ancorado na balança de poder entre as elites econômicas (oligarquias) e da segurança (silovikis), para lhe garantir capacidade de mediação, autonomia e centralização política, e articulou a criação de um partido, a Rússia Unida, para lhe dar sustentação. Manteve a pretensão de se engajar com o Ocidente a partir de um Estado forte, o que se manifestou na colaboração logística com a intervenção norte-americana no Afeganistão para combater o terrorismo islâmico, na reestruturação produtiva, e na reforma eleitoral que impôs distritos federais para conter os

movimentos separatistas e acabou com os partidos locais e regionais e a eleição de governadores. Decisiva foi a substituição das oligarquias vinculadas a Yeltsin por uma nova aristocracia econômica para estabelecer um outro padrão de acumulação. Isso implicou em destruir os seus representantes mais resistentes e cooptar os demais para a adesão às diretrizes do planejamento estatal. Berezovski, Gusinski e Khodorkosvski, que possuíam forte apoio estadunidense e ofereciam oposição, perderam os seus impérios econômicos que abrangiam o setor energético, de telecomunicações, automobilístico, finanças ou aviação e foram processados, presos ou exilados.

Putin definiu como chave a reindustrialização do país para desenvolver as campeãs nacionais, tal como sustentou em sua tese doutoral em 1997. Para isso estabeleceu o controle estatal sobre setores e recursos estratégicos, elevou os impostos e promoveu a parceria e forte regulação sobre o setor privado, que apoiou a elite política modernizadora em troca de privilégios e benefícios. Tratava-se de romper com o parasitismo, a evasão fiscal, renacionalizar setores e reverter a fuga de capitais para impulsionar uma Rússia potente, parceira do Ocidente, mas independente em um mundo plural, de cooperação e alianças complexas. Definiu-se como chave para este objetivo o controle estatal sobre os bancos e a alta finança, o petróleo e gás, os gasodutos, a energia nuclear, a indústria naval, a maquinaria pesada, a aviação, as ferrovias, a indústria militar, e a ciência e tecnologia. Se estabeleceu a forte presença em telecomunicações e na promoção da produção de fertilizantes e a parceria com o capital estrangeiro foi estimulada para internalizar tecnologia estrangeira e este se tornou predominante na indústria automobilística, na farmacêutica, no varejo, e na comercialização de alimentos e bebidas.

A forte dependência de importações no setor de alta tecnologia ensejou a criação do projeto Skolkovo, em 2010, com a pretensão de criar um Vale do Silício russo, em associação com empresas estadunidenses e europeias, e da Parceria para Modernização entre Rússia e União Europeia, promovidos por Medvedev, para promover a transferência de tecnologia e a substituição de importações. O expressivo crescimento entre 1999-2006 foi alavancado principalmente pelo segmento de petróleo e gás e reduziu significativamente a pobreza, ampliando as camadas médias.

A Rússia buscou ampliar sua influência como exportadora de energia para a União Europeia e para Ásia e firmou o acordo para a produção dos gasodutos Nord Stream com a Alemanha, em 2005, que contornava os territórios do Leste Europeu e era uma resposta às "revoluções coloridas" e à reação comandada pelos Estados Unidos para limitar a influência geoeconômica da Rússia na Europa e no entorno asiático. A tentativa de cooperação com os Estados Unidos para explorar as imensas reservas de hidrocarbonetos do mar Cáspio se frustrou e deu lugar à competição. A crise de 2008 debilitou a economia russa e a ofensiva norte-americana desdobrou-se na Cúpula de Bucareste da OTAN, que sinalizou a futura adesão de Georgia e Ucrania, na intervenção sobre o Norte da África e o Oriente Médio, no golpe de Estado na Ucrânia em 2014 e nas crescentes sanções aplicadas à Rússia a pretexto da garantir a soberania, estabilidade, integridade e democracia na Ucrania, de retaliar a suposta interferência cibernética nas eleições norte-americanas, de conter a influência russa na Europa e na Eurásia, e de proteger a segurança energética da Europa. Putin criticou fortemente a abstenção de Medvedev no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a intervenção na Líbia e assumiu uma posição independente no Oriente Médio de sustentação do regime de Bashar Al Assad, que o garantiu até 2024, quando teve que focar seus esforços militares na Ucrânia e as forças do Hezbollah em seu confronto com Israel na fronteira do Libano.

A economia política das sanções, a guerra e a reestruturação do poder russo

A projeto de Evgeny Primakov, de uma relação equidistante, cooperativa e multipolar com os Estados Unidos, foi se enfraquecendo à medida que a escalada de tensões com o atlantismo e a economia política das sanções aumentou. A aproximação da Rússia à Europa além de ameaçar sua condição de protetorado estadunidense e propiciar o fortalecimento da Eurásia sobre as ilhas ultramarinas e penínsulas, coloca em risco as pretensões norte-americanas no mercado mundial de armas, serviços de defesa e de petróleo e gás. Apesar das pressões estadunidenses e das ameaças estabelecidas a partir do *Ukraine Freedom Support Act* (2014), de sanções contra os projetos russos de produção e distribuição de petróleo ou às ações da Gazprom que privassem a Ucrânia e a Georgia da oferta de gás, os investimentos

russos continuaram avançando, bem como as conexões com a Europa Central e Ocidental. As exportações russas para Alemanha, Holanda, Itália, França e Polônia saltaram de 23% para 29,7% do total entre 1998 e 2014, conservando-se em 22,3% em 2019. O *Protect Europe Energy Security Act* (2019) imposto por coalizão bipartidária liderada pelo republicano Ted Cruz e a democrata Jeanne Shallen tornaram os gasodutos Nord Stream 2 e TurkStream, que contornavam os territórios da Ucrania ou da Georgia, alvos explícitos, estabelecendo sanções obrigatórias contra empresas e indivíduos vinculados a sua construção. Em janeiro de 2020, o TurkStream entrou em operação, seguido pela conclusão das obras do Nord Stream 2 em setembro 2021. O conflito militar entre a Rússia e a OTAN na Ucrânia tornou-se necessário para impedir a ativação do Nord Stream 2 — inicialmente através da retaliação do governo social-democrata de Olaf Scholz ao reconhecimento da independência de Lugansk e Donetsk em fevereiro de 2022, e posteriormente mediante sabotagem e explosão em setembro do mesmo ano.

A guerra impôs uma forte reestruturação da economia interna e geopolítica da economia russa, e impulsionou a parceria estratégica com a China, anunciada em fevereiro de 2022, por Putin e Xi Jinping. Desvinculou-a significativamente da Europa, dos Estados Unidos e do atlantismo e aprofundou os seus vínculos com a Ásia, o BRICS e o projeto multilateral do Sul Global. Fortaleceu o capitalismo de Estado, o poder relativo dos trabalhadores diante do capital e enfraqueceu as oligarquias. A economia de guerra elevou a tributação do Estado sobre a burguesia, ampliou o gasto público, impulsionou a indústria militar, promoveu a nacionalização de empresas por razões de segurança nacional, criou a escassez de força de trabalho e as condições para elevação dos salários acima da produtividade. As sanções provocaram o efeito inverso ao imaginado pelos Estados Unidos, de asfixia comercial, financeira, social e política da Rússia, resultando em um grande fiasco: produziram a escassez de petróleo e gás no mercado mundial, elevando seus preços; restringiram o acesso das oligarquias russas ao sistema financeiro ocidental, impulsionando a drástica redução da fuga de capitais e a sua repatriação para evitar penalizações externas ou internas; e aumentaram a capacidade de o Estado russo planejar o desenvolvimento por formas indicativas e centralizadas, bem como o seu respaldo político e social.

A Rússia pode reorganizar o seu comércio exterior, manter significativos saldos comerciais, em conta corrente e na conta financeira, e renovar suas reservas internacionais, mantendo altos estoques, independente do confisco patrocinado pelos Estados Unidos e a União Europeia. Em 2022, o país alcançou um superávit na conta corrente de U$ 237,7 bilhões, 90% superior ao de 2021, o segundo maior na história da Federação Russa, e obteve um superávit na conta financeira de U$ 227 bilhões, 83% maior que o do ano anterior, também o maior registrado até então. A China elevou a sua participação nas exportações russas de 8,2% em 2014, para 13,4 em 2019 e 32,7% em 2023; a Índia saltou de 1,5% para 16,8% entre 2014 e 2023, a Turquia de 4% para 7,9% no mesmo período e o Brasil respondeu por 2,8% em 2023. Estes países em seu conjunto passaram a representar aproximadamente 60% das exportações russas. As importações também sofreram mudança drástica concentrando-se fortemente na China, que saltou de 21,7% para 53% delas entre 2019 e 2023, respondendo pela imensa maioria das compras de eletrônica e máquinas elétricas, tratores, caminhões e automóveis, máquinas de escavação e materiais de construção enquanto Irã e Coreia do Norte complementaram o esforço de produção militar nacional. Permanece, entretanto, o domínio europeu nas importações de produtos farmacêuticos, em particular da Alemanha, Suíça, Bélgica, Holanda, e Áustria que respondem por quase 60% delas.

A brutal economia política de sanções lançada contra a Rússia, que inclui a proibição de transações com o seu Banco Central, o congelamento e o confisco parcial de suas reservas no exterior e a exclusão dos bancos russos do sistema SWIFT, gerou uma enorme insegurança mundial sobre as reservas depositadas no Tesouro e em bancos norte-americanos, colocando na ordem do dia o debate sobre a desdolarização das transações internacionais e a construção de novos padrões monetários. Um dos seus principais resultados foi a ampliação do BRICS a partir da Cúpula de Joanesburgo, e ratificada sob a presidência do Kremlin, com a entrada dos Emirados Árabes, Arábia Saudita, Irã, Egito, Etiópia como membros plenos a partir de 1º de janeiro de 2024 e de Bielorrússia, Bolívia, Cuba, Cazaquistão, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda e Uzbequistão como membros associados, a partir da Conferência de Kazan, a Indonésia já incorporada como membro pleno sob a presidência brasileira

em 2025 havendo ainda outras candidaturas com expectativa de ingresso futuro, como a Venezuela, que sofreu o veto do governo Lula, ou a Indonésia, incorporada como membro pleno sob a presidência brasileira em 2025. Apenas em 2024, 30 países externaram a pretensão de participarem do BRICS como membros plenos ou associados. Os BRICS vão agregando países anfíbios, com fortes dimensões territoriais, bases demográficas, recursos energéticos, localização estratégica e vocações marítimas e intercontinentais. Expressam um movimento similar aos processos de descolonização e as bases da Conferência Afro-Asiática de Bandung, mas que ultrapassa e supera os seus limites, não apenas pela abrangência mas porque o seu foco não é apenas o de garantir a autodeterminação, a soberania e o direito dos povos, e sim o de construir um sistema mundial multipolar justo, equitativo, cooperativo, plural e democrático, capaz de reformar os organismos internacionais existentes e de criar outros para buscar soluções para temas como a pobreza, a desigualdade, as assimetrias de poder internacionais, o subdesenvolvimento, o acesso à saúde e sua universalização, as guerras e a segurança global, a transição energética, a criação de um novo padrão monetário, a tributação da riqueza, a cooperação tecnológica e científica, e a proteção ao emprego.

A guerra está produzindo uma redistribuição de poder na elite econômica russa e reforçando o capitalismo de Estado. As nacionalizações em curso buscam reforçar o controle estatal e as interconexões e laços de fidelidade entre a burguesia local e o Kremlin. Empresas estrangeiras que abandonaram o país, firmas em setores estratégicos em mãos de empresários residentes no exterior, proprietários beneficiados por privatização ilegal de ativos nos anos 1990 e suspeitos de conspiração são objeto de processos de nacionalizações que implicam a transferência de seus ativos ao Estado e eventualmente a reprivatização posterior para grupos próximos ao Kremlin. Desde 2022, os tribunais russos produziram mais de 200 sentenças de nacionalização e no total mais de 500 expropriações foram realizadas até janeiro de 2025. Aproximadamente 52% das expropriações foram baseadas nas novas regulações contrárias à presença de estrangeiros em setores estratégicos, 38% em sentenças judiciais e 10% se deveram a pressões políticas para a venda. Cerca de 250 empresas estrangeiras foram atingidas, entre elas, a alemã Uniper, a

finlandesa Fortum, as estadunidenses ExxonMobil e Glavproduckt, a dinamarquesa Baltika e a norueguesa Amedia. Empresas, em setores estratégicos, de proprietários detentores de dupla nacionalidade, também foram alvejadas pelos tribunais, como o complexo agroindustrial Rodnye Polya, que controla a distribuição de grãos, os aeroportos de Domodedovo e Sheremetvevo. Entre as nacionalizações motivadas por violação das leis de privatização nos anos 1990, fraude fiscal ou necessidades da indústria bélica estão a produtora de margarina e massas Mafka, a imobiliária KR Proprieties, a concessionárias de carros Rolf Group of Companies, as usinas metalúrgicas de Chelyabinsk, Serov e Kuznetsk e a Solikamsk Magnesium Plant OJS.

A partir das “revoluções coloridas”, do golpe de Estado na Ucrânia e da continuidade da expansão da OTAN para o Leste, o governo Putin percebe nas ideologias neoliberais uma arma de promoção da mudança de regime cujo objetivo é o de destruir a comunidade russa, violar a soberania estatal e promover o separatismo. Propõe-se então a defender a fortaleza russa, sitiada pela ofensiva estadunidense e europeia. Passa-se a definir a Rússia como um Estado-civilização, com especificidade única, e um dos centros de um mundo multipolar em construção. Esse enfoque ganha dimensão estratégica e oficial com o discurso de Putin de 2022 no Club de Valdai e, principalmente, com a publicação da versão de 2023 do documento Conceito de política externa, que estabelece as diretrizes internacionais do Estado russo. O Estado-civilização possui identidade milenar, forte dimensão eurasiana, está orientado no topo da hierarquia espiritual pelos valores da igreja ortodoxa cristã, capaz de sincretismo, porque portador de um universalismo comum às demais religiões e sistemas éticos seculares, sendo capaz de assimilar diversas etnias e religiões à centralidade russa. A família é definida a partir de relações heterossexuais e monogâmicas e, ainda que não se criminalize a homossexualidade, condena-se a propagação da cultura LGBTQIA+ e o consumo e a liberação de opioides e narcóticos. O conservadorismo é retratado como essencialmente defensivo, voltado para preservar a especificidade singular de uma civilização, e a base da multipolaridade, sendo a história russa apresentada como uma curiosa longa duração, que descarta as revoluções mas promove a combinação do neoconservadorismo com o czarismo e o bolchevismo para produzir uma extensa continuidade que minimiza seus conflitos e

contradições. A Rússia proclama seu interesse em estabelecer relações pacíficas com o Ocidente, mas nele distingue dois: um Ocidente autêntico, dos valores tradicionais, principalmente cristãos, e outro agressivo, cosmopolita, neocolonial, neoliberal e decadente. Todavia ignora que a construção do sistema-mundo capitalista, que incluiu a conquista de territórios, subjugação de povos e a escravidão, teve o apoio e a cumplicidade do Vaticano, expresso em bulas como a *Dum diversas* (1452), *Romanus Pontifex* (1455) e *Interceatera* (1492) ou na propriedade por suas ordens de escravos nas colônias, e da Igreja Anglicana, que recebia doações de escravagistas e investiu pesadas somas na *South Sea Company*, dedicada ao tráfico negreiro no Atlântico.

Trump e a tentativa de negociação com a Rússia

A economia política das sanções dirigida à Rússia, que alcançou o auge com a Guerra da Ucrânia, impulsionou a restruturação do Estado russo e de sua inserção internacional, afastando-a da segunda alternativa desenhada por Primakov, ainda que o cenário hodierno, ultrapasse em muito o de uma nova guerra fria, desenhado pelo autor, inadequado para entender a estrutura e a dinâmica dos conflitos atuais.

O fracasso da coalizão liderada pelos Estados Unidos na OTAN em produzir o colapso do Estado russo, as notórias desvantagens geopolíticas para o poder norte-americano resultantes, e os custos galopantes da guerra levaram à crise da política externa liderada pelos democratas e contribuíram para a volta de Donald Trump à Casa Branca. Trump buscou então radicalizar o giro que iniciou em seu primeiro mandato: eleger a China como o inimigo, descartar várias frentes de luta, e atrair a Rússia para uma aproximação com os Estados Unidos e distanciá-la da principal potência asiática. Ele pretende descartar as políticas de financiamento de alianças com a OTAN, manter os conflitos regionais na região, mas atuar como poder estabilizador para articular um consenso de contenção à China, alternativa que, todavia, o unilateralismo que imprime restringe.

Ultrapassados os cem dias do seu mandato, Trump assinou um acordo com a Ucrania para financiar a assistência militar e a reconstrução através de um fundo constituído por meio da exploração de recursos minerais e terras raras concedidos aos Estados Unidos, mas não conseguiu produzir um cessar-fogo e muito menos

impedir a aproximação e o aprofundamento da parceria estratégica entre Rússia e China. Para isso, a Rússia exige a retirada das tropas e o reconhecimento global da soberania russa sobre as regiões de Donetsk, Luhansk, Kherson y Zaporiyia, e a desistência da Ucrânia de retomá-las. Ainda que Trump possa se inclinar nessa direção, as resistências das lideranças europeias, saudosas do protetorado militar das políticas de hegemonia, internas da elites nos Estados Unidos, e a incapacidade de conseguir da Rússia qualquer colaboração para a contenção da China tornam a alternativa da paz extremamente frágil e vulnerável.

Referências Bibliográficas

Bank of Russia. Disponível em https://www.cbr.ru/eng/statistics/macro_itm/external_sector/ir/. Acesso em 10 de abril de 2025

Diesen, Glen. Russia geoeconomic strategy for a greater Eurasia. London: Routledge, 2021

Karaganov, Sergei. The new cold war and the emerging greater Eurasia. Journal of Eurasian Studies, 2018

Observatory of Economic Complexity. Disponivel em The Observatory of Economic Complexity. Acesso em 20 de março de 2025

Primakov, Yevgeny. Toward Russia: the new crossroads millenium. New Heaven & London: Yale University Press, 2004.

Putin, Vladimir. Discurso de abertura do 18º Fórum do clube de Valdai. 27 de outubro de 2021. Disponível em http://www.en.kremlin.ru/events/president/news/66975. Acesso em 20 de março de 2025

Putin, Vladimir. Discurso de abertura do 19º Fórum do clube de Valdai. 27 de outubro de 2022. Disponível em Vladimir Putin Parte I - Valdai International Discussion Club - DefesaNet. Acesso em 20 de março de 2025

Russian Strategic Documents. Disponível em https://www.russiamatters.org/russian-strategic-documents?page=2. Acesso em 5 de abril de 2025.

Teurtrie, David. Russie: le retour de la puissance. Paris: Armand Colin, 2021

Tsigankov, Andrei. The Strong State in Russia. Development and crisis. Oxford: Oxford University Press, 2014

TRUMP 2.0 E O NOVO DESENHO DO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE

Carlos Eduardo Martins*

A derrota democrata

A reeleição de Donald Trump surpreendeu os muitos que imaginavam tê-lo derrotado definitivamente, seja na eleição de 2020, ou posteriormente, por meio do desgaste junto à opinião pública provocado pelos processos criminais que resultaram em condenação por fraude fiscal no Estado de Nova York e em denúncias de apropriação ilegal de documentos da Casa Branca, tentativa de golpe de Estado e de fraude eleitoral na Georgia. A vitória conquistada pelos republicanos no voto direto a Presidente ou no Colégio Eleitoral, indica a profunda crise do Partido Democrata que se tornou o último bastião do internacionalismo liberal que dirigiu a política estratégica norte-americana de 1980 a 2016, até a inflexão provocada por Donald Trump.

Entre as principais razões da derrota de Joe Biden podemos destacar o fracasso de seu projeto de Estado que sofreu resistências no Congresso e do grande capital e foi incapaz de conquistar um novo pacto fiscal progressivo para viabilizar o *Build Back Better*, promover a transição energética e os investimentos em tecnologias limpas, infraestrutura, reindustrialização e na expansão dos serviços públicos destinados a atender as grandes necessidades sociais e combater o crescimento da desigualdade. Bloqueado em suas ações, Biden se viu pressionado pela inflação, em particular de alimentos e energia, resultado da combinação entre o aumento do gasto público durante a pandemia, a desorganização provisória da economia mundial, as baixas taxas de investimento, e os impacto da Guerra na Ucrânia sobre os preços do

* Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional e do Instituto de Relações Internacionais da UFRJ, editor da Reoriente: estudos sobre marxismo, dependência e sistemas-mundo e professor visitante no Arrighi Center for Global Studies (2022). Uma versão inicial e mais reduzida deste texto foi publicada em abril de 2025, na Revista Socialismo & Liberdade, dirigida pela Fundação Lauro Campos e Marielle Franco.

petróleo e seus derivados. A resposta do FED a esse cenário foi a de elevar as taxas de juros e recrudescer a financeirização, orientando a política macroeconômica na direção oposta às expectativas criadas pela eleição de Biden na base do Partido Democrata. O peso dos juros no orçamento federal disparou e em 2024 alcançou níveis muitos próximos os recordes históricos atingidos em 1991 e 1992, rivalizando com os gastos militares.

A política externa democrata revelou-se pesada e anacrônica, ignorou as restrições estratégicas e financeiras do empate catastrófico no sistema-mundo contemporâneo, e tentou combinar três temporalidades: o hegemonismo financiador de alianças na OTAN, as pretensões universalistas do liberalismo global e o imperialismo *tout-court* para enfrentar a sinergia entre o imperialismo informal e o declínio. Os custos de gestão da política internacional cresceram significativamente, incidindo sobre o orçamento federal e gerando resultados negativos como a parceria estratégica entre a China e a Rússia e a expansão do BRICS. O apoio de Joe Biden e Kamala Harris ao massacre na Faixa de Gaza a pretexto do direito de autodefesa de Israel contra o Hamas, malgrado a retórica de solidariedade aos palestinos, dividiu a base democrata e entrou em choque com os movimentos sociais mais à esquerda e radicais do seu espectro, criando uma redução no nível de engajamento na campanha que resultou na perda de mais de 6 milhões de votos em relação aos alcançados em 2020, enquanto Trump elevou sua votação em apenas 3 milhões de eleitores. Eventos pontuais como a doença de Biden, que o levou à desastrosa participação no debate presidencial e à desistência de sua candidatura, e o atentado fracassado contra Trump, com a falha na proteção do Estado ao ex-presidente que contribui para sua retórica de mártir e liderança antissistêmica, colaboraram para a colossal vitória republicana em 2024 que permitiu conjugar maiorias na Câmara, no Senado, no Poder Executivo e na Suprema Corte pavimentando o espaço para a reestruturação do Estado e da política internacional estadunidense por Donald Trump.

Tal reestruturação traz importantes contradições e encontra enormes dificuldades e resistências internas e externas para se estabelecer como um padrão estável de políticas públicas.

A política internacional

Trump ensaia uma mudança de paradigma na política externa. Partindo da premissa do declínio dos Estados Unidos, o atribui a uma tecnoburocracia globalista que usa a República para financiar alianças geopolíticas estratégicas, promover a expansão e o fortalecimento de organismos multilaterais, impulsionar a universalização do liberalismo político e do direito internacional, mas terminaria por favorecer a desindustrialização, o desinvestimento, a deslocalização produtiva, a multiplicação de conflitos internacionais e a elevação dos custos de manutenção da ordem mundial acima da capacidade de gestão do Estado norte-americano. Caberia ao novo governo federal destruir essa tecnoburocracia, a quem acusa de socialista por promover normas universais e patrocinar aliados, e cancelar e redefinir as políticas públicas.

Ele pretende descartar as políticas de hegemonia e o universalismo liberal e substituir o imperialismo informal por um imperialismo *tout-court,* que imponha a força do Estado norte-americano sobre as pressões competitivas do mercado mundial e as tendencias multipolares, destruindo-as parcialmente ou completamente. Para Trump, os Estados Unidos em declínio empregam recursos escassos. Para ampliá-los e otimizá-los devem vender segurança a preços monopólicos para aliados ou colaboradores ao invés de financiá-los, delimitar os seus inimigos ou adversários estratégicos, descartar valores universais, múltiplas frentes de conflito e redefinir a sua noção de espaço vital para derrotar as forças emergentes do sistema-mundo contemporâneo. Trata-se da pretensão de substituir a economia política neoliberal, lastreada na internacionalização de mercados, capitais e da democracia liberal de baixa densidade social, por uma economia política mafiosa ou neofascista, baseada na força, em ameaças, sanções, embargos, protecionismos seletivos, fidelidades, anexações e guerras com os objetivos de alcançar vantagens de aliados ou colaboradores, cercar, isolar ou destruir adversários, e desglobalizar e reindustrializar os Estados Unidos (MARTINS, 2025 e 2024).

A China passa a ser escolhida como a principal adversária, ameaça geopolítica e inimiga e, desde o primeiro mandato de Trump, tornou-se alvo de cerco, bloqueios, sanções e restrições comerciais e de investimentos. Ele pretende atingir amplamente as cadeias globais de valor que vinculam a economia norte-americana à China, e não apenas os segmentos de fronteira tecnológica e estratégicos, como semicondutores, supercomputadores, inteligência artificial, biotecnologia e defesa. O bloqueio na economia mundial ao setor de alta tecnologia chinês possui crescente apoio dos empresários das *big techs* do Vale do Silício, cada vez mais sensíveis à proteção estatal para enfrentar o gigante asiático, muitos dos quais se aproximam do atual presidente pela sua maior agressividade com Pequim. Trump articula a inversão dos termos da *Realpolitik* de Nixon e Kissinger: convida a Rússia a entrar na Pax Americana, garantindo-lhe territórios ocupados na Ucrânia, suspendendo parcialmente as sanções impostas em busca de contrapartidas, como o distanciamento de Putin de Xi Jinping, para afastar os principais pilares asiáticos da ameaça eurasiana. A OTAN, caso sobreviva, teria a sua missão e fontes de financiamento inteiramente redefinidas. Os Estados Unidos devem se afirmar como o poder moderador de uma Europa balcanizada, a quem venderia armas e serviços de proteção, orientando-a para o cerco e dissuasão do poder chinês. Estimulariam divisões e conflitos internos para reduzir os riscos do ressurgimento de Berlim e Paris como eventuais polos integradores de uma Europa soberana, assentada em um complexo industrial-militar próprio. O apoio à extrema-direita europeia nacionalista e refratária à integração, além de ser parte de uma ofensiva mundial neofascista liderada por Trump e Musk, tem o objetivo de impulsionar rivalidades locais e limitar escalas.

Para conter o revisionismo chinês, as tendências multipolares e a projeção do Sul Global com o fortalecimento do BRICS, Trump ensaia resgatar a Doutrina do Destino Manifesto e ampliar o espaço vital estadunidense, englobando o Hemisfério Ocidental e outras regiões estratégicas, para garantir o controle de recursos, corredores chaves e contingentes demográficos ampliados. Ameaça retomar o expansionismo e as anexações territoriais, violar soberanias, impulsionar guerras híbridas, estabelecer controle estrito sobre os governos nacionais, promover

deportações em massa, fixar zonas de exclusão, usar países vizinhos como centros de encarceramento de deportados e organizar novas ondas de destruição de direitos sociais e dos ecossistemas e de afirmação do racismo e do fascismo sistêmicos. As advertências sobre a possível retomada do Canal do Panamá, por suposta violação da neutralidade do Tratado Torrijos-Carter em favor da China, e a incorporação da Groelândia e do Canadá ao território estadunidense, por razões de segurança nacional, devem ser vistas sob este prisma. Da mesma forma, a pressão sobre Zelensky para a entrega da exploração de minerais e terras raras do subsolo ucraniano em troca da ajuda militar estadunidense pregressa e superestimada, a pretensão de apropriar a Faixa de Gaza para transformá-la em um empreendimento imobiliário de alto luxo e deportar 1.5 milhão de palestinos para estados vizinhos, respaldando o subimperialismo israelense no Oriente Médio, e o uso de El Salvador como terceiro país seguro para receber imigrantes ou encarcerados banidos dos Estados Unidos. A designação de cartéis mexicanos ou venezuelano como organizações terroristas e do Estado cubano entre aqueles que respaldam o terror dá suporte à intervenção unilateral norte-americana a pretexto de autodefesa e coloca os governos desses países sob pressão com o objetivo de obter vantagens ou isolá-los.

Interessado em impulsionar a desglobalização e a reindustrialização dos Estados Unidos, Trump usa a migração de indocumentados, a produção de fentanil, o suposto comercio desleal, a segurança nacional, a competição na fronteira tecnológica, a defesa do dólar e, por último na lista de prioridades, a violação à democracia e aos direitos humanos para ameaçar ou impor tarifas, sanções e embargos. São alvos, em particular, os países ou regiões que possuem superávits comerciais com os Estados Unidos, como China, México, Canadá, União Europeia e Índia, ou inimigos ideológicos, como Venezuela, de quem cancelou as licenças para produzir e exportar petróleo através da Chevron, e Coreia do Norte e Irã, objeto de ameaça de intervenção militar se não aceitar um acordo sobre o seu programa nuclear. Mesmo Taiwan e Vietnã correm riscos. Ele adverte os países do BRICS quanto a aplicação de tarifas de 100%, caso avancem nas discussões sobre alternativas monetárias ao dólar, e pretende cortar custos e atingir o universalismo

liberal ao retirar os Estados Unidos do Acordo de Paris, da Organização Mundial de Saúde e do Conselho de Direitos Humanos da ONU e destruir a USAID.

O novo projeto de Estado

O estabelecimento de tarifas para proteger o mercado interno atinge fortemente as corporações estadunidenses mais transnacionalizadas, ancoradas em expressivos fluxos de mercadorias entre filiais e matrizes, e os consumidores norte-americanos. Trump busca cooptar o empresariado internacionalizado e garantir o apoio das camadas médias cortando impostos, direitos, gastos públicos e empregos no governo federal, se lançando contra a transição energética para tecnologias limpas e reafirmando a economia política dos combustíveis fósseis. Usa ainda, no limite, o poder de coerção de um capitalismo de Estado em construção, lastreado na imunidade relativa do exercício da Presidência da República — concedida a Trump pela Suprema Corte—, no acesso a informações sigilosas da inteligência estadunidense sobre empresas e cidadãos pelo Departamento de Eficiência Governamental (DOGE), inicialmente liderado por Elon Musk, e no acercamento às Big Techs, registrado na presença e financiamento de sua posse por Mark Zuckerberg (Meta), Jeff Bezos (Amazon), Sundar Pichai (Google), Tim Cook (Apple), Sam Altman (OpenAI), além do próprio Musk (Tesla, SpaceX e X).

Musk, que dirigiu o DOGE - sequer aprovado pelo Congresso, produto apenas de uma ordem executiva -, liderou uma ação macarthista de demissões, fechamentos de programas, agências e departamentos, tomando por alvo a burocracia liberal, qualificada como a grande inimiga interna pelo Project 2025, bem como a educação, a ciência, a saúde, a previdência social, a ajuda internacional para fins humanitários, as ações afirmativas, a receita federal e a proteção ao consumidor. Para referendar atuação de Musk, Trump mobilizou na Corte Suprema, onde possui maioria, a intitulada teoria executiva unitária, que dá poderes imperiais ao Presidente da República sobre a administração pública federal, convertendo-a num espaço de patrimonialismo e estrita fidelidade política. As forças armadas e o aparato repressivo passam por forte depuração política e não é casual a sincronicidade entre o gesto nazista de Musk nos comícios comemorativos da vitória de Trump e a decisão do

presidente de perdoar os líderes de milícias de extrema-direita, como *Proud Boys e Oath Keepers*, envolvidos no ataque ao Capitólio.

A recusa às tecnologias verdes se associa ao rechaço à legislação ambiental, à tributação dos custos ambientais, à criminalização da violência ecológica e à elevação dos gastos públicos e privados para financiar a transição energética. Trump assenta sua economia política em uma nova ofensiva espacial do extrativismo e da produção de combustíveis fósseis, na desglobalização produtiva e no fortalecimento do complexo industrial-militar e sua conversão em fonte de exportação de bens e serviços. Pretende ainda limitar o peso do setor financeiro, vinculando a queda nas taxas de juros a dos preços dos combustíveis, e suas críticas a Jerome Powell sinalizam conflitos e tensões.

Contradições e resistências

Estamos assistindo à entrada do sistema-mundo contemporâneo em um período de caos e empates catastróficos. No governo Biden presenciamos o colapso da hegemonia dos Estados Unidos como força capaz de estabelecer a ordem mundial, o que se revelou pelo fracasso da coalizão liberal para asfixiar a Rússia e derrubar Putin. Ele não apenas se fortaleceu, mas também o projeto multipolar de uma nova maioria global, mediante a aproximação entre Moscou e Pequim e a ampliação do BRICS, que passou a incluir na condição de membros plenos potências energéticas em combustíveis fósseis como Irã, Emirados Árabes e Arábia Saudita, em energias renováveis como a Indonésia, e Estados com localização estratégica como Egito e Etiópia.

Com Trump estamos assistindo o desmonte das instituições e políticas da hegemonia e a tentativa de transformar os Estados Unidos em um império global, partindo do amplo domínio sobre o Hemisfério Ocidental e da redefinição das relações com a Europa. Entretanto, os limites internacionais e internos para efetivar este projeto são imensos. Entre eles podemos destacar:

1) A China dificilmente poderá ser contida por tentativas de bloqueio, dada a escala de seus recursos demográficos, a capacidade de investir do seu Estado e de suas empresas, suas alianças internacionais e seu *soft power*. Ela é um poder mundial assentado no desenvolvimento da revolução científico-técnica e na projeção internacional vinculada à ideia de comunidade de destino comum e compartilhado para a humanidade, atualizando e modernizando os princípios da conferência de Bandung. O *Deep Seek chatbot* sinaliza a sua entrada na fronteira da inteligência artificial e revela que a principal força da China está na ciência, na educação e na dimensão pública do conhecimento, os elementos mais dinâmicos das forças produtivas no século XXI, o que lhe dá grande capacidade de enfrentar a escassez de suprimentos e fazer mais com menos. Ademais, vai se destacando como potência líder na geração de energias renováveis, seguida da Indonésia, condição a que os países latino-americano, dotados de biodiversidade, clima tropical e reservas estratégicas de lítio poderão aceder. A negação da transição energética por Trump atrasa e debilita os Estados Unidos na disputa pelo novo paradigma biotecnológico emergente;

2) A aplicação de tarifas, sanções e embargo contra seus parceiros comerciais poderá resultar na crescente exclusão dos Estados Unidos dos fluxos de comércio e investimento da economia mundial. China, México e Canadá representam 41% das importações dos Estados Unidos. A tentativa de Trump atingi-los abre imensa oportunidade para redirecionar mercados e investimentos e para o aumento da influência da China nas Américas, isolando os Estados Unidos no Hemisfério Ocidental, sujeitando-o inclusive à escassez de matérias-primas e mercadorias;

3) É improvável que Trump consiga distanciar a Rússia da China ou frear a sua crescente aproximação. A Rússia tem logrado sustentar o esforço de guerra e vem obtendo apoio material e diplomático crescente. Inversamente, o conflito tem gerado inflação na União Europeia, crises políticas na Alemanha e França e vem ampliando o déficit fiscal e o endividamento nos Estados Unidos. A pretensão de Trump de inverter o

fluxo financeiro com a Europa, dividi-la e ampliar a subordinação militar e política, é uma aposta de alto risco e contraria os interesses profundos da região com forte vocação eurasiana;

4) A desglobalização do sistema produtivo e da força de trabalho estadunidenses enfrenta imensos obstáculos. Dificilmente a redução de impostos e a destruição de direitos poderão compensar as diferenças de taxa de lucro em favor do investimento no estrangeiro, ensejando a resistência do empresariado de setores internacionalizados mais tradicionais contra as tarifas. As deportações de imigrantes tendem a reduzir o exército de reserva e pressionar os custos salariais. O apelo ao capitalismo de Estado e ao fascismo para solucionar esses conflitos deve agravar as lutas de classes nos Estados Unidos;

5) A drástica de redução de impostos faz disparar o déficit público e exige profundas redução de gastos públicos para conter a trajetória acelerada de expansão da dívida pública estadunidense que foi rebaixada pelo Moody. Cria-se uma cisão entre uma ala radicalmente liberal e fiscalista no fascismo, cuja principal liderança foi Elon Musk até ser excluído do governo, voltada para aprofundar os cortes de gastos em saúde, educação, nutrição e energia limpa, e outra populista que teme ser penalizada nas disputas eleitorais, busca ampliar os gastos militares e encontra em Trump sua principal liderança; e

6) Os países latino-americanos devem reforçar os seus instrumentos de integração regional, como a CELAC e a UNASUL, e sua vinculação ao Sul global, mediante o BRICS, para enfrentarem de forma articulada as ameaças do imperialismo estadunidense. A presidência do Brasil nessa organização em 2025 é uma oportunidade extraordinária para mobilizar a América Latina em torno de respostas globais. Os governos do campo progressista devem assumir a defesa da soberania nacional e realizar amplas mobilizações de massa para isolar a burguesia dependente e as

forças aliadas do trumpismo, como vem demonstrando Claudia Sheinbaum. Devem romper o pacto com a financeirização e a austeridade, combustível do fascismo e um dos pilares da hegemonia dos Estados Unidos, e impulsionar o desenvolvimento em uma concepção nacional, popular, latino-americana e multipolar. Ou inventamos, ou erramos: para novos tempos são necessárias criatividade, liderança e ousadia.

Post-Scriptum: A intervenção militar no Irã

Com Donald Trump o apoio dos Estados Unidos ao subimperialismo de Israel ganhou outra escala e horizonte de expansão. Não se trata apenas de dissuadir o anti-imperialismo árabe, garantir o controle do Canal de Suez, e conciliar a resolução 181 da ONU com a sua violação permanente pela colonização e a tomada de terras palestinas pelo Estado de Israel. Nem se trata apenas de aceitar a política do Grande Israel, apoiando a erradicação dos palestinos da Faixa de Gaza, da Cisjordânia, a tomada territórios do Líbano ou da Síria, além das colinas de Golã, e futuras pretensões espaciais bíblicas, como fator de dissuasão da resistência árabe ao poder norte-americano. Se trata de impulsionar uma política subimperialista que permita a mudança de regime no Irã e o controle sobre o estreito de Ormuz, usando como pretexto supostas ameaças militares relacionadas aos avanços da política atômica Teerã, apesar de Tuisi Gabbard, diretora da Inteligência Nacional dos Estados Unidos, afirmar ao Senado que o Irã não estava construindo armas nucleares. Essa orientação se inscreve na virada para o imperialismo territorialista onde se torna fundamental o controle de pontos estratégicos para afiançar o domínio sobre espaços vitais e rotas marítimas como o Hemisfério Ocidental, Canal do Panamá, o Ártico, além das disputas no Mar Negro, no Mar Meridional da China, nos oceanos Pacífico e Índico.

A incapacidade de Israel de estabelecer vantagem no conflito militar com o Irã e a vulnerabilidade do Domo de Ferro aos mísseis persas, tornou insuficiente a ação de Tel Aviv e necessária a intervenção estadunidense e o uso de bombas anti-bunkers para destruir as instalações nucleares em Fordow, Natanz e Isfahan, violando o direito internacional e o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, Mesmo com a aparente destruição das centrifugas e instalações, Israel continuou atacando o Irã e Donald

Trump cunhou a expressão Make Iran Great Again (MIGA) e publicou que se o regime não conseguisse tornar o país grande novamente, deveria ser substituído.

O estreito de Ormuz, por onde circulam 20% do petróleo e o gás produzido no mundo, abastece principalmente as economias asiáticas que importam respectivamente 84% e 83% do total. Em 2024, a China importou 33,5% e a Índia 14,3% do petróleo cru e seus derivados da região, seguidos por Coreia do Sul e Japão, com 11,9% e 10,5%, enquanto Europa e Estados Unidos o fizeram em apenas 4,9% e 3,5%. No primeiro quadrimestre de 2025, as importações responderam por 35,6% do consumo chinês, 42% do indiano, 3,7% do europeu e aproximadamente 2% do estadunidense. O seu controle pelos Estados Unidos ou turbulências que resultem no seu fechamento ou perturbem o volume de circulação podem afetar dramaticamente a China e a Índia e a geopolítica eurasiana. Tudo indica que se desenha um projeto de asfixia energética dos polos geopolíticos emergentes através da guerra diante da incapacidade de os Estados Unidos competirem com o dinamismo crescente da economia chinesa.

Trata-se de uma cartada desesperada e de resultados imprevisíveis que se avançar pode colocar China e Índia sob a dependência energética dos Estados Unidos, o maior produtor de petróleo e seus derivados no mundo atual. Embora a escassez deva provocar uma subida dos preços mundiais dos hidrocarbonetos e precipitar uma recessão global, não custa lembrar a forte vinculação de Donald Trump às empresas petroleiras e o seu compromisso com um capitalismo de Estado neofascista para sustentar a aposta. Pode ainda fortalecer a Rússia e a Venezuela, mudar alinhamentos geopolíticos, aprofundar o compromisso da Índia com o campo multipolar, espalhar o caos sistêmico no planeta e no limite acelerar a deflagração de uma Terceira Guerra Mundial, que talvez esteja em curso em múltiplos conflitos que articulam convergências e rivalidades globais.

Referências Bibliográficas

Martins, Carlos Eduardo El poder estadunidense en un escenario de empate catastrófico (p. 63-94). In Merino, Gabriel e Morgenfeld, Leandro (coord.) Nuestra America, Estados Unidos y China. Buenos Aires: Batalla de Ideas & CLACSO, 2025

Martins, Carlos Eduardo. El nuevo carácter de las disputas geopolíticas en el siglo XXI (p. 31-54). IN Monereo, Manolo; Martins, Carlos Eduardo; Segrera, Francisco López (Coord.) Madrid: Viejo Topo, 2024.

Martins, Carlos Eduardo. Dependency, neoliberalism and globalization in Latin America. Haymarket Books: Chicago, 2020

OPEP. Annual Statistical Bulletin. Disponível em https://www.opec.org/annual-statistical-bulletin.html. Acesso 10 de maio de 2025.

IEA. Petróleo 2025: Análisis y previsión hasta 2030. Disponível em https://www.iea.org/reports/oil-2025. Acesso em 10 de maio de 2025

US Energy Information Administration. En medio del conflicto regional, el Estrecho de Ormuz sigue siendo un punto crítico de suministro de petróleo. Disponível em https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=65504. Acesso em 16 de junho de 2025

O IMPACTO DA SÍRIA NO CONTEXTO DO ORIENTE MÉDIO CONTEMPORÂNEO

Bernardo Kocher*

A queda do regime dirigido por Bashar el-Assad, em 8 de dezembro de 2024, depois de mais cinquenta anos de governo orientado por noções claras sobre o papel geopolítico da República Árabe da Síria na confrontação tanto com a presença ocidental no Oriente Médio quanto com um representante seu, o Estado sionista, possui um significado ímpar no atual contexto político regional. Neste, a execução da política social genocida executada contra o povo palestino pelo Estado sionista é proeminente e, em última instância, causou a transformação política radical da situação síria, o que favorece a continuidade da ação do Estado sionista. Ressaltamos uma característica relevante: nem o Hamas na Faixa de Gaza e tampouco o Hezbollah no Líbano foram erradicados; na Síria o regime político foi derrubado no empuxo da política social genocida contra o povo palestino.

A tomada do poder por um grupo orientado pelo islã político não voltado para o confronto com a dominação ocidental e imperialista sobre o Oriente Médio é fato singular na História das últimas décadas. Esta foi dominada pela percepção de que um eventual conjunto de governos dirigidos por governantes com orientações similares as que existem na República Islâmica do Irã reformaria a relação destes países com a sua situação de dependência das antigas potências coloniais e com os Estados Unidos da América.Tal visão conduziu a uma análise equivocada do que representa o islã político. Um exemplo desta situação é a Síria contemporânea, onde ocorre o inverso do que o senso comum tem atribuído ao islã político: um governo laico, rebelde e anti-hegemônico (se bem que oriundo de regiões e setores sociais marcadamente orientados pela defesa de interesses religiosos sectários) foi substituído por outro, de características exteriores similares aos movimentos

* Professor de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF)

jihadistas, que aliás são a sua origem inicial. O Hayat Tahrir al-Sham (HTS) e seu líder, atual governante da Síria, Ahmed Hussein al-Sharaa, também conhecido por Abu Mohammad al-Julani, possui as cicatrizes da participação em uma das correntes mais críticas e violentas do islã político, a Al Qaeda. Contra esta se levantou o Ocidente coletivo para combatê-la, após os atentados de 11 de setembro de 2001. Até o presente momento, ressaltando o pressuposto rompimento total do HTS com a Al Qaeda, o novo governo tem se apresentado como um instrumento que se pretende útil para as políticas dos países europeus, da Turquia (membro da OTAN) e dos EUA para combater tanto o Hamas e o Hezbollah do islã político contestatório quanto o que resta de regimes nacionalistas árabes.

As razões para que esta espécie de inversão de um programa, digamos normal, dos atores políticos locais é produto de inúmeras circunstâncias pertencentes à longa, média e curta durações da vida política nacional e do contexto externo em que foi formado o Estado sírio. Criado no interior de territórios pertencentes ao Império Otomano (1299-1922), tal como todo o conjunto de Estados Nacionais forjados ao fim da 1ª. Guerra Mundial, demarcados no grupamento denominado “Oriente Médio”, o território onde está implantado o Estado Nacional sírio possui em seu interior uma ampla gama de religiões, etnias e nacionalidades que definiram a principal característica deste Estado Nacional até a ascensão do governo de Bashar al Assad: a instabilidade política e a constante troca de governantes do poder central. De fato, governar para distintas denominações religiosas (que no contexto regional chegam a representar classes sociais concretas) tornou-se uma tarefa dificílima, principalmente pelas características básicas de formatação westfaliana de um Estado Nacional onde, por séculos, a governança era exercida pela dominação otomana. Esta não possuía o condão de intervir de forma centralizadora em governos regionais e locais, permitindo a existência de uma vida autônoma da ampla gama de aglomerados urbanos e rurais em seu interior. O Tratado Sykes-Picott (1916) e a Conferência de San Remo (1920) impuseram a construção de vários Estados Nacionais com características similares ao que apontamos acima para o caso sírio, transformando-se na origem de vários dos problemas institucionais que estes enfrentam atualmente.

Encontraremos uma tensão aguda entre os projetos coloniais de imposição dos mandatos Classe A, tal como definidos no Tratado de Versalhes (1919) para a Síria (controlada junto com o Líbano pela França), mesopotâmica e Palestina (controladas pelos ingleses) e a realidade local. No caso sírio, um Estado Nacional potencialmente com grande extensão territorial foi projetado endogenamente na luta contra a dominação otomana. A oposição das potências coloniais, e no caso sírio da França, tolheu esta perspectiva pela intervenção militar. Em oposição ao projeto da "Grande Síria" definido pelo Congresso Nacional Sírio, formado por lideranças locais, a França impôs uma entidade nacional unificada, mas que em realidade estava fracionada entre várias etnias e denominações religiosas. Além disto, retaliando o projeto local da Grande Síria, o mandatário europeu cedeu territórios inclusos no projeto formatado localmente para a formação de outros países ou regiões sob mandato inglês que também surgiam naquele contexto: Turquia, Líbano, Palestina e Jordânia. Os franceses optaram por erigir um território sírio que entregou o poder para a maioria sunita, conservadora e urbanizada. Os alauítas, por exemplo, foram despojados do poder político formal, mas valorizados no interior da força militar mantida pelo colonizador francês. Esta situação propiciou nas décadas seguintes — em meio a profundas crises políticas e trocas de governo após golpes de Estado, e quando a presença francesa já não se fazia presente — o fortalecimento deste segmento e a tomada do poder em 1971 por um líder militar da Força Aérea oriundo daquela denominação, Hafez Al Assad.

Alegoricamente, os franceses legaram aos sírios (e aos libaneses) uma superestrutura política que eles próprios haviam superado na sua revolução política de 1789. A dominação política e econômica da Síria foi institucionalizada no interior de uma espécie de estamento similar aos "Estados" prevalecente na França até aquela data. Este anacronismo foi mesclado com as instituições tipicamente westfalianas de operação de um Estado Nacional soberano e, ressaltamos, centralizado. Toda e qualquer solução de um acordo político local para a convivência pactuada entre as diferentes classes, denominações religiosas e grupos étnicos e nacionais foi inviabilizada pelas instituições políticas e jurídicas legadas pelos colonizadores. Esta situação se tornou fonte constante de tensões e choques de

interesses, já que as contradições que as geraram possuíam origens na realidade local, mas estavam involucradas no interior de uma outra lógica, o Estado Nacional centralizado. Isso inibiu sobremaneira a implementação do cálculo político próprio dos habitantes dos territórios que formaram a Síria para equacionar divergências de interesses a partir de seus próprios atores.

Hafez Al Assad e Bashar Al Assad governaram a Síria no interior de instituições autoritárias voltadas para equacionar divergências sectárias que se desenvolveram na formatação westfaliana do seu Estado Nacional. Buscaram ardentemente uma estabilidade política que desde a independência do país em 1946 jamais havia sido alcançada. Os dois governantes são conhecidos pela execução bem-sucedida de políticas públicas voltadas para lidar com as divergências legadas pelo colonialismo, isto no interior de um regime político que praticava severa limitação das liberdades públicas. Não faltaram conflitos graves de repressão política brutal, como o ocorrido na cidade de Hama, em 1982, na repressão à rebelião da Fraternidade Muçulmana. Mas de forma geral, as políticas públicas disponibilizadas para a população estavam ao alcance de todas as partes componentes do mosaico que é a população síria. Conviviam assim democraticamente nas políticas públicas, mas não no controle do poder político.

Esta situação criou uma aura em torno dos dois governantes de pertencimento a algo que (pelo menos) mimetizava uma orientação de esquerda. Fato marcante desta orientação está na formulação e execução da política externa síria. Vários envolvimentos do Estado sírio nas lutas sociais regionais e internacionais denotaram esta situação. Indicaremos duas: a) o apoio à causa palestina, cuja população exilada no território sírio partilhava de grande número de políticas públicas usufruídas pela população local, e b) a presença em seu território da base naval soviética de Tartus, equipamento estratégico para a URSS, indicando a posição de não-alinhamento sírio aos Estados Unidos na Guerra Fria.

Dentro deste contexto, o que podemos indicar como causa da crise que levou à fácil deposição de Bashar Al Assad em 28 de dezembro de 2024? Um primeiro elemento é o que chamaremos genericamente de “crise fiscal”. Desde a eclosão da

guerra civil, em 2011, no contexto da Primavera Árabe, a Síria tem passado por um processo de contestação generalizada das suas estruturas de dominação política. Trata-se aqui de uma oposição política que pode ou não conter questionamentos oriundos das divisões sectárias que perpassam a sociedade síria, mas o que passou a predominar na luta política foi a crítica à natureza autoritária e corrupta do regime político. De qualquer forma, o território sírio, tal como foi definido pelo colonizador francês, foi dilacerado como consequência da virulenta oposição ao governo. Ele foi ocupado (ou estiveram presentes por solicitação do governo sírio) por turcos, os curdos da Síria tornaram-se autônomos do poder central, russos, iranianos e libaneses (do Hezbollah, que acorreram para defender o governo de Assad). A imprensa internacional estima a presença de dezenas de nacionalidades entre os soldados mercenários que lutaram para todos os lados no conflito sírio. Esta situação nunca foi totalmente corrigida e o governo central não conseguiu reaver a autoridade sobre a totalidade do seu território. Ainda mais: surge uma corrente do islã político que passou a ameaçar a integridade do território do país, inicialmente sob a tentativa de conquista territorial do Estado Islâmico (denominado ISIS ou Daesh) e seu projeto de formação de um novo califado a ser formado com o território subtraído tanto da Síria quanto do Iraque. Derrotado pela ação governamental com apoio russo e iraniano este mesmo processo de mutilação territorial foi, no entanto, consolidado pela ocupação da província de Idlib pelo HTS. Os Estados Unidos também estão presentes no território sírio, na província de Deir ez Zor (próximo à fronteira com o Iraque) controlando a exploração de petróleo, subtraindo esta riqueza da economia nacional síria.

O bloqueio econômico selvagem contra o governo sírio estabelecido pelo Ocidente coletivo impôs ao governo sérias perdas materiais que se somaram às territoriais, como o controle de diversos bens essenciais além do petróleo. A produção de trigo é um destes produtos. Esta situação colocou o governo em regime de penúria fiscal estrutural já que os vultuosos gastos para enfrentar a guerra civil não encontravam fontes de arrecadação para cobri-los. Dentre as debilidades que esta situação criou, fundamental para explicar a queda rápida e sem reação do governo,

foi a escassez de numerário para a remuneração do exército formal. Esta é a principal causa material imediata da derrocada do governo de Bashar Al Assad.

Fator crucial para a profunda instabilidade política do governo foi a crise agrária. Permeada por secas prolongadas, como a dos anos 2007 e 2008, seguidas de destruição de poços artesianos pelas contínuas ocupações do campo por forças militares em virtude de combates no campo após 2011, grande parte da instabilidade e da crise de insatisfação da população com o governo tem aí um de seus principais fundamentos. As consequências desta situação são expressivas: diminuição da produção (de trigo, de algodão e azeitona), migração da população rural para as cidades (a população urbana passou de 56% em 2011 para 72% em 2016)[1], desemprego, aumento da pobreza extrema e inflação dos preços dos produtos agrícolas.

O segundo elemento importante que consideraremos é o que chamaremos de "transformações imateriais" da vida política e social síria. O surgimento e forte desenvolvimento do islã político é um deles. Ele se desenvolve com força e capacidade para desafiar os poderes estabelecidos a partir da década de 1970, expondo e ampliando a crise estrutural do modelo nacionalista/desenvolvimentista/socialista dos governos árabes que projetavam a derrocada do neocolonialismo europeu e norte-americano no Oriente Médio. Neste sentido o caso sírio é único, já que resistiu décadas após o início da onda de contestação oriunda do islã político. A própria Síria já tinha passado no início da década de 1980 por uma pesada repressão a esta corrente oriunda da sociedade civil, sem, contudo, remover esta perspectiva do interior da sua sociedade.

Além de fazer uma interpretação própria do papel da religião na vida política das sociedades islâmicas, sua principal característica é, digamos, a elaboração de uma percepção da vida política social "privatizada". Ou seja, não há condição de controle político e teológico estatal — como no caso do Irã —, das teses religiosas e, daí, as políticas produzidas por inúmeros grupos e facções que aspiram o poder

[1] Cf.: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/08/internacional/1512738929_871030.html.

político como forma de reparação moral da vida social se tornaram múltiplas e multifacetadas. Esta situação perpassa toda a vida social dos países islâmicos, mas na Síria ganhou conotações muito próprias. Neste país esta nova visão reformista produziu um aniquilamento conceitual da equalização de direitos pelas diversas etnias e denominações religiosas que é o principal legado dos governos de Hafez e Bashar. O poderoso impulsionamento da visão de existência de uma redenção política pela via religiosa transformou, no imaginário da população empobrecida e desassistida, os benefícios da equalização dos direitos entre as denominações religiosas em letra morta. O que crescentemente se assiste na Síria após o início da guerra civil foi a existência de narrativas que atribuíam a crise ao regime ditatorial dos alauitas, sem consideração com a estrutura social e política de alianças que estes montaram para viabilizar por tantos anos o seu regime político. De fato, o governo sírio nas cinco décadas de governo dos Assad implementou acordos políticos em todos os níveis com as várias divisões presentes na sociedade síria, não sendo correto atribuir a natureza do regime político à simples afirmação de ser uma “ditadura dos alauitas”.

Dados estes elementos basilares, temos que tomar em conta para nosso objetivo a dinâmica dialética que interliga as transformações com as contínuas crises que ao longo das cinco décadas do governo laico o expuseram a uma fragilidade contínua e latente, capaz de derrubá-lo de forma inesperada e rápida em dezembro de 2024. Neste longo período a transformação demográfica e espacial da alocação da população síria no território, provocada pela urbanização massiva — agravadas como vimos pela seca de 2007-2008 e pelos efeitos da guerra civil no campo —, colocou à disposição das novas forças e ideias políticas que alimentavam a oposição ao governo amplas massas de cidadãos despojados pela superexploração da força de trabalho, pelo desemprego e pela pobreza extrema urbana e rural. Empregos mal remunerados, apesar da prestação de serviços públicos, predispunham as massas trabalhadoras aos braços do questionamento da sua realidade material. Alegando sempre que a estabilidade era a maior conquista do governo, o que se pode perceber na vida política síria desde 1970 foram contínuas crises políticas que convidaram os governantes a manterem ou criarem mais meios de repressão política como forma de retomar o controle pleno e estável da sua autoridade, situação que por vezes

perdurava durante alguns anos. Assim, aos saltos, o governo sírio foi implementando políticas de desenvolvimento e de inclusão que conviviam com transformações sociais que instabilizavam continuamente a sua capacidade de dominação política.

A Síria no início do século XXI, agora sob o comando de Bashar al Assad, trilhou o caminho da "modernização", fazendo jus a sua imagem pública divulgada (e aceita) pelos meios de comunicação e governos ocidentais de que ele era um governante propenso a reformas e aberto a novas formas de exercício do poder. Ou seja, através da abertura aos capitais estrangeiros e vinculação ao sistema financeiro internacional o país buscou superar vários obstáculos típicos das crises econômicas do fim da década de 1990 tentando alcançar os benefícios da globalização econômica. Este é, também, um fator crucial para se compreender o escopo da limitação do seu poder um quarto de século mais tarde. Mas neste caso, longe do esvaziamento típico das funções estatais que as políticas neo-liberais impunham a uma nova forma de construção da governabilidade política, na Síria a força do Estado patrimonialista continuou a se reproduzir. Como a liberalização econômica orientada por burocratas não forneceu as condições objetivas de superação do subdesenvolvimento e nem libertou o país de privilégios aos mais ligados ao núcleo duro do poder, já que a continuidade dos principais problemas típicos da periferia capitalista continuou a existir, a repressão a protestos e manifestações de oposição tornaram-se intensos e crescentemente anacrônicos. Nesse cenário pactuações e acordos de cúpula que privilegiavam segmentos econômico, étnicos e religiosos isoladamente passaram a também compor o processo de gestão das políticas públicas. Simultaneamente, as forças políticas ativadas para dar vida às políticas de inclusão numa nacionalidade abrangente na década de 1970 passaram a ser reprimidas ou cooptadas para as instituições tradicionais do Estado quando ocorriam protestos contra as privatizações e outras medidas de corte neoliberal.

Este clima se tornou totalmente adverso aos movimentos sociais quando adveio a guerra civil em 2011. Aqui a democracia social existente nos anos setenta, limitada nos anos dois mil pela orientação das políticas macroeconômicas voltadas para o mercado, sucumbiu às forças de centralização, pactuação pragmática com forças conservadoras e militarização da vida política para fins de enfrentamento de

vários inimigos que se alinharam contra o governo de Bashar al Assad. Por mais de uma década a política econômica liberalizante havia produzido mais impactos do que simplesmente favorecer o ambiente de negócios. Agora o Estado, desprovido de instrumentos de intervenção, também passou a compor com o clientelismo e o favorecimento do sectarismo como forma de prestar serviços (de caridade) para a população desassistida de serviços públicos.

Este cenário de crise não estaria completo se não considerarmos fatores externos que devem ser contabilizados para explicar o quadro da crise que provocou a derrubada do governo sírio. A queda do governo em dezembro de 2024 produziu a ruptura da linha física de manutenção do "eixo da resistência", que alimentava materialmente a oposição ao Estado sionista e tinha na Síria uma rota de passagem e uma aliança confiável. Esta é a mais realçada característica da queda do governo para o cenário regional. Gostaríamos de apresentar ainda uma situação significativa no contexto internacional para qualificar a derrocada do regime de Bashar al Assad. O discurso do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu na Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas, por ocasião da abertura da 79a. Sessão da instituição, em 27 de setembro de 2024, é um elemento que devemos considerar. Nele foram exibidos dois mapas de fronteiras e de alianças do Oriente Médio, dividindo-o em duas porções: um seria o da "maldição" do Oriente Médio e o outro da "benção". Um ano antes, neste púlpito e com os mesmos propósitos institucionais, o governante sionista apresentou na sua alocução dois outros mapas também em cartazes que eram improvisadamente mantidos à vista da audiência e das câmeras. Naquela ocasião, a mensagem estava focada na provocativa proposição de que seria construído um novo Oriente Médio. Em nenhuma das duas versões gráficas existiria nada semelhante a um Estado palestino, somente o sionista e os demais países vizinhos. Mais uma vez, em 2018, e desta vez no discurso de abertura da 74a. Sessão da Assembleia Geral da ONU, o primeiro-ministro comparece com um mapa, agora de áreas de Teerã onde ele argumentava que eram armazenadas armas nucleares. Nestes episódios estão embutidas percepções claras de como a fragilidade do governo sírio o ameaçava. Dias antes do início da rebelião que levou à tomada de Damasco pelo HTS este mesmo governante sionista ameaçou de morte o presidente

sírio. Estas situações denotam tanto um projeto quanto um diagnóstico coeso de que a ameaça do longevo governante sionista tinha plenas condições de ser implementada. Em nossa avaliação pressupomos que por caminhos analíticos distintos dos nossos, mas com informações de inteligência precisos, o governante sionista já havia percebido que a queda do regime era possível. Todas as limitações por nós apontadas acima também devem ter sido percebidas pelos principais atores internacionais que promoveram a derrubada do governo Assad, agora não estavam mais interessados em apenas mudar os destinos do governo da Síria mas o de realizar uma nova "engenharia política" no mapa do país. O que é interessante notar é que o governo sírio estava alcançando vitórias na sua reintegração nas instituições políticas regionais, das quais foi excluído em consequência da feroz repressão às revoltas que se iniciaram durante a Primavera Árabe. Este é o caso, por exemplo, da reintegração da Síria na Liga Árabe em 2023. Mas, ainda prevalecendo a visão pró-ocidental de alianças, Bashar el Assad se reaproxima da Arábia Saudita e dos países produtores de petróleo e gás do Golfo Pérsico, desconectando laços sólidos construídos nos anos anteriores com a Federação Russa, a República Islâmica do Irã e com o Hezbollah libanês.

Uma outra abordagem que adotamos como hipótese explicativa para a queda do regime é o fato de que havia a perspectiva concreta de que o governo de Bashar Al Assad conseguiria mais uma vez sobreviver a uma grave crise política, desta vez sem depender totalmente do suporte ao "eixo da resistência", mas ainda afrontando a política social genocida do Estado sionista praticada contra o povo palestino. Outros interesses econômicos, como a construção de um gasoduto que levaria matéria-prima dos Emirados Árabes Unidos para a Turquia (passando pelo território sírio e com o objetivo de abastecer o mercado europeu) também é apontado pelos analistas internacionais para indicar uma poderosa fonte de apoio à derrubada do governo de Bashar Al Assad.

Estas são as conclusões mais palpáveis que podemos alcançar com os acontecimentos que se desenrolam com grande velocidade desde dezembro de 2024. Atualmente o território do que até recentemente foi um país integrado (malgrado as clivagens regionais, religiosas, étnicas e nacionais) tornou-se numa espécie de

federação de pequenos Estados (ou candidatos a serem, como os curdos) modelados com a presença dos principais atores internacionais que colaboraram na queda do governo do Partido Baath: Turquia, Israel, Estados Unidos e o Islã político (do HTS). Desta forma, a “balcanização” da Síria está no momento ocupando o lugar de um verdadeiro Estado Nacional. Esta foi construída por décadas de assédio ao país e no futuro dependerá para a sua continuidade dos interesses de cada um dos atores intervenientes em manter ou não esta situação

Surgiram nos últimos dias informações abundantes da ocorrência de massacres que as forças de segurança do novo regime sírio estão perpetrando desde a sua instalação contra cristãos, drusos e, principalmente, alauítas. A novidade agora é a estruturação de uma resistência às ações do novo governo, indicando uma eventual e possível retomada da guerra civil. Não se sabe ao certo qual é a fonte material de apoio a este novo movimento contestatório e nem a sua capacidade de se impor como uma força política com poder de intervenção na vida política síria. De qualquer forma, o que está explícito neste episódio é o retorno da instabilidade e do questionamento ao poder central (já ameaçada pela presenta turca, americana e israelense no interior do território sírio) e sua capacidade de manter alguma forma de unidade e integridade do território nacional. Os desdobramentos destes episódios ainda não são claros, já que dependem da redefinição do apoio dos apoiadores iniciais do HTS para mantê-lo no poder e defender seus interesses através deste ator político que não inspira confiança.

A ÍNDIA NO TABULEIRO DAS GRANDES POTÊNCIAS: AS RELAÇÕES COM CHINA, EUA E RÚSSIA NO CONTEXTO DE TRUMP 2.0

Matheus Petrelli*

Introdução

A crise econômica global de 2008 foi de extrema relevância para o Sistema Internacional. Marcou a estagnação e, em alguns casos, retração de economias centrais e a ascensão de uma nova potência emergente, a China. Diversos acadêmicos já apontavam que o século XXI seria o século da Ásia (GRATIUS, 2008). Além do Estado chinês, destaca-se a Índia. A Índia "manteve taxas de crescimento anuais acima de 6% e, juntamente com a China, tornou-se o principal motor do crescimento econômico global" (MANZI; LIMA, 2021, p. 6, tradução própria). Ela possui diversas características que a respaldam como ator relevante nessa nova configuração do Sistema Internacional, entre elas, a maior população do mundo, elevado poder militar e crescente influência na geopolítica mundial.

A partir da ascensão chinesa, a Índia tem se tornado uma peça cada vez mais relevante para as disputas de poder do Sistema Internacional. Se posicionando de forma quase pendular entre a China e os EUA, o governo indiano ainda possui capacidades diplomáticas e comerciais para atuar em parceria com a Europa e Rússia. Segundo seu ministro das relações exteriores, Jaishankar, é possível afirmar que a Índia tem a capacidade de "engajar com os Estados Unidos, controlar a China, cultivar a Europa, tranquilizar a Rússia, trazer o Japão para o jogo, envolver os vizinhos, ampliar a vizinhança e expandir os grupos tradicionais de interesse" (JAISHANKAR, 2024, p. 1, tradução própria).

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ)

É de extrema relevância compreender como o Estado indiano interage com as principais potências na atual conjuntura. Por isso, abordaremos aqui a relação comercial e política entre os EUA, a China e a Rússia com a Índia e como a eleição de Donald Trump, sua postura e atuação internacional podem afetá-las.

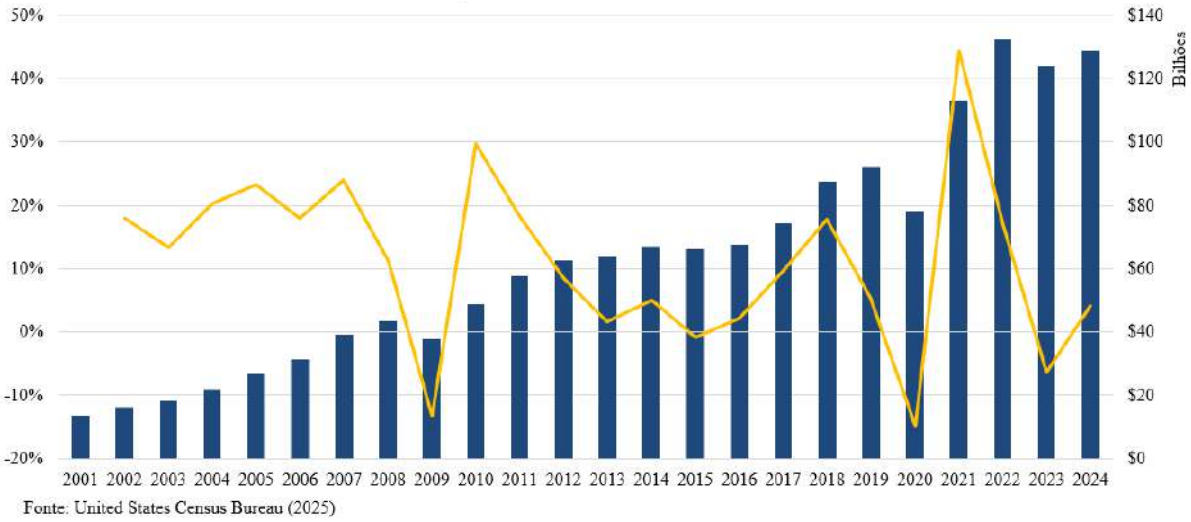
A crescente relevância internacional indiana, a relação com os Estados Unidos e as ameaças de Trump 2.0

Para compreender esse posicionamento indiano é necessário visitar alguns conceitos que fundamentaram a formação de seu Estado moderno e como eles se refletem hoje nas relações entre a Índia e os principais atores do Sistema Internacional. Destacamos, inicialmente, duas pautas defendidas por Mahatma Gandhi. A primeira é o conceito de swaraj ('swa' + 'raj', governo próprio). Traduzido como autossuficiência do Estado indiano, é basilar para compreender a atuação de sua política externa. Os receios da ameaça imperialismo, após a longa colonização britânica, tornaram esse conceito ativo até os dias atuais. Ghandi foi famoso ainda pela defesa da não violência, tornando o *ahimsa* mais um legado para o Estado moderno indiano, incorporado como pilar de suas políticas. A Índia se opôs, de sua independência até o início da década de 1960, a atuar internacionalmente por meio do emprego de forças bélicas. Essa postura acabou sendo revisada desde 1962 após uma derrota humilhante no conflito sino-indiano. Depois da nuclearização da China, o governo indiano começou, com apoio da URSS, seu programa nuclear. Criticado pelos Estados Unidos, a potência hegemônica mudou sua postura após sua conclusão em 1998 com o teste Pokhran II. Depois dos atentados de 2001 essa mudança se tornou ainda mais evidente. O Paquistão, rival histórico indiano, se tornou um alvo da política externa estadunidense de Guerra ao Terror. Por ser um país de maioria islâmica e suspeito de oferecer suporte à Osama Bin Laden, os Estados Unidos se aproximaram da Índia como forma de neutralizar a sua influência. Esse processo teve seu ápice em 2005 a partir de uma declaração conjunta entre os países, quando declarou-se a Índia como "um estado responsável com tecnologia nuclear avançada" (BHATIA, 2017, p. 126 – 127), e a cooperação em diversos pontos sobre tecnologia, segurança e controle nuclear. A Índia passou a fazer parte do QUAD, um diálogo quadrilateral para reforçar

a democracia e a segurança na Ásia (ALBUQUERQUE; LIMA, 2024, p. 13). Formado, inicialmente, pelo Japão, o grupo tem como membros a Austrália, Estados Unidos e a Índia e expressam os interesses da política externa estadunidense de contenção da China no continente asiático.

A relação bilateral entre o governo indiano e estadunidense tem se tornado cada vez mais intensa. Desde a virada do século XXI, o volume de transações comerciais entre os países aumentou de 13 para 129 bilhões de dólares. Os momentos de declínio acentuado foram nos anos de grandes crises globais. Em 2009, os reflexos da estagnação econômica mundial sofrida em 2008 e, em 2020, por conta da pandemia de Covid-19. Além desses, percebe-se certa estabilidade no crescimento dos volumes a cada ano.

Gráfico 1 – Evolução das Trocas Comerciais EUA-Índia



Fonte: United States Census Bureau (2025)

A Índia possui um perfil protecionista e, ao contrário da maior parte dos países do sul global, apresenta uma presença considerável das elites nacionais em sua economia. Mesmo com o aumento no volume de transações, há críticas entre os republicanos norte-americanos às tarifas impostas pela Índia aos produtos oriundos dos Estados Unidos. Durante o primeiro governo de Donald Trump, apesar de apresentar uma relação amistosa com o Primeiro-Ministro indiano, Narendra Modi, houve ruídos sobre esta questão. O caso mais emblemático foi o da marca estadunidense Harley-Davidson. Para o governo Trump, a Índia gravava com taxas

muito elevadas a empresa e a pressionou o país a reduzi-las. Baseando-se no conceito de *swaraj*, o governo indiano costurou um acordo para que a Harley-Davidson entrasse no mercado nacional a partir de uma *join-venture* com uma empresa da Índia. Assim, foi possível apaziguar as críticas do governo estadunidense quanto a presença da marca no país sem que os interesses nacionais fossem abalados. Com o tom mais crítico de Donald Trump 2.0, algumas parcelas do mercado indiano têm expressado receio de possíveis taxações, o que veio a ocorrer no anúncio realizado pela Casa Branca em 2 de abril, que impôs tarifas de 26% ao país, suspensas por 90 dias para negociações. Segundo o *Research and Information System* (RIS) — Sistema de Pesquisa e Informações para países em desenvolvimento da Índia —, o governo indiano contribui com cerca de 3,2% do déficit comercial dos Estados Unidos, nona colocação, bastante abaixo de China (30%), México (19%) e Canadá (14,5%), alvos principais.

Após a visita de Narendra Modi a Casa Branca em fevereiro de 2025, ficou ainda mais evidente sua relação amistosa com o presidente Donald Trump. Além disso, diversos acordos comerciais foram assinados, comprovando o interesse bilateral em manter o desenvolvimento da relação. As ameaças feitas por Trump diretamente à Índia e aos países membros dos BRICS representam um reflexo do *modus operandi* de sua política externa e não necessariamente a realidade. A possibilidade de criação de uma moeda dos BRICS e o processo de desdolarização da economia internacional é um dos pontos que mais aflige o governo Trump. A postura reticente da Índia quanto a criação de uma moeda dos BRICS demonstra um posicionamento que se alinha aos interesses estadunidenses. O aumento de tarifas a produtos indianos será mais um resultado da política externa de Trump, pois a Índia já demonstrou disposição para negociar possibilidades que atendam interesses mútuos.

A relação com a China e o outro lado do pêndulo

Historicamente a Índia e a China se apresentam como rivais históricas. Alguns conflitos marcaram essa relação, onde se destaca a guerra sino-indiana de 1962,

essencial para a mudança no paradigma de não-violência da política externa indiana. Considerada como uma derrota humilhante da Índia, logo após o conflito iniciou-se uma corrida armamentista na região. Depois que a China começou seu programa nuclear, a URSS financiou o desenvolvimento nuclear indiano como forma de contrabalancear o poder chinês. Em resposta, a China apoiou o programa paquistanês. Como consequência, observa-se a região mais nuclearizada do mundo.

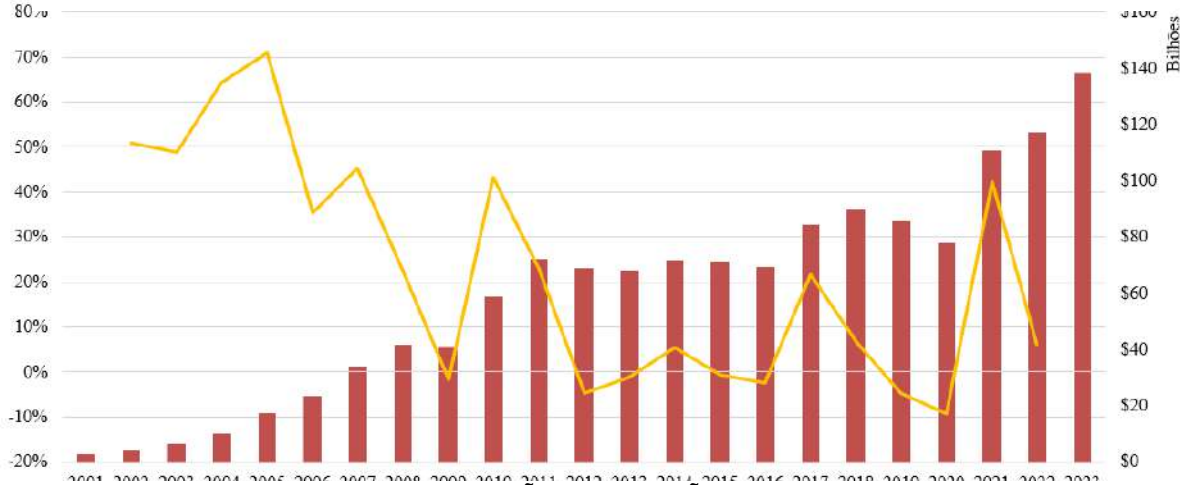
Apesar de todo esse atrito histórico, os países possuem algumas similaridades. Apesar das especificidades, percebe-se, em ambos, um nacionalismo herdado de grandes impérios destruídos pelo colonialismo europeu. Esse sentimento é resgatado a todo momento pelas lideranças nacionais e estão presentes na formulação de políticas econômicas até os dias atuais. Além disso, por compartilharem, durante o final do século XX e começo do XXI, o status de países emergentes no Sistema Internacional, formaram, inicialmente com Brasil e Rússia, o BRIC, com a adição da África do Sul, o BRICS. Esse grupo já corresponde a maior parte da população mundial, representa os interesses de parte do sul global e defende uma reforma na estrutura do Sistema Internacional. Mesmo fazendo parte dos BRICS, a relação sino-indiana ainda não apresentava tanta profundidade graças a todo histórico de atritos. A partir da metade da primeira década do século XXI, essa realidade passa a mudar.

Desde a crise de 2008, a Índia se apresenta como uma via democrática que se opõe ao autoritarismo chinês na Ásia. É nesse contexto que, em 2015, o governo indiano conseguiu entrar na Organização para Cooperação de Xangai (OCX). Esse grupo, que é formado pelo Cazaquistão, China, Índia, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão e Uzbequistão, tem como objetivo aumentar a cooperação acerca de temas de segurança, terrorismo, narcotráfico e economia. Inicialmente, sem a presença da Índia, a organização representava o principal mecanismo de integração entre a Ásia Central e as duas principais potências da região, China e Rússia. Além disso, foi muito utilizada pelo governo chinês como forma de projetar seu poder. Em 2015, buscando uma atuação mais influente na Ásia Central, a Índia se tornou membro da organização e, se posiciona como contrapeso da China.

A Índia busca também projetar seu poder por meio da Associação de Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN). Visando sua maior presença na região, o país entrou na organização em 1995 como parceiro de diálogo pleno. Além de conseguir a aproximação com diversos parceiros econômicos relevantes, o governo indiano se envolve nessa organização a partir de uma postura de contrapeso ao suposto imperialismo chinês na região, segundo alguns membros da ASEAN. Assim, além de expandir seu poder regional, consegue frear certa expansão da China.

Mesmo possuindo diversas atuações que vão de encontro aos objetivos da diplomacia chinesa, recentemente, com as mudanças na política externa estadunidense, é possível perceber certa reaproximação entre as potências asiáticas. Apesar dos atritos históricos, o volume de transações comerciais entre os países tem crescido significativamente. Em paralelo aos Estrados Unidos, da virada do século XXI até 2023, percebe-se o salto de 2 para 138 bilhões de dólares no volume de transações comerciais. Apesar de um crescimento maior se comparado a relação EUA-Índia, é válido ressaltar o desenvolvimento econômico chinês durante esse período. Enquanto, em 2001, os Estados Unidos já eram considerados a maior economia global, a China passou a se tornar uma potência econômica apenas após a primeira década do século XXI. Assim, o crescimento do volume de 13 para 129 bilhões de dólares entre Estados Unidos e Índia representa a aproximação de uma relação comercial, que antes era de certo afastamento. Já o salto na relação China e

Gráfico 2 – Evolução das Trocas Comerciais China-Índia



Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2025)

Índia representa a interação entre duas economias em desenvolvimento que alcançaram um crescimento durante o corte temporal analisado. Ainda assim, é válido ressaltar certo aumento recente nas trocas comerciais entre os países asiáticos. Durante os anos 2010 o volume de trocas apresentou certa estabilidade. A partir de 2021, percebe-se um crescimento considerável de 110 para 138 bilhões de dólares, em 2023.

Além da aproximação econômica entre os países, observado no Gráfico 2, em outubro de 2024, um encontro entre as lideranças chinesa, Xi Jiping, e indiana, Narendra Modi, marcou o anúncio de um acordo sobre a retomada do diálogo acerca de impasses fronteiriços. Essa celebração, apesar de embrionária, representa certo descongelamento da relação e, principalmente, dos temas relacionados à fronteira. Essa reaproximação aconteceu no contexto da eleição estadunidense que gerou certo receio e incerteza ao governo chinês. Novamente, a Índia se encontra em uma posição estratégica frente a uma potência mundial. A proximidade recente com os EUA garante certo poder de barganha ao país. Além disso, por estar presente em grande parte das organizações internacionais essenciais para o projeto chinês, a postura do governo indiano pode impactar de forma significativa na atuação regional da China. Se for de seu interesse, pode atuar de forma mais reticente à projeção de poder chinesa, ou com uma postura mais conivente à essa expansão.

Com o retorno de Donald Trump a presidência, essa posição estratégica se intensifica ainda mais, uma vez que a política externa estadunidense de maior enfrentamento à China pode iniciar certa pressão sobre a potência asiática. Assim, percebe-se que a Índia se torna vital, tanto para o projeto de projeção de poder chinês, quanto para o estadunidense de contenção da China.

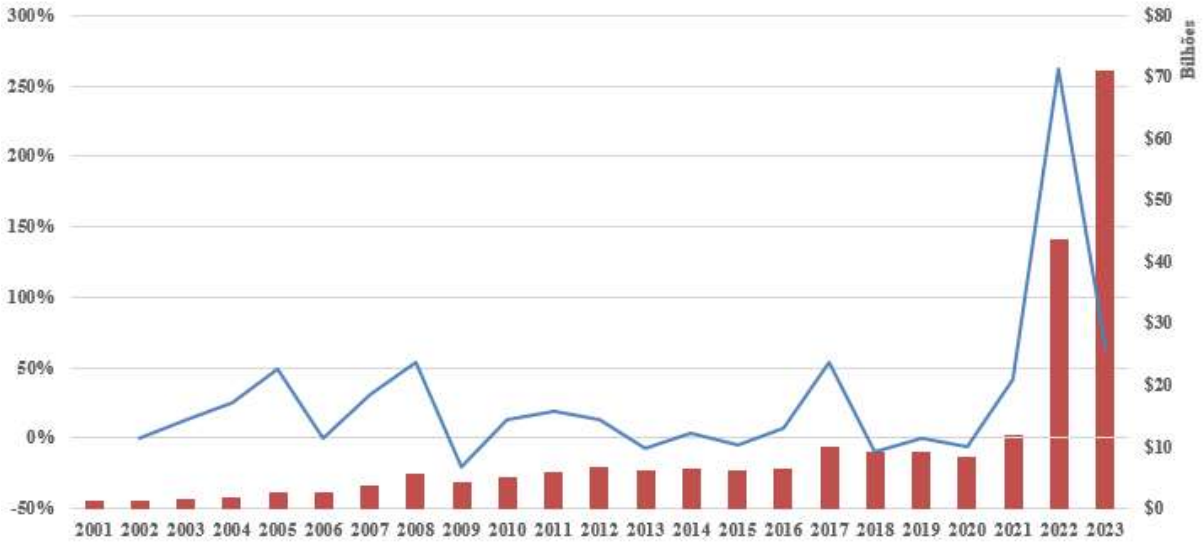
Relações com a Rússia: a nova face de uma parceria histórica

A guerra na Ucrânia representou uma nova configuração nas relações interestatais para a Rússia. O bloqueio e afastamento provocado pelas grandes economias ocidentais fez com que Estado russo buscasse novos mercados. É nesse contexto que Subrahmssnyam Jaishanka, o ministro das relações exteriores indiano, apontou para uma tendência de aquecimento nas interações entre a Rússia e a Ásia.

A Índia é um parceiro chave da Rússia desde a Guerra Fria. Desse período até os dias atuais, o país sul-asiático possui trocas militares significativas, tanto em tecnologia quanto em comércio. Além da URSS promover o programa nuclear indiano para contrabalancear o poder militar chinês, a Índia foi a maior importadora de armas soviéticas (SENNES, 2001). A Índia foi uma das pioneiras no movimento de não alinhamento. Em contato próximo com uma potência global, o Estado indiano, durante a Guerra Fria, não se alinhou diretamente a URSS. Percebe-se a presença do *swaraj* e a autonomia indiana no posicionamento frente aos dois polos do poder global durante a Guerra Fria.

A partir da virada do século XXI, há uma tendência de estagnação no crescimento do volume de transações entre a Rússia e a Índia, revertido, desde 2022, por um salto nas relações comerciais com a Índia, como demonstra o Gráfico 3, que respaldou a retomada do protagonismo russo no Sistema Internacional. O volume de importações e exportações entre os países subiu de 12 para 71 bilhões de dólares de 2021 até 2023 associando-se ao conflito Rússia-Ucrânia e afastamento das principais economias ocidentais do mercado russo.

Gráfico 3 – Evolução das Trocas Comerciais Rússia-Índia



Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2025)

O governo indiano está presente nas principais organizações internacionais de interesse russo. No âmbito regional, a OCX é fundamental para a projeção de poder da Rússia na Ásia central. De forma mais sistêmica, os BRICS representam o interesse de grande parte do Sul Global e possuem relevância cada vez maior. Com relação à eleição recente de Donald Trump, a retirada do apoio estadunidense à Ucrânia e certa reaproximação entre a Rússia e os EUA, há uma tendência ao fortalecimento do poder russo. Em contrapartida, observa-se a queda da relevância do poder europeu como uma possível consequência. Para o Estado indiano esse contexto se torna favorável graças a elevados volumes de trocas do país com todas as partes envolvidas.

Apesar da proximidade com a Rússia, a Índia também possui boas relações com as principais potências europeias. Em fevereiro de 2025, aconteceu a Cúpula para a Ação sobre a Inteligência Artificial. Com sede na França, o encontro foi proposto, além do país sede, por China e Índia. A Cúpula demonstrou o protagonismo indiano na tecnologia mais relevante para o Sistema Internacional no atual contexto. Além disso, demonstra a crescente relevância mundial da Índia ao se apresentar como um dos países propositores do encontro. Outro fato a ser destacado é a amistosa relação entre a França, principal ator político da União Europeia, e o Estado indiano. Essa cordialidade pode ser percebida a partir de proposições mais práticas como o Corredor Econômico UE — Oriente Médio — Índia (IMEC). A proposta se apresenta como uma via à Nova Rota da Seda chinesa (BRI) e, apesar de sua execução possuir inúmeras complexidades, aponta para a relevância da Índia como alternativa a China para a União Europeia.

Conclusões

Após observar as interações indianas com as principais potências do Sistema Internacional contemporâneo, é possível direcionar alguns apontamentos. Quanto aos Estados Unidos, percebe-se uma relação em constante evolução, apesar das recentes instabilidades. Do afastamento durante a Guerra Fria à virada do século XXI e os dias atuais, fica evidente o crescente volume de trocas comerciais e interações

políticas. Isso acontece, e tende a se manter, graças a política estadunidense de contenção da China e papel central que a Índia ocupa nesse projeto. A presença indiana nos principais organismos de projeção de poder regional e global chinês evidencia seu papel chave como freio da expansão internacional da China. Além disso, por possuir elevadas trocas comerciais com a principal potência asiática, o mercado indiano se torna estratégico para os EUA. O crescimento no volume de trocas entre a Índia e o governo estadunidense poderá representar certa estagnação das trocas diretas entre os países asiáticos. Mesmo com as bravatas de Trump acerca do aumento de tarifas, o papel central da Índia na política de contenção chinesa se apresenta como obstáculo para essa imposição tarifária. Novamente, ainda que o governo estadunidense atropele a centralidade dessa relação comercial e imponha maiores taxas, a Índia, a partir do *swaraj*, já demonstrou que o interesse nacional é o norte de sua política. Assim, poderá tentar, como feito no primeiro governo Trump, contornar esse possível atrito tarifário ou direcionar seu mercado para outro Estado no Sistema Internacional. A relação indiana com as outras principais potências faz com que não haja uma dependência direta de nenhuma delas. Assim como percebido, os volumes de transações com China, EUA e Rússia apresentam crescimento e se encontram em patamares próximos. Salvo as especificidades do comércio com cada país, fica evidente um equilíbrio nas trocas comerciais internacionais da Índia com atores centrais do Sistema Internacional.

Da mesma maneira, a relação sino-indiana apresenta uma tendência de aproximação. Inicialmente mais lenta do que a com os EUA, por conta dos atritos históricos, essa integração entre as potências asiáticas enfrenta diversos obstáculos diplomáticos. Ainda assim, com a ascensão de Donald Trump e o possível aumento da pressão estadunidense na economia chinesa, a Índia se apresenta como um parceiro comercial atraente. Com grande mercado consumidor, potencial de crescimento e proximidade geográfica, percebe-se, principalmente desde 2020, uma tendência de aquecimento nas trocas comerciais entre os países. Em paralelo, a presença indiana em algumas organizações de interesse da política externa chinesa — ASEAN, BRICS e OCX —, faz com que a Índia possua certo poder de barganha política. Um dos objetivos da política externa indiana é alcançar o assento permanente

no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) e um dos principais obstáculos é a oposição chinesa. Assim, há certo posicionamento mútuo de contenção. Além disso, as questões fronteiriças históricas também se apresentam como divergências a serem resolvidas. Nesse sentido, a partir dessa possibilidade de reaproximação entre os Estados a partir da nova conjuntura, há margem para diálogos que envolvam concessões de ambos e uma embrionária possibilidade de aproximação.

Em paralelo, o crescimento recente nos volumes comerciais entre Rússia e Índia representam a retomada de uma parceria antiga. Desde a Guerra Fria os países apresentaram relações próximas. Após a dissolução da URSS e a conseguinte perda de influência internacional russa, houve uma estagnação na interação entre os Estados. Mesmo sem essa aproximação tão evidente, ambos fazem parte de duas organizações extremamente relevantes para o Sistema Internacional. No âmbito da Ásia Central, a OCX é o principal mecanismo de projeção de poder e, de forma sistêmica, os BRICS apresentam uma influência crescente. A partir do conflito Rússia-Ucrânia e a imposição de sanções econômicas das principais potências ocidentais ao governo russo, a Índia se apresentou como principal meio de escoamento de combustíveis produzidos na Rússia. Assim, a partir de 2022, percebe-se a retomada da reaproximação econômica entre os países.

Após analisar a interação das principais potências mundiais com a Índia, destaca-se o papel protagonista desempenhado pelo Estado indiano. Para todas elas, a Índia se apresenta como um meio de alcançar objetivos internacionais. Além disso, os elevados volumes de trocas comerciais com todas essas potências evidenciam o crescimento econômico indiano. Assim, além da relevância internacional política da Índia como agente essencial para diversos projetos na atual conjuntura, percebe-se o aumento da influência econômica indiana no Sistema Internacional.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, M.; LIMA, M. R. S. DE. **What does it take for a country to rise? An analysis of Indian foreign policy in power transition contexts.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 67, n. 2, p. e018, 2024.

AYRES, Alyssa. **Our Time Has Come: How India is Making Its Place in the World**. New York: Oxford University Press, 2018BHATIA, Vandana. **The US-India Nuclear Agreement: Accommodating the Anomaly?** Lanham: Lexington Books, 2017.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy: Understanding the International Economic Order**. Princeton University Press: 2001.

INDIA-DONALD TRUMP TARIFFS CHINA MEXICO CANADA. The Indian Express. Disponível em: <https://indianexpress.com/article/business/india-donald-trump-tariffs-china-mexico-canada-9813179/?ref=hometop_hp>

JAIN, B. M. **Global Power: India's Foreign Policy 1947-2006**. New Delhi: Pentagon Press, 2008.JAISHANKAR, Subrahmanyam. **Why Bharat matters.** New Delhi: Rupa Publications, 2024.

MADAN, Tanvi. **Has India made friends with China after the Modi-Xi agreement?** Brookings Institution, 29 out. 2024.

MANZI, Rafael; LIMA, Jean Santos. **Another great power in the room? India's economic rise in the 21st century and the dual economy challenge.** *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 64, n. 1, e005, 2021. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329202100105.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Comtrade Database**. Disponível em: https://comtradeplus.un.org/TradeFlow?Frequency=A&Flows=all&CommodityCodes=TOTAL&Partners=156&Reporters=699&period=recent&AggregateBy=none&BreakdownMode=plus. Acesso em: 02 mar. 2025.

SCOTT, David (Ed.). **Handbook of India's International Relations.** 1. ed. London: Routledge, 2011. 338 p. ISBN 978-1-85743-552-8.

THE INDIA-MIDDLE EAST-EUROPE ECONOMIC CORRIDOR: AN EARLY ASSESSMENT. The Forum. Disponível em: <https://theforum.erf.org.eg/2023/10/30/the-india-middle-east-europe-economic-corridor-an-early-assessment/>.

TRUMP TARIFF THREATS AND WHAT IT MEANS FOR INDO-US TRADE TIES EXPLAINED. Hindustan Times. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/trump-tariff-threats-and-what-it-means-for-indo-us-trade-ties-explained-101738231104898.html?utm_campaign=linkinbio&utm_medium=referral&utm_source=later-linkinbio>.

U.S. CENSUS BUREAU. **Foreign Trade: Balance with India**. Disponível em: https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5330.html#questions. Acesso em: 05 mar. 2025.

VAJPEYI, Ananya. **Righteous Republic: The Political Foundations of Modern India**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012.

WALLERSTEIN, I. **O declínio do Poder Americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

GIORGIA MELONI E O ATLANTISMO EQUILIBRISTA DA EXTREMA-DIREITA: PONTE ENTRE TRUMP E A EUROPA?

Alice Niffoi *

Giorgia Meloni era a única líder europeia presente na cerimônia de posse de Donald Trump. Este fato ilustra simbolicamente a amizade entre a primeira-ministra italiana e o presidente estadunidense, bem como o singular alinhamento político-ideológico entre os dois líderes. A proximidade de Meloni com Trump constitui uma exceção no contexto europeu atual. Desde seu retorno à Casa Branca, o magnata americano adotou posições que alienaram os aliados tradicionais dos EUA, tanto no campo econômico, com a adoção de medidas protecionistas, quanto no plano militar, principalmente devido à brusca mudança de posição em relação ao apoio à Ucrânia, configurando a fratura mais profunda nas relações transatlânticas desde o pós-guerra.

Paralelamente, Meloni mantém relações funcionais tanto com os outros chefes de governo europeus quanto com as lideranças das instituições da UE, embora essas interações sejam marcadas por frequentes atritos decorrentes de divergências políticas consideráveis.

Neste artigo, mapeamos o lugar da Itália nessa volátil conjuntura geopolítica, com foco na atuação da primeira-ministra Giorgia Meloni e sua tentativa de se erigir como “ponte” entre os Estados Unidos de Trump e a Europa. Ao longo da pesquisa, buscaremos decifrar a viabilidade deste papel de mediadora principal entre os interesses trumpianos e o projeto europeu, seu potencial de consolidar-se como ator-chave no tabuleiro global e quais seriam as implicações, desafios e limites dessa posição ambivalente.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ)

A análise estrutura-se em torno de três eixos. Inicialmente, examinamos a relação entre Giorgia Meloni e Donald Trump e, em segundo lugar, com Elon Musk, considerando tanto os pontos de alinhamento quanto as divergências em matéria de economia, estratégia de governo, relações internacionais, gestão dos fluxos migratórios e posições ético-morais. Em seguida, o foco recai sobre a situação política interna italiana, analisando as tensões que atravessam a coalizão governista e que ameaçam enfraquecer a liderança de Meloni. O segmento final concentra-se no cenário europeu, enfatizando o papel da primeira-ministra italiana e o impacto, no Velho Continente, das decisões tomadas por Trump durante os primeiros meses de seu segundo mandato.

O alinhamento político-ideológico de Trump e Meloni. Base para um novo atlantismo de extrema direita?

Donald Trump e Giorgia Meloni expressaram diversas vezes sua mútua admiração (CNN BRASIL, 2025). Além disso, Meloni cultiva uma relação de proximidade com o magnata Elon Musk (KVAL, 2025), enquanto o vice-primeiro-ministro italiano Matteo Salvini demonstrou sintonia com o vice-presidente americano Vance (ANSA, 2025)

A relação entre Giorgia Meloni e Donald Trump baseia-se em uma afinidade de visões estreita, que configura uma linha política fortemente convergente. A orientação comum dos dois líderes pode ser descrita como uma síntese entre o nacionalismo populista reacionário e um neoliberalismo oligárquico seletivo, adaptado aos respectivos contextos. Essa convergência reflete a crise da hegemonia liberal global, na qual a direita radical assume o papel de instrumento para a reestruturação do domínio capitalista, respondendo tanto ao declínio dos Estados Unidos quanto às contradições do projeto europeu. A afinidade entre os dois líderes é estrutural: ambos buscam redefinir a hegemonia ocidental em uma direção autoritária, reforçando elementos de governança securitária e iliberal, sem, no entanto, romper com o capitalismo — mas antes adaptando-o aos seus próprios interesses estratégicos e de classe.

No plano econômico, tanto Meloni quanto Trump adotam uma posição

marcadamente neoliberal. Essa postura se reflete, em primeiro lugar, nas políticas de desregulamentação do mercado de trabalho e nos cortes, diretos ou indiretos, nos serviços de bem-estar social, transformando muitos desses últimos em instrumentos de disciplinamento da força de trabalho precarizada e das pessoas desempregadas.

Desde seu primeiro mandato, Trump promoveu uma ampla desregulamentação do mercado de trabalho e uma drástica redução do poder de negociação dos sindicatos — uma linha de ação que continuou a seguir também nos primeiros meses de seu segundo mandato. Ele demitiu dois membros da *Equal Employment Opportunity Commission* (EEOC), paralisando as atividades contra a discriminação no trabalho, e anulou os contratos coletivos firmados nos últimos meses da administração Biden. Paralelamente, sua administração incentivou os funcionários públicos a denunciarem colegas envolvidos em atividades relacionadas à diversidade, equidade e inclusão (DEI), contribuindo para criar um clima de hostilidade e intimidação dentro da administração pública. A nomeação de figuras ultraconservadoras como Russell Vought — arquiteto do plano “Project 2025”, que propõe a abolição dos sindicatos no setor público — confirma a vontade política de desestruturar o aparato estatal e atingir de forma direcionada as categorias mais vulneráveis, em particular trabalhadores racializados e mulheres (GREENHOUSE, 2025).

Uma linha política convergente com a adotada pelo governo italiano. O Decreto Trabalho de 2023 (DL 48/2023), constitui uma etapa fundamental desse projeto. O decreto estendeu a duração máxima dos contratos temporários sem justificativa de 12 para 24 meses e introduziu novas justificativas genéricas, facilitando o uso estrutural de contratos precários. Segundo o ISTAT, em 2024 os contratos temporários aumentaram 18% (ISTAT, 2024).

A reforma também aboliu o Rendimento de Cidadania, substituindo-o pelo Subsídio de Inclusão (ADI), destinado a sujeitos definidos como “inempregáveis”, e pelo Instrumento de Ativação para o Trabalho (SDA), voltado para indivíduos em idade ativa que devem obrigatoriamente aceitar qualquer oferta de trabalho considerada adequada para manter o benefício de 350 euros. Todo o sistema é sustentado por

uma plataforma digital (SIISL) que integra ferramentas de vigilância e controle e prevê a assinatura de um Pacto de Ativação Digital (DE SANTIS, 2025). Em linha com a abordagem *workfarista*, o decreto prevê sanções penais para quem violar os critérios de acesso aos benefícios e reforça as obrigações de verificação e rastreamento por parte do INPS e da Inspeção do Trabalho. Também foram introduzidos incentivos à contratação de jovens com menos de 30 anos e de beneficiários do ADI, inclusive com remunerações inferiores aos padrões previstos pelos contratos coletivos (MINISTERO DEL LAVORO, 2023). Esse pacote de reformas reforça uma visão em que o bem-estar social não é concebido como um direito universal, mas como um instrumento condicionado à obediência e à total disponibilidade para o mercado de trabalho.

Também no plano ambiental, a orientação do governo Meloni se alinha a uma visão neoliberal e produtivista, que subordina as políticas de proteção ambiental às exigências do mercado e da produtividade industrial. A retórica da neutralidade tecnológica e da defesa dos interesses nacionais, tem servido para justificar o enfraquecimento — ou em certos casos até o bloqueio — de medidas de descarbonização e adaptação climática já previstas no âmbito europeu. No debate sobre o *Green Deal* europeu, Meloni adotou uma posição crítica em relação aos objetivos ambientais vinculativos da UE, considerados prejudiciais ao sistema produtivo italiano. O governo apoiou, por exemplo, a revisão para o rebaixamento do regulamento sobre a redução das emissões agrícolas e florestais; e se opôs à introdução de limites mais rígidos para os carros movidos a combustão interna. Paralelamente, promoveu um aumento dos investimentos em gás natural, considerado uma “fonte de transição”, e apoiou novas infraestruturas fósseis, como terminais de regaseificação e gasodutos. Essa postura reflete uma continuidade com os governos Berlusconi, para os quais o meio ambiente sempre representou um terreno de mediação entre interesses industriais e obrigações normativas, mais do que uma verdadeira prioridade política. O ambientalismo é reduzido a uma ideologia “radical chic”, enquanto se promove uma “transição ecológica não ideológica” funcional à manutenção do status quo e à proteção das margens de lucro das empresas. As áreas protegidas são apresentadas como “motores de desenvolvimento”, inclusive por meio da proposta de abri-las a patrocínios privados, e o vocabulário governamental insiste na “valorização econômica” dos recursos

naturais.[2]

Mais uma vez, emerge uma forte convergência com a linha trumpista: também nos Estados Unidos, Trump anunciou a intenção de retirar novamente o país do Acordo de Paris, relançar a extração de carvão, petróleo e gás, desmantelando as principais medidas ambientais introduzidas por Biden, incluindo o *Inflation Reduction Act*. Ambos os governos, portanto, rebaixam a emergência climática a uma questão secundária diante dos interesses industriais e geopolíticos, tratando a sustentabilidade como um obstáculo à competitividade nacional (GARRIC, 2024).

As políticas migratórias representam mais um terreno de marcada convergência entre as agendas de Giorgia Meloni e Donald Trump, ambas caracterizadas por uma abordagem securitária e dissuasiva, voltada a limitar drasticamente os fluxos migratórios e a restringir a permanência de migrantes já presentes no território nacional. Na Itália, o governo Meloni firmou um polêmico acordo com a Albânia para a criação de centros de detenção extraterritoriais, destinados à custódia de migrantes a serem deportados. O protocolo, com custo previsto de mais de 600 milhões de euros, foi duramente criticado por juristas e associações de direitos humanos, e já foi objeto de repetidas rejeições por parte dos tribunais italianos, que destacaram seu contraste com os princípios da legislação europeia e internacional em matéria de proteção (COVELLI, 2025). A iniciativa insere-se em uma estratégia mais ampla que inclui o estado de emergência nacional para a gestão dos fluxos, a adoção de procedimentos acelerados nas fronteiras e acordos bilaterais com países de origem e trânsito como Líbia e Tunísia, com o objetivo de bloquear as partidas rumo às costas italianas (REUTERS, 2025; AMBROSINO, 2025). Embora, segundo a Frontex, tais políticas tenham contribuído para uma redução de 38% nas travessias irregulares no Mediterrâneo central (FRATELLI D'ITALIA, 2025), elas suscitaram forte oposição de diversas ONGs, da Igreja Católica e de amplos setores da sociedade civil. Além disso, as numerosas decisões judiciais contrárias – como no caso da caução de 5.000 euros

[2] Com o Decreto-Lei n.º 153/2024, o governo acelerou os procedimentos de autorização ambiental para projetos estratégicos, reduzindo o poder das comissões VIA e privilegiando as grandes obras. Ao mesmo tempo, a lei orçamentária de 2025 previu um corte de 9,4% nos gastos do Ministério do Meio Ambiente em relação ao ano anterior, com uma redução prevista de até 38% até 2027 (TURCO, 2025).

exigida aos solicitantes de asilo para evitar a detenção nos CPR — evidenciam um traço comum com a administração Trump: a tendência a forçar os limites do ordenamento jurídico e a entrar em conflito sistemático com o poder judiciário, alimentando uma narrativa de deslegitimação da magistratura (COVELLI, 2025).

Desde o início de seu mandato, a administração Trump fez da imigração um dos pilares de seu projeto político, adotando medidas drásticas como a revogação do status legal temporário de mais de 500.000 imigrantes provenientes de Cuba, Haiti, Nicarágua e Venezuela, e tentando utilizar o "*Alien Enemies Act*" de 1798 para justificar deportações coletivas para terceiros países — medida posteriormente bloqueada por um tribunal de apelação (MIELE, 2025; NAVA, 2025). Trump também reativou os centros de detenção familiar para migrantes, desativados pelo governo anterior, suscitando fortes críticas por parte de organizações de direitos humanos e de diversos governos estrangeiros.

A relação entre o Executivo e o Judiciário deteriorou-se fortemente durante a administração Trump, que frequentemente interpretou as decisões desfavoráveis como um obstáculo à "vontade popular", alimentando um clima de desconfiança institucional semelhante ao que se delineia no contexto italiano. Ambos os líderes manifestaram, uma crescente hostilidade de seus respectivos governos em relação ao sistema judiciário, percebido como um obstáculo à implementação de suas agendas, especialmente no que diz respeito às políticas migratórias. Se, nos Estados Unidos, Trump procurou enfraquecer a independência dos órgãos judiciais e das agências federais, na Itália posições semelhantes foram expressas diversas vezes, sobretudo pelo vice-primeiro-ministro Matteo Salvini, principalmente em relação a decisões do Judiciário que dificultavam a aplicação das políticas migratórias do governo. [3]

No campo cultural, Meloni e Trump assumem posições marcadamente

[3] A tensão entre o Executivo e o Poder Judiciário não é novidade na direita italiana. Durante seus governos, Silvio Berlusconi frequentemente descreveu a magistratura como um poder politizado e hostil, acusando-a de ser um "contrapoder" que dificultava a ação do Executivo, considerado por ele como a expressão da vontade popular. No entanto, diferentemente da fase atual, em que o conflito entre o governo e o Judiciário assumiu tons mais sistêmicos e menos personalistas, durante a era Berlusconi, esse embate estava mais centrado em suas questões pessoais e processos judiciais (BIANCONI, 2024).

neoconservadoras, expressas tanto na retórica quanto na adoção de medidas concretas. Ambos fazem da defesa dos valores tradicionais um pilar ideológico e político, opondo-se abertamente à chamada cultura *woke*, ao "politicamente correto" e aos direitos das pessoas LGBTQ+. Meloni declarou diversas vezes seu apoio à "família natural" e sua oposição aos "lobbies LGBT", posições que seu governo traduziu em iniciativas legislativas como a proibição do registro civil de filhos de casais homoafetivos e a proposta de tornar a gestação por substituição um crime universal (ROLLING STONE, 2023; ALLIVA, 2023). Embora procure envolver essas posições em uma retórica de defesa dos direitos das mulheres, isso ocorre dentro de uma moldura fortemente identitária e conservadora. Da mesma forma, Donald Trump fez da guerra contra a cultura progressista um dos pilares de sua presidência, assinando ordens executivas contra a inclusão de "narrativas divisionistas" em museus públicos, abrindo investigações federais contra empresas como a Disney por suas políticas de diversidade, e lançando ataques sistemáticos contra a educação inclusiva e os direitos das minorias (EURONEWS, 2025; THE TIMES, 2025). Em ambos os casos, a dimensão cultural desempenha uma função política precisa: consolidar o consenso por meio da mobilização reacionária, explorando uma retórica nostálgica, nacionalista e antigualitária, promovendo valores tradicionais, muitas vezes em detrimento dos direitos das comunidades LGBTQ+ e contra o chamado "politicamente correto" ou cultura "*woke*".

A estratégia de comunicação de Meloni e Trump é muito semelhante. Esta se caracteriza por um estilo direto, muitas vezes abrasivo, que privilegia a interação unidirecional com sua base eleitoral em detrimento do confronto dialético com os adversários ou com a imprensa. Ambos evitam debates públicos, *talk shows* e entrevistas críticas, preferindo o uso das redes sociais como canal privilegiado para afirmar sua narrativa política, fazendo uso estratégico da retórica da autenticidade. Meloni, por exemplo, optou por não participar das coletivas de imprensa após as reuniões do Conselho de Ministros, delegando aos ministros competentes a apresentação das medidas, enfatizando a importância do trabalho em equipe dentro do governo (COLONNA, BRANCATO, CRISTANTE 2025). Trump, por sua vez, utilizou frequentemente sua própria plataforma, a *Truth Social,* para se comunicar

diretamente com seus apoiadores, evitando as interações tradicionais com a mídia *mainstream*. A comunicação é fortemente personalizada e centrada na figura do líder: tanto Meloni quanto Trump falam em primeira pessoa, dirigem-se diretamente "ao povo" e constroem uma relação de identificação com o eleitorado, contornando os meios de comunicação tradicionais e as instituições representativas. O estilo comunicativo e a linguagem utilizada também estão alinhados com essa abordagem, constituindo uma anomalia em relação à política tradicional. A linguagem populista contemporânea caracteriza-se pelo uso de um discurso extremamente simples, direto e coloquial, que rompe com as convenções retóricas do discurso político e reforça o posicionamento dos líderes como *outsiders* em relação à elite institucional típica. Essa estratégia visa produzir um efeito de familiaridade e autenticidade, construindo uma relação imediata e de identificação com o "povo comum" (HUNSTON, [s.d.]).

Uma diferença importante entre Giorgia Meloni e Donald Trump diz respeito à sua abordagem em relação à política externa e à ordem internacional. Ambos expressam uma retórica crítica ao multilateralismo, mas divergem profundamente na gestão concreta das relações com as instituições supranacionais. Essa divergência reflete a posição distinta que Itália e Estados Unidos ocupam na hierarquia global: enquanto Trump pode se permitir um confronto direto graças ao papel hegemônico dos Estados Unidos, Meloni — à frente de um país europeu — adota uma linha mais pragmática, que combina crítica ideológica com participação estratégica.

Trump promove uma política externa abertamente unilateral, baseada em um soberanismo agressivo e em um isolacionismo marcado. Durante seus mandatos, retirou os Estados Unidos de diversos tratados e organismos internacionais, atacou frontalmente a OTAN colocando em xeque o princípio da defesa coletiva, e demonstrou constante desprezo pelas Nações Unidas e pelo multilateralismo em geral. Para Trump, os tratados e normas de cooperação internacional são vistos, em grande parte, como amarras das quais é preciso se livrar para reafirmar a supremacia americana.

Meloni, embora compartilhe muitas críticas às instituições multilaterais — em especial à União Europeia, acusada de burocratismo e de pouca sensibilidade às necessidades dos Estados-membros — adota uma abordagem bastante distinta. A

presidente do Conselho participa pessoalmente de cúpulas europeias, mediterrâneas e internacionais, mantém diálogo constante com outros líderes e se posiciona ativamente em questões altamente polêmicas, como o envio de tropas à Ucrânia ou a gestão dos fluxos migratórios. Apesar de seu perfil ideológico radical, Meloni não questiona a importância da integração europeia nem a necessidade da presença italiana nas instituições supranacionais e na cooperação internacional como um todo. Um exemplo emblemático dessa postura é sua recente adesão à *Coalition of the Willing* em apoio à Ucrânia, mesmo mantendo posições muitas vezes divergentes da maioria dos parceiros europeus. A estratégia de Meloni, portanto, não é de rejeição ou ataque, como a de Trump, mas sim de um "posicionamento crítico": ela não rompe com as regras do jogo internacional, mas busca adaptá-las aos seus próprios interesses, operando de dentro do sistema, e não contra ele.

Assim como Trump, Meloni também está consolidando uma ligação com o bilionário Elon Musk, em uma aliança que reflete a crescente centralidade do empresário no campo da direita internacional. Os dois compartilham uma visão de mundo fortemente crítica ao universalismo liberal-progressista, unidos por um vocabulário ideológico centrado na defesa da "civilização ocidental", na luta contra a "ideologia woke" e na exaltação da natalidade como resposta ao declínio demográfico. A partir do primeiro encontro oficial em Roma, em junho de 2023, Meloni construiu uma relação de crescente proximidade com Musk, que culminou com sua participação como convidado de honra no Atreju, onde o bilionário atacou ambientalistas, migrantes e burocratas europeus, sendo calorosamente aplaudido pelo público do Fratelli d'Italia (KAVAL, 2024). A relação se fortaleceu ainda mais em setembro de 2024, durante a cerimônia *do Global Citizen Award* em Nova York, ocasião em que Musk definiu Meloni como uma "líder extraordinária" e uma "defensora dos valores ocidentais", selando uma convergência político-ideológica funcional à construção de um eixo conservador transatlântico. As relações também se estenderam ao plano econômico e tecnológico, com o governo italiano envolvido em negociações avançadas para a adoção da rede de satélites Starlink, vista como uma resposta ao crônico atraso na expansão da banda larga no país e fortemente apoiada pelo subsecretário Butti (DI VITO, 2025).

No entanto, existem profundas divergências entre os dois em temas ético-morais, o que torna essa relação contraditória. A mais evidente envolve a prática da gestação por substituição: enquanto Musk teve filhos por meio dessa técnica, Meloni promoveu uma lei que a classifica como um 'crime universal', em nome da defesa da família tradicional. Ainda assim, o vínculo entre os dois permanece firme, sustentado por um entendimento estratégico e um objetivo comum: consolidar-se como figuras centrais da nova direita global, tecnonatalista e anti-progressista, determinadas a redefinir a ordem internacional segundo seus próprios valores e interesses. (KAVAL, 2024; DI VITO, 2025).

O vice-primeiro-ministro Matteo Salvini se insere no fortalecimento dos laços entre os conservadores italianos e o universo político trumpista, aproximando-se do colega ultramarino J.D. Recentemente, Salvini, reafirmou o interesse por uma missão comercial aos Estados Unidos e a vontade de reforçar a cooperação bilateral. No centro do diálogo com Vance, além da retórica comum contra a imigração irregular, há também uma referência explícita ao interesse do governo italiano pelo sistema Starlink de Elon Musk, definido por Salvini como um exemplo de excelência americana (ANSA, 2025). Este canal adicional de diálogo demonstra a crescente integração entre as direitas italianas, em suas várias correntes, e o novo eixo político-econômico dos Estados Unidos.

A Itália de Meloni na nova desordem global. Tensões e contradições entre as correntes de direita no governo.

Desde a campanha política que levou à sua eleição como primeira-ministra, Giorgia Meloni procurou associar seu governo a uma imagem de “pureza” e rigor moral, apresentando-se como a antítese da “casta” política tradicional. Essa construção simbólica baseou-se em uma retórica anticorrupção, na exaltação dos valores da família tradicional, em um estilo comunicativo sóbrio e direto, e em um nacionalismo moralizador, que opunha a “pátria honesta e o povo honesto”, do qual Meloni se apresentava como porta-voz, à burocracia corrupta e às elites (SALATA, 2023).

No entanto, esse imaginário foi progressivamente abalado ao longo dos últimos meses, devido a uma série de escândalos que envolveram figuras de destaque não apenas do governo, mas também dos principais partidos da maioria: Fratelli d'Italia, Lega e Forza Italia. De casos de corrupção e clientelismo a acusações de assédio e nepotismo, emergem elementos de forte contradição em relação à narrativa inicial. A presidente do Conselho reagiu geralmente com silêncios estratégicos ou com uma defesa incondicional dos aliados envolvidos, atacando ao mesmo tempo a mídia, acusada de fabricar escândalos e *fakenews* para atingir o governo. Apenas em poucos casos, Meloni afastou os responsáveis por essas ações antiéticas, reivindicando uma linha coerente com o rigor prometido durante a campanha eleitoral (BONGI, 2024).

O efeito geral dessa sequência de escândalos causou um prejuízo evidente, tanto no plano do consenso interno — com a queda do Fratelli d'Italia de 26% para 22%, segundo a YouTrend (março de 2025) — quanto na imagem internacional do governo, percebido como pouco ético. A retórica moralizadora e legalista, que havia contribuído para construir o mito de um executivo inédito em sua integridade, confronta-se agora com uma realidade marcada por dois pesos e duas medidas, opacidade e fragilidades estruturais internas à coalizão.

Um dos escândalos mais graves que atingiram o governo Meloni envolve a prisão, seguida da libertação e repatriação do general líbio Almasri. Em 19 de janeiro de 2025, Najeem Osama Almasri, chefe da polícia judiciária líbia, foi preso em Turim por ordem do Tribunal Penal Internacional (TPI), sob a acusação de crimes contra a humanidade, incluindo torturas e abusos contra migrantes detidos na Líbia. No entanto, poucos dias depois, Almasri foi libertado e repatriado à Líbia a bordo de um avião do Estado italiano, por decisão do ministro do Interior Matteo Piantedosi, gerando protestos, questionamentos jurídicos e severas acusações de violação do direito internacional. A primeira-ministra, juntamente com os ministros Nordio e Piantedosi, foi investigada por favorecimento e peculato em relação a este episódio. Críticas severas foram dirigidas ao governo pela falta de cooperação com o TPI — obrigação dos Estados signatários do Estatuto de Roma — e pela decisão de libertar Almasri, apesar das acusações gravíssimas que pesam contra ele. As críticas mais duras vieram justamente do próprio Tribunal Penal Internacional.

Outro escândalo que abalou seriamente a imagem do executivo italiano é relacionado ao uso do software de vigilância *Graphite*, produzido pela empresa israelense Paragon. O software foi utilizado para espionar pelo menos 90 pessoas, principalmente cidadãos que assumiram posições críticas em relação à atuação do governo. Entre os alvos figuram o jornalista Francesco Cancellato, diretor do veículo Fanpage, conhecido por investigar escândalos envolvendo o executivo, incluindo as conexões da primeira-ministra com movimentos juvenis de extrema direita; e o ativista Luca Casarini, fundador da ONG *Mediterranea Saving Humans*, que realiza resgates de imigrantes no Mar Mediterrâneo e, por isso, entrou frequentemente em confronto com o governo, inclusive no plano jurídico. Em 5 de fevereiro de 2025, a empresa Paragon decidiu romper relações com a Itália, acusando as autoridades italianas de terem violado os termos contratuais que proibiam o uso do spyware contra jornalistas e membros da sociedade civil. O governo italiano negou qualquer envolvimento direto, mas as explicações fornecidas foram consideradas insuficientes por diversas partes, alimentando ainda mais as polêmicas (BENJAKOB, 2025).

Os atritos internos na maioria refletem as profundas divisões entre as diferentes correntes da direita, tanto na Itália quanto na Europa, que se manifestam com particular evidência nas questões de política externa e segurança internacional. Temas como o soberanismo, o rearmamento europeu e o envio de tropas à Ucrânia revelam posições divergentes entre os partidos e entre os principais membros do Executivo que os representam — em especial os dois vice-primeiros-ministros Matteo Salvini (Liga) e Antonio Tajani (Força Itália).

Essas divergências refletem as profundas divergências presentes a nível europeu, onde os três partidos da maioria italiana pertencem a famílias políticas distintas no Parlamento Europeu — respectivamente Identidade e Democracia (ID), Partido Popular Europeu (PPE) e Conservadores e Reformistas Europeus (ECR). Divisões que estão longe de ser secundárias e que impactam diretamente a coerência e a capacidade de ação do governo italiano no cenário internacional. Fraturas que se tornam particularmente evidentes na relação entre os dois vice-primeiros-ministros, Salvini e Tajani, representantes de duas visões radicalmente distintas da direita, sobretudo no que diz respeito à política externa. Salvini, ligado a uma retórica soberanista e abertamente eurocética, assumiu ao longo do tempo

posições ambíguas em relação à guerra na Ucrânia: após ter elogiado repetidamente Vladimir Putin antes do conflito, continuou mesmo depois da invasão de 2022 a manifestar reservas sobre o envio de armas pesadas e a pedir uma abertura rápida das negociações, criticando duramente as sanções contra Moscou e acusando a União Europeia de tornar “faminta a Itália” com sua política energética. Tajani, por outro lado, encarna a ala atlantista e moderada do governo: apoia plenamente o envio de armas, as sanções e a postura firme frente à Rússia, mantendo um alinhamento sólido com a OTAN e a União Europeia.

Essas diferenças também abrangem outros temas-chave da agenda política, desde a gestão da imigração (em que Salvini defende a linha dura dos “portos fechados” e Tajani sustenta, ainda que com muita moderação, os corredores humanitários), passando pelo *flat tax*, pelo projeto da Ponte sobre o Estreito, até a autonomia diferenciada. No plano europeu, essas divergências se traduzem na filiação a famílias políticas profundamente distantes: Identidade e Democracia para Salvini, Partido Popular Europeu para Tajani. Essa distância ideológica e estratégica se traduz em fricções constantes no seio do Executivo, que Giorgia Meloni parece tolerar para manter o equilíbrio da coalizão e reforçar sua posição como figura de mediação e de centralidade dentro da direita italiana.

A Europa diante do teste de Trump II: o plano de rearmamento, os riscos de recessão e marginalização geopolítica.

Em 2 de abril de 2025, data definida pela administração norte-americana como "Dia da Libertação", entraria em vigor o plano tarifário idealizado por Donald Trump, adiado para o 9 de julho. Sinalizado antes da sua posse e duramente criticado pelo governo anterior, o plano prevê a imposição de tarifas pesadas sobre as importações para os Estados Unidos, calculadas com base tanto no país de origem quanto na natureza dos produtos, incluindo itens específicos como alumínio, aço, automóveis e seus componentes, independentemente da origem da exportação, com uma tarifa mínima de 10% para todas as importações (CLARKE, 2025).

Vários países já anunciaram a adoção de tarifas retaliatórias sobre produtos

norte-americanos. Entre eles, a União Europeia, cuja economia será fortemente impactada. A UE está entre os principais parceiros comerciais dos Estados Unidos e, por isso, é particularmente exposta a essas novas medidas. Setores como o aço, o alumínio e o automotivo, atualmente com altos volumes de exportação para os EUA, estão entre os mais atingidos.

No caso da Itália, conhecida por sua produção de automóveis e produtos siderúrgicos, o impacto será certamente significativo, afetando negativamente as exportações para o mercado norte-americano e colocando em risco milhares de empregos no setor manufatureiro. Outros setores que sentirão fortemente os efeitos das tarifas são o alimentício e o vinícola.

As tarifas de Trump ameaçam inverter a tendência de recuperação econômica do continente, destacada pela última Previsão Econômica da Comissão Europeia (2024), que indicava o fim de uma longa estagnação e o início de uma fase de crescimento modesto, porém estável, apesar de um cenário considerado adverso e dos riscos a ele associados. Segundo algumas estimativas, se aplicadas de forma generalizada, essas tarifas podem reduzir o PIB da zona do euro em 0,2 a 0,3 pontos percentuais, afetando particularmente as economias mais fortes da Europa como Alemanha e Itália (BUCKLEY; SZCZEPANIAK; SEIF, 2025, 2025).

A União Europeia, por meio da presidente da Comissão Ursula von der Leyen, declarou que a UE tomará medidas sérias e imediatas para proteger seus interesses, sinalizando abertura para negociação com a Casa Branca, mas também determinação em adotar contramedidas caso o diálogo não seja suficiente. O plano de retaliação europeu prevê não apenas a adoção de tarifas sobre produtos norte-americanos, mas também restrições a serviços oferecidos por grandes empresas tecnológicas dos EUA (REUTERS, 2025).

Além disso, discute-se a possibilidade de reduzir de forma seletiva algumas tarifas sobre produtos norte-americanos, como os automóveis, em troca de concessões sobre aço e alumínio — um sinal de que as tarifas já estão sendo usadas como alavanca de negociação no reequilíbrio comercial e na discussão sobre o *burden sharing* na OTAN (BUCKLEY; SZCZEPANIAK; SEIF, 2025, 2025).

A UE também considera a diversificação de seus parceiros comerciais e o fortalecimento do mercado interno para reduzir sua dependência das importações norte-americanas. Esse cenário já havia sido previsto por Trump, que declarou que, caso os países afetados pelas tarifas -ou seja, todos- formem novas alianças, blocos ou respostas coordenadas para compensar os efeitos das medidas norte-americanas, deverão esperar a implementação de ulteriores medidas (IL SOLE 24 ORE, 2025). A resposta italiana não foi unânime, mas heterogênea. O presidente da República Mattarella e os partidos de oposição condenaram firmemente o plano tarifário de Washington, defendendo uma resposta firme e conjunta da União Europeia. O governo, por sua vez, adotou inicialmente um tom mais moderado, defendendo a via da negociação — sobretudo através de iniciativas individuais de cada Estado, em vez de uma reação coordenada a nível europeu (FONTE, 2025).

A maioria governista provavelmente esperava que a proximidade da primeira-ministra com o presidente norte-americano contribuísse para um resultado mais favorável ao comercio com a Itália. No entanto, quando os termos finais das tarifas foram revelados e a Itália não recebeu nenhum tratamento preferencial, a posição do governo endureceu. Pela primeira vez desde a posse do magnata americano, Meloni classificou como errada a decisão de Trump, declarando junto a outros membros do governo a intenção de trabalhar com o restante da UE para evitar uma guerra comercial que acabaria enfraquecendo o Ocidente em benefício de outros atores globais. Apesar de ter reafirmado a importância da via diplomática, esta foi a primeira vez que Meloni se posicionou de forma firme contra uma decisão de Trump, rompendo com a postura de justificação e conciliação com Washington que havia mantido até então (AL JAZEERA, 2025).

Já em 2024, o então presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, havia declarado: “Se queremos a paz, devemos nos preparar para a guerra” (MICHAEL, 2024). Essa afirmação, inicialmente percebida como provocadora, marcou na verdade um ponto de virada na postura estratégica da União Europeia. Nos meses seguintes, Bruxelas consolidou uma orientação política e institucional cada vez mais clara: toda a arquitetura de segurança construída após a Segunda Guerra Mundial estava

superada, e a UE precisava se adaptar rapidamente a um novo cenário global profundamente instável (MICHEL, 2024). A partir daí, ganhou força a proposta de um verdadeiro plano de militarização continental, que visa reorganizar de forma conjunta não apenas as forças armadas dos Estados-membros, mas também suas economias e indústrias estratégicas. Apesar da presença de vozes críticas no Parlamento Europeu e de algumas reservas expressas por governos nacionais, nenhum país — com a possível exceção da Hungria — se distanciou até agora dessa nova diretriz, que está se consolidando como eixo central da política de segurança da União.

A mudança abrupta de posição da administração Trump em relação à guerra na Ucrânia — em claro contraste com a linha adotada por Biden — impulsionou ainda mais os planos europeus de rearmamento, levando a UE a reforçar suas capacidades militares de forma autônoma. Ao mesmo tempo, favoreceu uma reaproximação do Reino Unido com o continente, especialmente nas áreas de segurança e defesa. A União Europeia, em conjunto com os principais Estados membros, lançou um ambicioso plano de modernização e fortalecimento das capacidades militares europeias. O *ReArm Europe Plan* é uma iniciativa destinada a reforçar a defesa do continente por meio de um aumento significativo dos investimentos no setor militar. O plano foi apresentado pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em 4 de março de 2025 (COMISSÃO EUROPEIA, 2025a). Em seguida, em 6 de março de 2025, durante uma cúpula extraordinária em Bruxelas, os líderes da União Europeia aprovaram oficialmente a proposta, marcando uma decisão histórica de aumento dos gastos com defesa (COMISSÃO EUROPEIA, 2025b). No dia 12 de março, o Parlamento Europeu adotou uma resolução de apoio ao plano (PARLAMENTO EUROPEU, 2025). A proposta prevê a mobilização de cerca de 800 bilhões de euros, com o objetivo de impulsionar a produção industrial de defesa e reduzir a dependência de fornecedores externos, em especial dos Estados Unidos. Um dos pilares centrais é a criação de um fundo de 150 bilhões de euros para financiar projetos prioritários como defesa aérea, mísseis e drones. Além disso, o plano contempla medidas para incentivar os Estados membros a aumentarem seus gastos militares, oferecendo maior flexibilidade fiscal e promovendo a compra conjunta de equipamentos.

Somou-se, no início de março, uma nova iniciativa multilateral liderada pelo Reino Unido e Franca: a chamada *coalition of the willing* ‘coalizão dos dispostos’, voltada a garantir a paz e a segurança na Ucrânia. No dia 3 de março de 2025, o primeiro-ministro britânico Keir Starmer convocou uma cúpula em Paris com 18 líderes europeus — entre eles Emmanuel Macron, Ursula von der Leyen e Volodymyr Zelensky — para lançar oficialmente a *coalizão*. A iniciativa, liderada pelo Reino Unido e apoiada por França, Alemanha, Itália, Espanha, Suécia e outros países europeus, visa coordenar uma resposta comum para garantir a paz e a segurança duradouras na Ucrânia. O plano proposto por Starmer inclui quatro eixos principais: manter o fluxo de ajuda militar a Kiev; aumentar a pressão econômica sobre Moscou; assegurar que qualquer acordo de paz preserve a soberania ucraniana; e reforçar as capacidades de defesa da Ucrânia no pós-guerra. Embora Starmer tenha declarado que “a Europa deve carregar o peso principal”, sublinhou também a necessidade de envolver os Estados Unidos na coalizão, indicando que “um acordo duradouro deve ser sustentado pela força e pela unidade do Ocidente” (WONG, 2025).

Apesar da participação da Itália no plano de rearmamento europeu e na c*oalition of the willing* promovida por Starmer e Macron, a posição da primeira-ministra Giorgia Meloni continua ambígua e oscilante. Por um lado, ela apoiou oficialmente a iniciativa europeia; por outro, expressou repetidas reservas quanto à possibilidade de uma ruptura do eixo transatlântico, rejeitando uma lógica de “autonomia estratégica” em oposição aos Estados Unidos. A retórica da premiê tornou-se mais cautelosa: deixou de falar em “vitória” da Ucrânia, recuou na ideia de um exército europeu e denunciou a “falsa dicotomia infantil” entre Europa e OTAN, defendendo em vez disso a extensão das garantias de segurança da OTAN à Ucrânia sem adesão formal. Essa posição reflete, por um lado, a histórica dependência italiana da proteção militar americana e, por outro, a necessidade de manter coesa uma coalizão de governo profundamente dividida: de um lado, Matteo Salvini, crítico do rearmamento e próximo a Trump; do outro, Antonio Tajani, atlantista convicto e favorável a um fortalecimento europeu. Soma-se a isso a preocupação com os custos econômicos do plano europeu: Roma tem pressionado por uma maior participação do setor privado e manifestado receios quanto ao impacto sobre a dívida pública italiana. Segundo

diversos analistas, Meloni tenta se posicionar como mediadora entre Washington e Bruxelas, mas essa estratégia corre o risco de deixá-la isolada justamente quando crescem as pressões para “escolher de que lado ficar”.

Considerações finais

A reeleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos gerou um forte abalo no cenário geopolítico e geoeconômico global, que já atravessava um período de profunda turbulência. Em apenas dois meses desde sua posse, o magnata nova-iorquino adotou posições não apenas diametralmente opostas às da administração Biden, mas que colocam em xeque a ordem mundial construída nas últimas décadas.

A Europa se vê hoje encurralada entre dois conflitos às suas portas, cada vez mais envolvida na frente ucraniana, ao mesmo tempo em que se prepara para uma fase inédita de rearmamento, que parece pôr fim a um longo período de relativa paz no continente. Paralelamente, o espectro da recessão econômica continua pairando, agravado pela ameaça protecionista representada pelas novas tarifas impostas pelos Estados Unidos.

Nesse contexto, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, tenta se posicionar como uma espécie de ponte: alinhada à Europa, mas não contra Trump; defensora do atlantismo, mas próxima de muitos elementos do soberanismo da nova extrema direita global, à qual pertence ideológica e politicamente. Uma posição ambiciosa, mas extremamente frágil. Se por um lado Trump e seu fiel aliado Elon Musk elogiam publicamente a premiê italiana, por outro Washington não tem oferecido nenhum tratamento preferencial concreto à Itália. A aplicação de tarifas comerciais ao país, nas mesmas condições impostas aos demais membros da União Europeia, demonstra isso claramente, apesar das evidentes convergências políticas entre os dois líderes. Ao mesmo tempo, Meloni precisa lidar com as crescentes tensões dentro de sua própria coalizão, marcada por posições divergentes sobre o papel da Europa e a política externa, reflexo das mesmas fraturas que atravessam as posições das direitas no Parlamento Europeu. Somados aos diversos escândalos que atingiram seu

governo nos últimos meses, esses fatores colocam em risco sua posição, não apenas no tabuleiro internacional, mas também dentro das fronteiras nacionais.

Referências Bibliográficas

ADNKRONOS. Vance: "Bella telefonata con il mio amico Salvini, non vedo l'ora di venire in Italia". 21 mar. 2025. Disponível em: https://www.adnkronos.com/internazionale/esteri/telefonata-vance-salvini-ultima-ora-politica_4ml64zw0wVnV8udoAfXyPO. Acesso em: 28 mar. 2025.

ALLIVA, Simone. L'emendamento della destra per la "famiglia tradizionale" in Rai diventa un caso in Europa. «Anche Orban ha iniziato così». *L'Espresso*, 3 out. 2023. Disponível em: https://lespresso.it/c/politica/2023/10/3/lemendamento-della-destra-per-la-famiglia-tradizionale-in-rai-diventa-un-caso-in-europa-anche-orban-ha-iniziato-cosi/46049. Acesso em: 28 mar. 2025.

AL JAZEERA. Italian prime minister says US tariffs on EU 'wrong'. 3 abr. 2025. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/liveblog/2025/4/2/trump-tariffs-live-news-liberation-day-plan-puts-markets-on-high-alert. Acesso em: 3 abr. 2025.

AMBROSINI, Maurizio. Le ipocrite politiche migratorie del Governo Meloni. *Altreconomia*, 1 fev. 2025. Disponível em: https://altreconomia.it/le-ipocrite-politiche-migratorie-del-governo-meloni/. Acesso em: 28 mar. 2025.

ANSA. Working on mission to the US Salvini tells Vance: American excellence recognized in satellite connection. *ANSA*, 21 mar. 2025. Disponível em: https://www.ansa.it/english/news/politics/2025/03/21/working-on-mission-to-the-us-salvini-tells-vance_e11ad2c8-a2fa-4859-8314-8cd3287b944a.html. Acesso em: 1 abr. 2025.

BIANCONI, Giovanni. Politica e magistratura, uno scontro lungo 30 anni. *Corriere della Sera*, 24 mar. 2024. Disponível em: https://www.corriere.it/politica/24_marzo_24/politica-e-magistratura-uno-scontro-lungo-30-anni-bianconi-59bfc1be-b78e-11ee-9643-e6cf2f1fa0ee.shtml. Acesso em: 29 mar. 2025.

BONGI, Micaela. L'universo ribaltato della leader. *Il Manifesto*, 29 jun. 2024. Disponível em: https://ilmanifesto.it/luniverso-ribaltato-della-leader. Acesso em: 31 mar. 2025.

BUCKLEY, George; SZCZEPANIAK, Andrzej; SEIF, David. How Trump's tariffs may impact European growth. *Nomura Connects*, fev. 2025. Disponível em: https://www.nomuraconnects.com/focused-thinking-posts/how-trumps-tariffs-may-impact-european-growth/. Acesso em: 3 abr. 2025.

CLARKE, Jennifer. What are tariffs and why is Trump using them? *BBC News*. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/cn93e12rypgo. Acesso em: 3 abr. 2025.

COLONNA, Ilenia; BRANCATO, Sergio; CRISTANTE, Stefano. Dai social alla TV: la comunicazione senza intermediari di Giorgia Meloni. *Micromega*, 27 mar. 2025. Disponível em: https://www.micromega.net/dai-social-alla-tv-la-comunicazione-senza-intermediari-di-giorgia-meloni/. Acesso em: 29 mar. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. Autumn 2024 Economic Forecast: A gradual rebound in an adverse environment. 15 nov. 2024. Disponível em: https://economy-finance.ec.europa.eu/economic-forecast-and-surveys/economic-forecasts/autumn-2024-economic-forecast-gradual-rebound-adverse-environment_en. Acesso em: 3 abr. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. Von der Leyen apresenta plano de rearmamento europeu. 4 mar. 2025a. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_25_1340. Acesso em: 6 abr. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. Conclusões da Cimeira Extraordinária de Defesa da UE. 6 mar. 2025b. Disponível em: https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2025/03/06/eu-defence-summit-conclusions/. Acesso em: 6 abr. 2025.

CNN BRASIL. Trump elogia primeira-ministra da Itália durante visita à Flórida. 5 jan. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-elogia-primeira-ministra-da-italia-durante-visita-a-florida/. Acesso em: 28 mar. 2025.

COVELLI, Roberta. La strategia del governo Meloni sull'immigrazione è incapacità o eversione. *Fanpage.it*, 25 mar. 2025. Disponível em: https://www.fanpage.it/politica/la-strategia-del-governo-meloni-sullimmigrazione-e-incapacita-o-eversione/. Acesso em: 29 mar. 2025.

DE SANTIS, Umberto. Entra oggi in vigore il nuovo Decreto Lavoro del governo Meloni. *Tipa.it*, 5 mar. 2025. Disponível em: https://www.tipa.it/decreto-lavoro-governo-meloni/. Acesso em: 28 mar. 2025.

DI VITO, Mario. Meloni e l'uomo delle stelle: un'amicizia speciale. *Il Manifesto*, Roma, 15 jan. 2025. Disponível em: https://ilmanifesto.it/meloni-e-luomo-delle-stelle-unamicizia-speciale. Acesso em: 29 mar. 2025.

EURONEWS. Trump emette ordine esecutivo per colpire la cultura woke nei musei pubblici USA. 28 mar. 2025. Disponível em: https://it.euronews.com/cultura/2025/03/28/stati-uniti-trump-emette-ordine-esecutivo-per-colpire-la-cultura-woke-e-antiamericana-nei. Acesso em: 28 mar. 2025.

FONTE, Giuseppe. Italy says countries will have to respond individually to US tariffs. *Reuters*, 28 fev. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/business/italy-says-countries-will-have-respond-individually-us-tariffs-2025-02-28. Acesso em: 3 abr. 2025.

FRATELLI D'ITALIA. Migranti, i dati Frontex confermano il successo delle politiche del governo Meloni. 11 mar. 2025. Disponível em: https://www.fratelli-italia.it/migranti-dati-frontex-confermano-successo-politiche-governo-meloni/. Acesso em: 28 mar. 2025.

GARRIC, Audrey. Donald Trump's election is a 'dark day for the climate'. *Le Monde*, 7 nov. 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/environment/article/2024/11/07/donald-trump-s-election-is-

a-dark-day-for-the-climate_6732013_114.html. Acesso em: 29 mar. 2025.

GREENHOUSE, Steven. Trump's anti-worker record: how the former president targeted unions. *The Guardian*, 16 fev. 2025. Disponível em: https://www.theguardian.com/us-news/2025/feb/16/trump-anti-worker-actions-unions. Acesso em: 9 abr. 2025.

HUNSTON, Susan. Donald Trump and the language of populism. [S.l.]: *University of Birmingham*, [s.d.]. Disponível em: https://www.birmingham.ac.uk/research/perspective/trump-language-populism.aspx. Acesso em: 29 mar. 2025.

IL SOLE 24 ORE. Trump avverte Canada e Ue: «Nuovi dazi se vi alleate». 27 mar. 2025. Disponível em: https://www.ilsole24ore.com/art/trump-avverte-canada-e-ue-nuovi-dazi-se-vi-alleate-AGSF94mD. Acesso em: 1 abr. 2025.

ISTAT. *Rapporto annuale 2024: La situazione del Paese.* Roma: Istituto Nazionale di Statistica, 2024. Disponível em: https://www.istat.it/it/archivio/289128. Acesso em: 1 abr. 2025

ITALIA. Decreto-Lei n. 48, de 4 de maio de 2023. Misure urgenti per l'inclusione sociale e l'accesso al mondo del lavoro. *Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana*, Roma, 4 maio 2023. Disponível em: https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:decreto.legge:2023;48. Acesso em: 1 abr. 2025.

KAVAL, Allan. Italy's Giorgia Meloni cultivates her relationship with Elon Musk. *Le Monde*, Paris, 5 nov. 2024, 17:45. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/international/article/2024/11/05/italy-s-giorgia-meloni-cultivates-her-relationship-with-elon-musk_6731691_4.html. Acesso em: 28 mar. 2025.

MICHEL, Charles. Se queremos a paz, devemos nos preparar para a guerra. *Conselho Europeu*, Comunicado de imprensa, 19 mar. 2024. Disponível em:

https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2024/03/19/if-we-want-peace-we-must-prepare-for-war/. Acesso em: 29 mar. 2025.

MIELE, Luca. Trump revoca lo status legale a oltre 500mila immigrati. *Avvenire*, 22 mar. 2025. Disponível em: https://www.avvenire.it/mondo/pagine/trump-revoca-status-a. Acesso em: 28 mar. 2025.

MUNSTER, Ben; GIORDANO, Elena; FAGGIONATO, Giovanna. Italy's Meloni strains to hold her coalition together over Ukraine and EU rearmament. *Politico*, 3 abr. 2025. Disponível em: https://www.politico.eu/article/italy-giorgia-meloni-coalition-war-in-ukraine-eu-rearmament-donald-trump/. Acesso em: 6 abr. 2025.

NAVA, Victor. *Trump administration asks Supreme Court to allow deportations of migrants to El Salvador under wartime law.* New York Post, 28 mar. 2025. Disponível em: https://nypost.com/2025/03/28/us-news/trump-administration-asks-the-supreme-court-to-allow-deportations-of-migrants-to-el-salvador-under-wartime-law/. Acesso em: 28 mar. 2025.

PARLAMENTO EUROPEU. *Parlamento aprova resolução de apoio ao plano de defesa europeu*. 12 mar. 2025. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20250312IPR16427. Acesso em: 6 abr. 2025.

REUTERS. *EU ready to take strong measures against US tariffs, von der Leyen says*. 1 abr. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/europe/eu-ready-take-strong-measures-against-us-tariffs-von-der-leyen-says-2025-04-01/. Acesso em: 3 abr. 2025.

REUTERS. *Italy to turn empty Albania migrant centre into repatriation hub*. 28 mar. 2025. Disponível em: https://www.reuters.com/world/europe/italy-turn-empty-albania-migrant-centre-into-repatriation-hub-2025-03-28/. Acesso em: 28 mar. 2025.

ROLLING STONE ITALIA. *Tutti i provvedimenti anti-LGBT del governo Meloni*. 6 set. 2023. Disponível em: https://www.rollingstone.it/politica/diritti/tutti-i-provvedimenti-anti-lgbt-del-governo-meloni/753414/. Acesso em: 28 mar. 2025.

ROMOLI, David. *Le tensioni nella maggioranza. Scontro tra Tajani e Salvini, cosa c'è dietro: la resa dei conti tra FI e Lega è inevitabile*. Domani, 26 mar. 2025. Disponível em: https://www.editorialedomani.it/politica/le-tensioni-nella-maggioranza-scontro-tra-tajani-e-salvini-cosa-ce-dietro-la-resa-dei-conti-tra-fi-e-lega-e-inevitabile-f8ejh4l3. Acesso em: 29 mar. 2025.

SALATA, Emma. *Il volto rassicurante della destra radicale. Giorgia Meloni tra comunicazione politica e costruzione del consenso*. 2023. 65 f. Tese (Laurea em Ciências da Comunicação) – Università degli Studi di Torino, Torino, 2023.

THE TIMES. *Disney's diversity efforts on Trump's target list*. 25 mar. 2025. Disponível em: https://www.thetimes.co.uk/article/disneys-diversity-efforts-on-trumps-target-list-w72x7vxw0. Acesso em: 28 mar. 2025.

TURCO, Andrea. *Dal gas alle aree protette: per il governo Meloni l'ambiente è solo un'occasione di profitto per le aziende private*. Micromega, Roma, 7 jan. 2025. Disponível em: https://www.micromega.net/dal-gas-alle-aree-protette-per-il-governo-meloni-lambiente-e-solo-unoccasione-di-profitto-per-le-aziende-private/. Acesso em: 29 mar. 2025.

YOU TREND. *Supermedia YouTrend/Agi: FdI al 29,7%, PD al 22,9%*. YouTrend, 28 mar. 2025. Disponível em: https://www.youtrend.it/2025/03/28/supermedia-youtrend-agi-fdi-al-297-pd-al-229/. Acesso em: 31 mar. 2025.

WONG, Vicky. *Starmer announces 'coalition of the willing' to guarantee Ukraine peace*. BBC News, 3 mar. 2025. Disponível em: https://www.bbc.com/news/articles/c9vygkzkkrvo. Acesso em: 1 abr. 2025.

UM BREVE RETROSPECTO DA CHINA EM 2024

Bernardo Salgado*

Em 2024, o início do Ano Novo Lunar na China comemorou o ano do dragão, único ser mitológico do zodíaco chinês e símbolo poderoso na cultura chinesa, associado à força, progresso e prosperidade. Nas relações internacionais, esse ano se configurou em movimentos conflituosos entre os Estados, com desafios e mudanças significativas que irão reverberar nos próximos anos da década de 2020 e que, direta ou indiretamente, refletirão nas estratégias políticas da China.

Em janeiro de 2024, a candidata pró-independência, Lai Ching-te, do Partido Democrático Progressista (PDP), venceu as eleições em Taiwan, sinalizando uma elevação das tensões com a China. Vale ressaltar que a plena reunificação territorial é uma das principais prerrogativas do governo chinês, considerando que “Taiwan segue fazendo parte do desígnio de completar a unificação nacional” (PAUTASSO, 2024, pp. 161-162). No âmbito internacional, as relações sino-taiwanesas incorporam a variável securitária e diplomática dos Estados Unidos, que vem gradativamente fortalecendo suas relações com Taiwan com o objetivo de desestabilizar o governo chinês. Uma vez que Taiwan é o epicentro da fabricação mundial de semicondutores, tal fato demonstra que um possível conflito engendraria custos totais medidos em trilhões de dólares.

Em março de 2024, foi realizado o principal evento político da China, a denominada “Duas Seções” (reuniões do Congresso Popular Nacional e da

* Professor adjunto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRID/UFRJ), pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID/ESG); pesquisador do Laboratório de Estudos de Hegemonia e Contra-hegemonia (LEHC-UFRJ), do Grupo de Trabalho "China y el Mapa del Poder Mundial" do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), do Grupo de Economia do Mar da Escola de Guerra Naval (GEM-EGN), no subgrupo de relações geopolíticas, e do Laboratório de Simulações e Cenários da Escola de Guerra Naval (LSC-EGN). Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ), com pós-doutorado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (PPGCM/ECEME) e em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (FAALC/UFMS).

Conferência Consultiva Política Popular Nacional). Neste evento político, foram realizadas estratégias para revitalizar a economia da China através da meta de crescimento do PIB em 5%, aumento de 7,2% no orçamento militar, aumento de 10% nos investimentos em ciência e tecnologia, criação de 12 milhões de empregos em regiões urbanas e manutenção da taxa de desemprego em 5,5% para 2024. Outros temas como setor imobiliário, pressões deflacionárias, e êxodo de capital estrangeiro também foram abordados (SOUTH CHINA MORNING POST, 2024: NPC, 2024).

Ainda na política doméstica, inicialmente prevista para outubro de 2023, a 3ª sessão plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China foi adiada e realizada em julho de 2024. Este consiste no encontro do alto escalão do Comitê do Partido, cuja decisão final visou um maior aprofundamento integral da reforma em busca da modernização chinesa (CHINA, 2024a), abrangendo temas como transição energética, as novas forças produtivas, comércio digital e de serviços, exportações de comércio eletrônico, apoio às empresas privadas na expansão dos mercados estrangeiros e esforços para atrair investimentos estrangeiros (CARVALHO, 2024).

Em 2024, a China atingiu a meta de crescimento de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), principalmente ocasionado pelo aumento das exportações (SOUTH CHINA MORNING POST, 2025). O superávit comercial chinês foi de US$ 992 bilhões, impulsionado por exportações de aço, veículos elétricos e equipamentos de alta tecnologia, ratificando a expansão da capacidade produtiva chinesa, a autossuficiência industrial e a resiliência econômica.

No âmbito internacional, três pautas se destacaram ao longo do período: o avanço da fronteira tecnológica chinesa, a contenda geopolítica e geoeconômica com os Estados Unidos, e a prerrogativa da construção de uma ordem multipolar.

Em reportagem do The New York Times (2024), foi constatado que a China triplicou seus gastos com pesquisa e desenvolvimento nas áreas de semicondutores e energia, com pesquisadores chineses liderando 52 das 64 tecnologias críticas globais. Conforme destacam Merino, Bilmes e Barrenengoa (2024), a China lidera a solicitação de patentes em nível mundial desde 2019, com a gigante de

telecomunicações Huawei liderando a solicitação de patentes por empresas, a CATL sendo a maior fabricante de baterias para veículos elétricos do mundo e a BYD se configurando como a líder mundial na produção de carros elétricos. Consequentemente, a ciência e tecnologia são um foco central para o Partido Comunista da China

O gigante asiático se tornou o maior investidor e lidera a transição energética mundial, com investimentos que devem ultrapassar US$ 1 trilhão até 2030. Em 2024, o investimento no setor de energia da China deve atingir US$ 850 bilhões, respondendo por quase 30% do total global, de acordo com o relatório China Energy Outlook 2060 divulgado pelo Sinopec Economics and Development Research Institute (CHINA, 2024b). Empresas chinesas anunciaram gastos estimados em US$ 100 bilhões em tecnologia limpa no exterior nos últimos dois anos, refletindo a evolução do país de importador para exportador de novas tecnologias (BLOOMBERG, 2024). Um exemplo prático do gigantismo chinês no setor é a construção da “Great Solar Wall”, em Kubuqi, na região da Mongólia Interior. Com conclusão prevista para 2030, o projeto terá 400 quilômetros de comprimento, 5 quilômetros de largura e atingirá uma capacidade máxima de geração de 100 gigawatts (NASA EARTH OBSERVATORY, 2024).

No campo espacial, em agosto de 2024, a China lançou o primeiro lote de satélites para rede operada pela Shanghai Spacecom Satellite Technology. A rede Qianfan fornecerá serviços de internet banda larga de alta velocidade, seguros e confiáveis para usuários ao redor do mundo. Ela foi projetada para consistir em até 10.000 satélites viajando em órbitas de baixa altitude antes do final de 2030, de acordo com a empresa (CHINA, 2024c). Vale ressaltar que o projeto será utilizado para assegurar o domínio nas redes 6G, mais veloz e mais eficiente em termos de energia do que a rede 5G.

Outra área de destaque se refere ao avanço do ecossistema digital chinês em inteligência artificial (IA), investindo na capacitação de capital humano, priorizando o desenvolvimento de softwares e hardwares, e desenvolvendo softwares de código aberto. Em janeiro de 2025, o lançamento do modelo de linguagem de grande escala

(LLM) da DeepSeek derrubou as ações das estadunidenses Nvidia, Microsoft, Meta e de empresas de semicondutores e inteligência artificial em geral. O modelo disruptivo da DeepSeek (menos custosa, mais eficiente e de código aberto) consiste num ponto de inflexão associado ao desenvolvimento de uma nova etapa da revolução científico-técnica (MARTINS, 2025). Outras gigantes do setor tecnológico como Baidu, Tencent e Alibaba também vem desenvolvendo modelos de inteligência artificial, o que demonstra que esse acontecimento paradigmático tende a possuir novos desdobramentos futuros na competição tecnológica e na ruptura de monopólios.

Na esfera sistêmica das relações internacionais, a disputa pelo controle das grandes cadeias globais de valor, de produção e de inovação tecnológica passou a ser o fundamento da contenda entre China e Estados Unidos. Seja através de uma reedição do paradigma estadunidense da contenção a partir da visualização da ascensão chinesa (RODRIGUES, 2023) ou da tendência de "desacoplamento" ou "dissociação" (*decoupling*) da economia chinesa, "o ressurgimento do protecionismo comercial, o enfraquecimento e a paralisação parcial de instituições econômicas internacionais e planos de trazer de volta partes do setor manufatureiro (*reshoring*) apontam para um processo de reversão da globalização econômica" (SOENDERGAARD, 2021, p. 11). Seja através da "diplomacia das máscaras"[4] no contexto da pandemia da COVID-19, da "Geopolítica do TikTok" (RABELO; RODRIGUES, 2024) ou da "Geopolítica dos Chips" (MILLER, 2023) no âmbito tecnológico, o fato é que a disputa sistêmica entre as duas grandes potências globais tende a se acirrar nos próximos anos.

A eleição de Donald Trump em 2024 sinaliza uma radicalização da competitividade sino-estadunidense. Desde o último documento de Segurança Nacional dos Estados Unidos na administração de Joe Biden, a prioridade global consiste em superar a concorrência chinesa ao investir nas bases da competitividade

[4] Tanto a "diplomacia das máscaras" quanto a "geopolítica das vacinas" consistem na utilização de recursos financeiros e da capacidade de produção de bens da saúde como via para expansão da influência geopolítica no tabuleiro global. Essa disputa se encontra em evidência pela pandemia da COVID-19, uma vez que a demanda tanto pelos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) quanto por vacinas era maior do que a disponibilidade.

interna e, principalmente, de inovação; alinhar os esforços com a rede de aliados e parceiros; e competir com a China para defender os interesses estadunidenses (UNITED STATES, 2022). Se houver traços de continuidade do primeiro Governo Trump (2017-2021), o denominado *America First* intensificaria a competição comercial-tecnológica e o protecionismo estadunidense na busca de uma refundação da sua liderança global.

A imposição de tarifas de dez por cento sobre todos os produtos chineses em fevereiro de 2025, as pressões quanto à retomada do Canal do Panamá (o que, direta ou indiretamente, culminou na saída do país da Iniciativa Cinturão e Rota em fevereiro de 2025) e as advertências de imposição de 100% de tarifas sobre importados dos integrantes dos BRICS caso buscassem enfraquecer o dólar, justificam as preocupações de Pequim referente às políticas severas que potencialmente intensificarão a guerra comercial, a guerra tecnológica e a guerra geopolítica (principalmente em Taiwan, no Mar do Sul da China e no Indo-Pacífico).

Entretanto, a China está se preparando para tirar vantagem dessa disrupção, visualizando que as próprias políticas de Trump podem minar o poder dos EUA e reduzir a sua posição global no longo prazo. Neste sentido, os chineses se concentram em tornar a economia doméstica mais resiliente, reconciliar-se com os principais vizinhos e aprofundar os relacionamentos no Sul Global. No que tange ao projeto de multipolaridade, as duas principais iniciativas vêm consistindo no agrupamento dos BRICS e na Iniciativa Cinturão e Rota.

O grupo denominado BRICS foi criado como uma modalidade de parceria entre países emergentes (STUENKEL, 2017), visando constituir uma nova arquitetura financeira. Em 2014, foi criado o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), uma instituição voltada ao financiamento da infraestrutura e do desenvolvimento sustentável nos países membros e emergentes, uma alternativa complementar (e distinta) ao Banco Mundial e ao FMI (uma vez que consiste numa cooperação financeira institucionalizada que busca romper com o modelo doador-recebedor tradicional). Em agosto de 2023, foram agregados novos integrantes permanentes aos BRICS, que ingressariam a partir de 1º de janeiro de 2024: Argentina — que declinou

após a eleição de Milei —, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes. Em 2024, na 16ª Cúpula do BRICS, foi criada a modalidade de "países parceiros", atores que podem participar da Cúpula do BRICS, dentre eles, Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Tailândia, Uganda, Uzbequistão, e Nigéria.

Já a Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative) é um projeto audacioso proposto em 2013 (também denominado de Nova Rota da Seda (NRS), ou *One Belt One Road* (OBOR)) pelo presidente chinês Xi Jinping durante uma visita oficial à Ásia Central. Ao buscar retomar a Rota da Seda original, a China intenta fortalecer os laços econômicos entre Ásia, África e Europa com investimento de bilhões de dólares em infraestrutura (MAÇÃES, 2018, pp. 9-13), favorecendo a conexão e o comércio entre os países. Até 2024, mais de 140 países de todos os continentes faziam parte do projeto, configurando-se como "o único projeto multilateral de escala elevada no século XXI, se constituindo em um cinturão de projetamento e hibridez chinesa de longo prazo e um espaço em construção de desenvolvimento e integração numa nova ordem mundial" (RODRIGUES; JABBOUR, 2023, p. 136).

Conjuntamente aos dois projetos, a China realizou diversos arranjos diplomáticos em 2024: o presidente Xi Jinping realizou uma visita à Europa em maio de 2024 com o objetivo de estabelecer uma aproximação entre China e União Europeia (AL JAZEERA, 2024); também em maio de 2024, ocorreu a 19ª Reunião do Fórum de Cooperação China-Estados Árabes (CASCF), em Pequim (CHINA, 2024d); em setembro de 2024, foi realizado o Fórum sobre Cooperação China-África (FOCAC), em Pequim, no qual se estabeleceu o Plano de Ação de Pequim (2025-2027) para cooperação sino-africana (FOCAC, 2024); em outubro de 2024, o mandatário chinês recebeu o líder russo, Vladimir Putin, em Pequim, em comemoração ao 75º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e a Rússia (CHINA, 2024); em novembro de 2024, Xi Jinping esteve presente no encontro da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico em Lima (APEC, 2024), posteriormente se direcionando para o Rio de Janeiro para o encontro do G-20 (2024), e finalizando sua visita à América do Sul em Brasília.

Apesar de o Brasil não ter formalizado sua entrada para a Iniciativa Cinturão e Rota, foram estabelecidos 37 acordos nas áreas de agricultura, comércio, investimentos, infraestrutura, indústria, energia, mineração, finanças, ciência e tecnologia, comunicações, desenvolvimento sustentável, turismo, esportes, saúde, educação e cultura (BRASIL, 2024). Vale destacar que o Plano inclui sinergias entre o Programa de Aceleração do Crescimento, o Plano Nova Indústria Brasil, o Plano de Transformação Ecológica, o Programa Rotas da Integração Sul-americana, e a Iniciativa Cinturão e Rota.

Em suma, desde a fundação do Partido Comunista Chinês, a China vem buscando perseguir a “harmonia universal” e “reformar e melhorar o sistema de governança internacional”, abandonando o colonialismo e hegemonismo e, concomitantemente, promovendo a democracia nas relações internacionais via governança global mais multipolar, justa e equitativa (CARVALHO, 2024, p. 435). Nas palavras do secretário-geral do Partido Comunista Chinês, Xi Jinping, a política diplomática chinesa possui um propósito de salvaguardar a paz mundial e promover o desenvolvimento comum. Para ele, a China está disposta a expandir interesses convergentes com outros países, acelerando a construção de novas relações internacionais centradas na Cooperação Win-Win e formando uma Comunidade de um Futuro Compartilhado para a Humanidade (JINPING, 2017, p. 42).

Referências Bibliográficas

AL JAZEERA. China's Xi Jinping begins first Europe tour in five years in France. 2024. Disponível em: https://www.aljazeera.com/news/2024/5/6/xjp-jinping-begins-first-european-tour-in-five-years-in-france.

APEC. ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION. HTTPS://WWW.APEC.ORG/. .2024 APEC Leaders' Machu Picchu Declaration. 2024. Disponível em: https://www.apec.org/meeting-papers/leaders-declarations/2024/2024-apec-leaders'-machu-picchu-declaration.

BLOOMBERG. China Clean Energy Sector Eyes $100 Billion in Overseas Spending. Bloomberg, 2024. Disponível em: China Clean Energy Sector Eyes $100 Billion in Overseas Spending.

BRASIL. AGÊNCIA BRASIL. . Presidentes do Brasil e da China assinam 37 acordos bilaterais. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-11/presidentes-do-brasil-e-da-china-assinam-37-acordos-bilaterais.

CARVALHO, Evandro Menezes de. China: tradição e modernidade na governança do país. Rio de Janeiro: Batel, 2024.

CHINA. Green energy spending to top $1 trillion by 2030. China Daily, 2024b. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/202412/25/WS676b619ea310f1265a1d4c15.html.

CHINA. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS - THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Xi Jinping Holds Meeting with Russian President Vladimir Putin. 2024e. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyxw/202410/t20241025_11516002.html.

CHINA. MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS - THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. China-Arab States Cooperation Forum Holds the 19th Senior Officials' Meeting and the 8th Senior Official Level Strategic Political Dialogue in Beijing. 2024d. Https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/wjbxw/202405/t20240530_11344059.html.

Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/eng/xw/wjbxw/202405/t20240530_11344059.html.

CHINA. Comunicado da 3ª Sessão Plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China. 2024a. Consulado-Geral da República Popular da China em Recife. Disponível em: http://recife.china-consulate.gov.cn/por/zlghd_3/202407/t20240726_11460686.htm.

CHINA. First batch of satellites for network launched. 2024c. China Atomic Energy Authority. Disponível em: https://www.caea.gov.cn/english/n6759361/n6759362/c10583640/content.html.

FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION. FOCAC. Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2025-2027). 2024. Disponível em: https://2024focacsummit.mfa.gov.cn/eng/hyqk_1/202409/t20240906_11486213.htm.

G20. Declaração de Líderes do Rio de Janeiro. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/g20-rio-de-janeiro-leaders-em-portugues.pdf.

JINPING, XI. The Governance of China II. Beijing, Foreign Language Press: 2017.

MAÇÃES, Bruno. Belt and Road: a chineses world order. London: Hurst, 2018.

MARTINS, Carlos Eduardo da Rosa. A Inteligência Artificial e as disputas do mundo contemporâneo. Blog da Boitempo, 2025. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2025/01/29/a-inteligencia-artificial-e-as-disputas-do-mundo-contemporaneo/?fbclid=IwY2xjawIJMkRleHRuA2FlbQIxMQABHQfQxop_94i_VlhP-Cg128sl53LTArGWK68jDQgacPBvqmcKNkBYJqzxIQ_aem_myr6NeSUqvBla2xYxe1YXQ.

MERINO, Gabriel; BILMES, Julián; BARRENENGOA, Amanda. Economia na (des)ordem global: ascensão da china, estagnação do norte global e novo paradigma técnico-econômico em disputa. ascensão da China, estagnação do Norte Global e

novo paradigma técnico-econômico em disputa. Tricontinental Brasil, 2024.. Disponível em: https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/economia-na-desordem-global-ascensao-da-china-estagnacao-do-norte-global-e-novo-paradigma-tecnico-economico-em-disputa/.

MILLER, Chris. A guerra dos chips: a batalha pela tecnologia que move o mundo. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2023.

NASA EARTH OBSERVATORY. Building a Great Solar Wall in China. 2024. Disponível em: https://earthobservatory.nasa.gov/images/153759/building-a-great-solar-wall-in-china.

THE NEW YORK TIMES (United States). How China Built Tech Prowess: Chemistry Classes and Research Labs. 2024. Disponível em: https://www.nytimes.com/2024/08/09/business/china-ev-battery-tech.html.

NPC. NPC 2024: Documents and Votes. 2024. NPC Observer. Disponível em: https://npcobserver.com/2024/03/china-npc-2024-results-documents/.

RABELO, Rebeca Souza; RODRIGUES, Bernardo Salgado. A geopolítica do ciberespaço e a cruzada estadunidense contra o TikTok. Revista de Geopolítica. v.15, p.1 - 18, 2024.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. New Geopolitics of Containment: the US geopolitical strategy in the second decade of the 21st century. Revista de Estudos Internacionais, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 152-174, 2023.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; JABBOUR, Elias. A Iniciativa Cinturão e Rota e as implicações geoeconômicas para o Brasil sob a perspectiva da nova economia do projetamento e da geoeconomia híbrida. IN: CARVALHO, Evandro Menezes de; VERAS, Daniel; STEENHAGEN, Pedro (Orgs.). A China e a iniciativa Cinturão e Rota: percepções do Brasil. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023.

SOENDERGAARD, Niels. Economia política global. São Paulo: Contexto, 2021.

SOUTH CHINA MORNING POST. ‘Two sessions’ 2024: economy set to lead agenda for China’s top political advisory body. 2024. South China Morning Post. Disponível em: https://www.scmp.com/news/china/politics/article/3254011/two-sessions-2024-economy-set-lead-agenda-chinas-top-political-advisory-body?module=perpetual_scroll_0&pgtype=article.

SOUTH CHINA MORNING POST. China logs 5% GDP growth in 2024 as exports, stimulus provide year-end boost. 2025. Disponível em: https://www.scmp.com/economy/economic-indicators/article/3295236/china-logs-5-gdp-growth-2024-exports-stimulus-provide-year-end-boost.

STUENKEL, Oliver. BRICS: e o futuro da ordem global. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

UNITED STATES. The National Security Strategy of the United States of America: Administration of Joe Biden. Washington, D.C. Press, Sep., 2022.

PAUTASSO, Diego. A China e a Nova Rota da Seda: da reconstrução nacional a rivalidade sino-estadunidense. São Paulo: Editora de Cultura, 2024.

MILEI HÁ MAIS DE UM ANO DE GESTÃO

Julio C. Gambina*

O objetivo de Javier Milei no governo argentino é inserir o país na dinâmica de uma ofensiva brutal do capital e da extrema direita. São duas premissas nas quais o libertário pretende ser vanguarda mundial ao lado de Donald Trump, Giorgia Meloni e Benjamin Netanyahu. Ele disse nas comemorações pela eleição do magnata laranja: "Os Estados Unidos liderando no norte; a Argentina no sul; a Itália na velha Europa e Israel, o sentinela na fronteira, no Oriente Médio".(Casa Rosada, presidencia; discursos, en: https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/50777-palabras-del-presidente-de-la-nacion-javier-milei-ante-inversores-de-la-cpac-en- mar-a-lago-florida-estados-unidos)

Em relação à ofensiva do capital, é claro que estamos a assistir a uma crise que se manifesta na desaceleração do crescimento da economia mundial desde os problemas emergentes entre 2007 e 2009. O programa dessa ofensiva para recuperar a rentabilidade é a aceleração de reformas estruturais reacionárias, na relação capital-trabalho e tudo o que diz respeito à reversão de conquistas em matéria de direitos e segurança social, especialmente no âmbito previdenciário. É uma preocupação global do capitalismo atual e, por isso, discutem-se estratégias para concretizar a retomada de uma lógica de valorização do capital.

Para isso, precisam de reformas estatais reacionárias, eliminando todas as conquistas sociais históricas derivadas das lutas populares. Isso exige governantes com "decisão" e "audácia política" para forçar toda a institucionalidade burguesa tradicional. Isso foi antecipado pelos "golpes" de novo tipo em 2009 em Honduras, 2012 no Paraguai ou 2015 no Brasil. Já não são necessários os "golpes tradicionais" da história regional, e o objetivo de reestruturação regressiva da ordem

* Doutor em Ciências Sociais pela UBA, Argentina. Membro do Conselho Diretivo da Sociedade Latino-Americana e Caribenha de Economia Política e Pensamento Crítico, SEPLA.

socioeconómica, política e cultural é assumido com consensos eleitorais mediados por uma gigantesca manipulação ideológica. Até o Prémio Nobel de Economia de 2008 fala de autogolpe no governo de Trump e Musk (Paul Krugman, em: https://paulkrugman.substack.com/p/autogolpe). A fachada democrática está ficando para trás e se abre um tempo de autoritarismo e impunidade.

O que Javier Milei fez e faz na Argentina?

No diagnóstico do governo, a principal tarefa é reduzir a inflação, considerada o principal problema pela população. Nessa conquista, ele afirma suas esperanças de continuar a angariar consenso eleitoral, especialmente em 2025, ano de eleições intercalares. Milei pretende angariar legisladores e melhores condições institucionais para continuar a subordinar a institucionalidade política das províncias e os poderes legislativo e judicial no âmbito nacional.

A inflação vem caindo desde que ele assumiu o governo em dezembro de 2023, com uma desvalorização que levou o câmbio de 1 dólar por 400 pesos para 800 da moeda local. A desvalorização representou um custo elevado para a maioria da sociedade que vive de renda fixa e para os setores privados que baseiam sua atividade no mercado interno. Uma enorme transferência de recursos, dos mais pobres para os mais ricos. Desde então, foi estabelecida uma taxa de desvalorização de 2% ao mês, que a partir de fevereiro de 2025 foi reduzida para 1%, provocando uma maior valorização do peso argentino. Se a inflação mensal atingiu 25,5% em dezembro de 2023, um ano depois, o registro indicou 2,7% e, com a política cambial de valorização, supõe-se que o índice deverá continuar a cair. É uma vitória pírrica, pois para tornar possível essa redução do índice de preços, foram estabelecidas várias âncoras: na taxa de câmbio, na renda popular e uma política fiscal de ajuste e austeridade com fortes restrições aos gastos sociais.

No site da FISYP, pode-se encontrar um relatório elaborado em conjunto com Lucas Castiglioni sobre o ano do governo Milei, em: https://fisyp.org.ar/2025/01/03/un-ano-de-milei-la- ofensiva-del-capital-y-la-ultraderecha-por-julio-gambina-y-lucas-castiglioni/. O relatório analisa o aumento da pobreza e da indigência; a queda dos salários e da renda popular, especialmente das aposentadorias; o aumento do

desemprego e o fechamento de pequenas e médias empresas, juntamente com o aumento da precariedade e da irregularidade no trabalho; a brecha entre uma minoria enriquecida e uma maioria empobrecida que aumenta a desigualdade de renda e de riqueza no país, em sintonia com o que acontece no mundo; a forte queda do produto durante o ano, confirmando uma recessão no contexto do estagnação secular da economia local. O documento discute o conteúdo da recuperação esperada para este ano de 2025, que não altera o caráter do ajuste fiscal e da reforma estrutural reacionária da economia argentina. Para além de qualquer consideração estatística, o projeto de Javier Milei avança no caminho imaginado pela ditadura genocida de 1976-83 para realizar profundas reformas reacionárias do capitalismo na Argentina, que se intensificaram nos anos 90 do século passado e, mais recentemente, no governo de Mauricio Macri entre 2015 e 2019.

Restauração conservadora

A novidade Milei deve ser concebida como a maior tentativa de restauração conservadora no país, no âmbito de uma iniciativa global do capital para recompor a lógica do lucro, da acumulação e da dominação.

Na crise de 1930, com a revolução russa, o capital teve que renunciar à apropriação do excedente económico, da mais-valia. O imaginário do socialismo desafiou o capitalismo em vários territórios até a contraofensiva derivada da crise dos anos 60/70. As políticas neoliberais constituíram a ofensiva para acabar com o limite do socialismo, objetivo social global efetivado desde 1917. Nesse espírito, é importante o acervo do movimento popular mundial que, no caso argentino, destaca as lutas sindicais e operárias da virada do século XIX para o XX, pelo sufrágio universal (masculino) entre 1912 e 1916, a reforma universitária de 1918, entre outras que provocaram mudanças no bloco dominante e mutação no regime de acumulação de capitais.

Para restaurar o poder oligárquico imperialista e conservador, ocorreram golpes militares entre 1930 e 1983, ano do retorno ao atual regime constitucional. A novidade é que, nestes anos de institucionalidade, foram criadas as condições para uma

restauração sem necessidade de golpe militar e por meio do consenso eleitoral. A ditadura genocida entre 1976 e 1983 gerou as condições originais para a modificação do modelo de produção e desenvolvimento, que em essência se manteve sem alterações essenciais sob governos constitucionais. Mais ainda, durante os anos 90 e com presidências dos partidos tradicionais, consolidou-se a lógica da liberalização, com reformas contínuas na relação trabalho-capital, reformas do Estado e uma maior dependência do capital transnacional.

Nessas condições e com as mudanças nas formas de organização do capitalismo local, o que implica profundas mudanças na gestão da força de trabalho, é possível compreender a chegada do anarco-capitalista ao governo da Argentina. Trata-se de uma questão essencial para restaurar um poder dominante desafiado por um século de lutas populares. Milei é a expressão da iniciativa do bloco de poder concentrado local e estrangeiro, desafiado oportunamente por políticas de distribuição de renda. As mudanças estruturais aceitas no capitalismo local durante décadas explicam o consenso eleitoral para a chegada da extrema direita ao governo da Argentina, que acelera os passos de uma transformação reacionária do capitalismo local. Conta com o apoio do capital transnacional concentrado e dos organismos internacionais, especialmente o FMI, com o aval do governo dos EUA sob a gestão Trump.

Iniciativa local e global

Alguns insistem em qualificações individuais relativas à personalidade do presidente argentino, da mesma forma que fazem com o presidente norte-americano. No entanto, para além de qualquer qualidade ou característica pessoal, o que deve ser estudado é a necessidade do regime do capital para superar a crise global do capitalismo. Por isso, Trump ou Milei reivindicam, um a partir do “centro”, o outro a partir da “periferia”, a restauração de uma lógica de exploração e saque, o que exige consenso, primeiro eleitoral e depois político, para consensualizar uma cultura capitalista, normal e insuperável. Daí a crítica à ideologia de género, ao ambientalismo, promovendo a eliminação de direitos e o negacionismo sobre as alterações climáticas, para além dos confrontos sociais, mesmo em massa, como no

caso da Argentina em defesa da universidade e da educação pública, que mobilizou milhões de pessoas em 2024, ou recentemente em defesa dos direitos das mulheres e das diversidades.

Milei retoma uma agenda mundial de confronto com o socialismo. O seu último livro, além das acusações de plágio, tem como título “Capitalismo, Socialismo e a armadilha neoclássica” (EDITORIAL PLANETA, 2024), no qual não se trata apenas de combater Marx e sua tradição, as tentativas de construir o socialismo em vários países, mas sobretudo tudo o que se afasta de uma ortodoxia fundada na escola austríaca ou na de Chicago, em Ludwig von Mises, Friedrich Hayek ou Milton Friedman. Milei faz parte de uma iniciativa global, com suas especificidades locais, que, por enquanto, após a surpresa inicial, está construindo um plano de médio e longo prazo, que oferece como solução em conclaves globais, como o Fórum de Davos, em: https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/50848-discurso-del-presidente-de-la-nacion-javier-milei-desde-el-foro-de-davos-suiza.

Alguns imaginaram que Milei não chegaria ao fim do ano, pensando na tradição de organização e luta histórica do povo argentino. No entanto, agora ele disputa a metade do mandato para fortalecer institucionalmente e disputar a reeleição em 2027. As resistências são importantes e afirmam-se na tradição sindical e popular da classe trabalhadora e do povo argentino, mas não são suficientes. O problema é o horizonte político alternativo, que nas circunstâncias atuais deve transcender o horizonte do capitalismo. Milei surpreendeu diante do descontentamento e insatisfação com a política tradicional e agora tenta consensuar uma política retrógrada e reacionária a favor da dominação transnacional que atua na Argentina e no sistema mundial.

A construção de uma subjetividade alternativa que articule os programas reivindicativos do protesto fragmentado na Argentina atual é a expectativa para frear esta ofensiva do capital e da extrema direita.

A COLÔMBIA E SUA ENCRUZILHADA HISTÓRICA: O GOVERNO PETRO CHEGA A SEU MOMENTO DECISIVO

Wyliian Viegas*

Dois anos e meio após a posse, Gustavo Petro se aproxima do momento determinante do primeiro mandato de esquerda da história colombiana. Segue o embate contra as forças conservadoras, que caracteriza o governo desde seu primeiro momento, em busca da realização do projeto popular que o elegeu. Após a fragmentação do "Pacto histórico", frente ampla que possibilitou a sua eleição, com a saída dos setores mais à direita do governo, Petro passou a encontrar uma resistência ainda mais forte no Congresso à aprovação das reformas populares. O conflito com as elites tradicionais do país parece indicar a chegada à encruzilhada da história a que os governos populares frequentemente se deparam — ou avançam em direção à conquista dos direitos negados ao povo historicamente, ou sucumbem ao poder das elites cristalizados nas instituições do Estado liberal.

A estratégia construída desde o princípio do governo priorizou a mobilização de sua base popular em atos frequentes em defesa das reformas e o conflito aberto com a oposição no congresso colombiano. Tal estratégia se revela distinta da maior parte dos governos recentes do chamado campo progressista na América Latina que adotaram uma postura conciliatória com boa parte de suas oposições nas casas legislativas. As frequentes concessões aos adversários em busca da governabilidade e de pequenas conquistas na ampliação dos direitos definiram um caráter moderado e tímido aos governos progressistas da região identificados à chamada "onda rosa" do início do século XX. Esse perfil logo encontrou as limitações impostas pelos inimigos dos projetos populares interna e externamente que levaram ao fim de tais governos, seja pela via eleitoral ou por golpes de Estado.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (PEPI/UFRJ)

Na Colômbia de Petro, o cenário de conflito com os setores reacionários e liberais se aprofunda nesta segunda metade do mandato presidencial. A maior crise enfrentada pelo governo teve início em setembro de 2024 com a abertura de uma investigação pelo Conselho Nacional Eleitoral contra a campanha de Petro à presidência por supostamente exceder os valores permitidos no seu financiamento. Apesar de não poder investigar diretamente um presidente em exercício, e sim a sua campanha, a investigação objetivou aprofundar o desgaste do governo em maio de 2025 face aos embates com a oposição. Petro caracterizou o movimento como uma tentativa golpista para alimentar um possível processo de impedimento pelo Congresso. A investigação foi conduzida por dois magistrados conhecidamente próximos ao ex-presidente Álvaro Uribe, opositor de Petro. Ainda na mesma semana, foi iniciado um locaute de empresários de transporte que levou a uma paralisação de caminhoneiros em várias regiões do país. A tática frequente das elites empresariais contra governos de esquerda na América Latina, objetivou gerar desabastecimento nas cidades para responsabilizar o presidente. Contudo, o movimento foi rapidamente contornado pelo governo com a negociação direta com os caminhoneiros e a redução do preço do diesel. Petro respondeu na semana seguinte com grandes mobilizações de massa nas principais capitais do país em defesa das reformas, como já havia realizado anteriormente.

Reformas

O governo concentrou os esforços nas reformas *pensional* (aposentadorias), tributária e da saúde. A primeira objetiva principalmente a ampliação da cobertura do sistema que hoje mantém uma enorme parcela dos idosos sem acesso à aposentadoria. Através da reforma, todos os contribuintes passariam para o sistema público Colpensiones que seria mantido pelo orçamento público e pela contribuição empresarial e dos próprios trabalhadores. A reforma se estrutura em três pilares: o contributivo, descrito acima, o semicontributivo, para aqueles que chegaram aos 65 anos sem cumprir os requisitos da aposentadoria, e o pilar da poupança voluntária que permite ao trabalhador a poupança nos sistemas público ou privado.

A reforma tributária busca reduzir as amarras fiscais aos gastos públicos e aumentar a arrecadação junto a alguns setores como: jogos de azar *on line* (19%), buscando também desincentivar a prática; imposto "cartorial" de 1% na emissão de alguns documentos oficiais; e taxação em 1% da exportação de hidrocarbonetos, alinhada à política de transição energética.

Já a reforma da saúde busca a ampliação do acesso aos serviços de saúde para uma enorme parcela da população que se encontra aquém da atenção básica. Para tal, a proposta prevê o fortalecimento do Sistema Geral de Saúde da Previdência Social para torná-lo universal com foco na prevenção, através de uma rede de Centros de Atenção Primária de Saúde (CAPS) em todo o território com atendimento ambulatorial, emergência, hospitalização, reabilitação, exames laboratoriais e programas de saúde pública. A reforma inclui a diminuição da desigualdade do acesso aos serviços de saúde com o estabelecimento de um CAPS para cada 25 mil habitantes; a criação de um sistema de prevenção de enfermidades, a extinção das Entidades Promotoras de Saúde (empresas que intermediam a prestação de serviços aos cidadãos); a qualificação e acompanhamento de órgãos internacionais, como a OMS e OPAS; a padronização dos valores dos serviços privados; e melhoras nas condições laborais para os profissionais de saúde como qualificação, aumento salarial e autonomia médica.

Outra reforma levada ao Congresso pelo governo foi a trabalhista que previa a ampliação de direitos para os trabalhadores mais precarizados, como a formalização do trabalho rural. A reforma se concentra na direção da formalização e estabilidade do emprego, no estabelecimento das jornadas diurnas e noturnas, pagamentos adicionais por domingos e feriados, diminuição da terceirização e dos contratos temporários, formalização dos trabalhadores de plataformas digitais, aumento da licença paternidade e aumento da igualdade salarial de gênero.

O processo de tramitação das reformas encontra fortes obstáculos colocados pela oposição no Congresso Nacional sob forte *lobby* de diversos setores empresariais privados. O embate mais recente com a oposição no Congresso ocorreu em 19 de março com a rejeição da reforma trabalhista. A votação ocorreu

simultaneamente a grandes atos populares em defesa das reformas, como vem acontecendo desde o início do mandato.

Crise ministerial

Em fevereiro de 2025, uma nova crise se deflagrou no governo em uma reunião ministerial televisionada. Após a nomeação de Armando Benedetti como chefe de gabinete e Laura Sarabia, como ministra das Relações Exteriores, alguns ministros renunciaram aos cargos, abrindo uma crise interna entre os aliados de Petro e fragilizando ainda mais o governo frente aos seus opositores. Benedetti e Sarabia já haviam protagonizado outra crise no governo. O primeiro é uma figura identificada aos setores liberais da política colombiana, é investigado no caso do financiamento de campanha presidencial, citado anteriormente, e ainda foi denunciado por violência de gênero. Sarabia é investigada por desvio de fundos públicos e esteve envolvida no caso de escutas ilegais junto à Benedetti quando esse era embaixador na Venezuela. Por estas razões, as nomeações de ambos para estes cargos foi muito mal recebida entre os aliados do governo, levando a um racha na composição ministerial.

Petro sugeriu a entrega de todos os cargos e uma ampla reforma ministerial para recompor o governo. Novas demissões ocorreram, levando o governo ao seu momento de maior fragilidade. A nomeação de Benedetti para o cargo é uma tentativa de Petro de aumentar o seu poder de negociação das reformas junto à oposição no Congresso. Apesar das críticas fundamentadas de seus aliados, a nomeação facilitou a aprovação na Câmara dos Representantes da reforma da saúde no início de março. Em meio à crise das últimas semanas, essa aprovação representou uma vitória significativa para o governo. Entretanto, a reforma ainda necessita de aprovação no Senado, casa onde o governo possui uma oposição ainda mais numerosa.

Essa dinâmica colocada desde o princípio do governo parece estar chegando ao seu clímax. Petro, durante o último ato convocado para o momento da votação da reforma trabalhista, expôs que o governo irá recorrer à consulta popular em busca da aprovação das reformas. A estratégia de recorrer a plebiscitos, já utilizada anteriormente por outros governos populares, se mostrou eficaz para superar o

controle das elites sobre o poder legislativo em diversos países da América Latina. As consultas populares, além de serem poderosos instrumentos de democracia participativa, podem ser a última oportunidade para que o governo consiga implementar os projetos de forte apelo popular que o levaram à presidência.

O período final do mandato presidencial de Petro promete escancarar as contradições colocadas ao primeiro governo de esquerda da história colombiana, servindo a todos os povos latino-americanos como um exemplo dos desafios a serem enfrentados em toda a região pelas forças populares.

Relações internacionais

Na esfera internacional, o governo Petro protagonizou enfrentamentos intensos com os governos de extrema direita de Israel e Estados Unidos. Desde o início da invasão de Gaza em 2023, o governo colombiano vem se pronunciando de forma veemente em defesa da Palestina e contra o genocídio perpetrado por Israel. Após as primeiras declarações, a interrupção da compra de armas pelo governo colombiano junto à Israel se materializou como primeira medida sobre o caso. Com a escalada da invasão ao território palestino, Petro anunciou durante os atos de primeiro de maio de 2024 o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países. Assim, a Colômbia se soma à Venezuela e Bolívia entre as nações sul-americanas que romperam suas relações com Israel. A iniciativa do governo colombiano encoraja demais representantes e organizações de países do Sul Global a se posicionarem contra o genocídio do povo palestino, como já haviam feito, por exemplo, Brasil e África do Sul. As ações realizadas por países periféricos nesse sentido necessitam de atuação coletiva nos organismos internacionais para que medidas eficazes sejam tomadas para a interrupção da invasão do território palestino.

Em janeiro de 2025 tem início nos Estados Unidos o segundo mandato de Donald Trump, após o interregno de quatro anos de Biden. A nova presidência de Trump é marcada pelos ataques imediatos aos imigrantes pobres dos países periféricos desde a campanha no ano anterior, e que agora se materializam em medidas persecutórias.

Os primeiros dias do novo mandato são caracterizados por deportações em massa de imigrantes sob o argumento da ilegalidade de suas situações migratórias e acusações genéricas de cometimento de crimes. As pessoas detidas são submetidas a tratamentos desumanos, ferindo os direitos humanos consagrados em diversos instrumentos nacionais e internacionais.

O primeiro voo militar estadunidense com deportados colombianos em direção ao seu país natal expôs o tratamento degradante do governo norte-americano aos nacionais de outros países que regressam algemados e sem direito à alimentação, água e uso de sanitários. Imediatamente o Presidente colombiano negou a aterrisagem do avião com os cidadãos colombianos deportados que foi forçado a retornar aos Estados Unidos. Em seguida, Petro enviou aviões colombianos para que as pessoas deportadas pudessem retornar ao país em condições dignas.

Após a ação de Petro, Trump retaliou anunciando sanções à Colômbia similares às aplicadas contra outros países com os quais o Estados Unidos tem alimentado conflitos diplomáticos. Foram essas: criação de uma tarifa emergencial de 25% sobre todos os produtos colombianos que entrassem nos EUA; bloqueio de viagens de colombianos aos EUA; revogação de vistos de autoridades do governo e aliados de Petro; inspeções rigorosas nas fronteiras e aeroportos na entrada de cidadãos colombianos nos EUA; sanções ao Tesouro, ao setor bancário e ao setor financeiro colombianos.

Com isso, Petro anunciou a aplicação da reciprocidade diplomática em relação aos EUA com a edição de medidas equivalentes. Após negociações dos corpos diplomáticos dos dois países, as sanções foram levantadas mediante a aceitação do governo americano em garantir os direitos humanos dos imigrantes colombianos nos voos de repatriação e o compromisso do governo colombiano em aceitar o recebimento dos voos em seu território.

Economia

Internamente, apesar das críticas incessantes da oposição sobre a política econômica do governo Petro, a Colômbia vem apresentando uma melhora sensível dos seus principais índices. Desde o início do mandato, o governo adotou uma política de valorização do salário mínimo acima da inflação. Em janeiro de 2025, o aumento foi de 9,54%, representando ganhos reais para os trabalhadores pelo terceiro ano consecutivo. Ao contrário das projeções liberais, a inflação vem se desacelerando, tendo registrado 9,3% em 2023 e 5,2% em 2024, ainda acima da meta de 3%, segundo os dados do Banco da República da Colômbia. Essa desaceleração tem sido acompanhada de uma política de redução constante da taxa básica de juros que não impactou de forma negativa a inflação, registrando desde março de 2023, uma diminuição de 8,1 pontos percentuais, e estando em 9,5% atualmente. A espera é que esses movimentos consigam impactar positivamente o crescimento econômico em 2025 com uma projeção de 2,6% frente ao baixo crescimento de 1,7% registrado em 2024. A taxa de desocupação apresentou queda em janeiro de 2025 de 1,1% em comparação a janeiro de 2024, estando em 11,6%.

A melhora dos dados macroeconômicos veio acompanhada no final de 2024 da maior descoberta de reserva de gás natural da história do país. Em uma parceria entre a Ecopetrol colombiana e a Petrobras, foi identificada uma nova reserva que representa um aumento de 200% das reservas totais de gás natural do país. Esse fato pode impactar sensivelmente a política energética planejada por Petro que propõe a transição total energética do país nos próximos anos com o fim da exploração de combustíveis fósseis.

“Paz total”

Em janeiro de 2025 eclodiu um novo conflito armado na região de Catatumbo na fronteira com a Venezuela. O conflito entre o Exército de Libertação Nacional e um grupo dissidente das FARC levou à morte mais de cem pessoas desde seu início e ao deslocamento de mais de 32 mil pessoas na região. Com isso, o governo resolveu interromper as negociações com o ELN que se mostravam até então bem sucedidas desde o início do mandato. O conflito representa um forte abalo na política de “Paz total” promovida por Petro como um de seus principais projetos de governo que

propunha a desmobilização das guerrilhas remanescentes através do diálogo, da reinserção social de membros e conjugada à política de substituição de cultivo de ilícitos nas regiões produtoras de coca. O governo retoma a partir de então uma postura bélica de enfrentamento ao problema, adotada em governos anteriores, que pode representar o fracasso da política de “Paz total” proposta anteriormente.

As diferentes dimensões observadas do governo Petro revelam a chegada do mandato presidencial ao seu momento crucial no qual é instado a avançar na ampliação das conquistas populares. O recuo frente às pressões implacáveis dos setores de oposição no legislativo, judiciário, grande imprensa e demais arenas de disputa pode representar uma derrota definitiva do primeiro governo popular da história colombiana. Para contornar esses obstáculos, Petro deve recorrer a quem o carregou até a Presidência, o povo pobre e os movimentos sociais organizados que são a sua base social. Aprofundar a mobilização popular em defesa das reformas e construir mecanismos de democracia participativa e direta constituem o melhor caminho para superar as limitações que se apresentam nas instituições do Estado dominadas pelas elites colombianas.

EQUADOR: SEM VOLTA PARA O FUTURO?

Pedro Martinez*

Apresentação

Mais de sete anos passados da chamada “Revolução Cidadã”, o Equador hoje vive múltiplas crises que dificultam qualquer prognóstico otimista. O atual confronto eleitoral, concluído na forma de segundo turno entre Luisa González e o atual presidente Daniel Noboa no último dia 13 de abril, reafirmou o cenário de divisão centrada nas interpretações antagônicas sobre qual é o real legado de Rafael Correa e seu grupo político.

No primeiro turno, Noboa e González receberam mais de 4 milhões de votos cada, com uma diferença de apenas 16 mil votos, ou 0,17%. O terceiro lugar, Leonidas Iza, quadro que se destacou nacionalmente a partir das manifestações contra o governo liberal de Lasso em 2022, representando a força do movimento indígena no país, apenas conquistou pouco mais de meio milhão de votos.

Daniel Noboa, filho de um império exportador bananeiro, não foi capaz de gerenciar qualquer um dos desafios que o país passou no tempo de seu primeiro mandato. Sua base de apoio está, resumidamente, no sentimento anti-correísta que se mantém diverso e numeroso.

Depois de múltiplas táticas clandestinas que reforçaram o sentimento público de uma eleição injusta, como a declaração de estado de emergência, a utilização de máquina pública para associar-se com sua campanha e acusações de infiltração eleitoral dentro dos órgãos oficiais responsáveis pelo pleito, Noboa está eleito. Luisa González segue denunciando a situação nacional e internacionalmente; porém,

* Mestre em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail para contato: pedrojamartinez@hotmail.com. Agradeço a Damian Bedoya (Flacso Equador) pelos comentários.

provavelmente as manobras suspeitas do atual presidente seguirão impunes, principalmente no cenário de erosão institucional que vive o Equador. Reviravoltas, contudo, não estão fora do cenário de possibilidades.

Nessa análise conjuntural, reunimos três pontos que nos ajudam a pintar o quadro equatoriano atual (a crise econômica e energética, a calamidade de segurança e carcerária, e os resultados de uma política externa infame), bem como reflexões finais sobre o governo vindouro.

A desigualdade e a crise energética

Lenín Moreno e Guillermo Lasso, mesmo de pontos de partida distintos em termos de orientação política, conduziram o país economicamente em direção ao empobrecimento e à retração, acentuadas pelos efeitos da pandemia de COVID-19, combinado com a alta dependência das exportações de petróleo. Moreno, antes vice-presidente de Corrêa, rompe com o *Alianza País* e busca mudar sua base de apoio, saindo com níveis de popularidade historicamente baixos. Lasso ganha a eleição com a divisão de votos no campo da esquerda e a evolução das investigações de corrupção no governo Correísta, resultando em uma guinada liberal acentuada. A gestão de Lasso procurou implementar uma série de reformas, incluindo a flexibilização da legislação trabalhista e a reforma no setor bancário, na esperança de melhorar a competitividade. O governo enfrentou dificuldades para implementar suas políticas devido à resistência popular de um país que rejeita amplamente políticas econômicas predatórias, mas onde seus representantes continuam a acumular vitórias eleitorais ocasionalmente.

O aumento da desigualdade social e do custo de vida, especialmente devido à inflação crescente e ao aumento dos preços dos combustíveis, geraram protestos generalizados. A questão do petróleo continua a ser central na economia equatoriana, com a dependência das exportações representando uma vulnerabilidade diante da volatilidade dos preços internacionais.

Daniel Noboa, desconhecido no cenário político antes de sua eleição, segue uma linha mais aproximada com um populismo sem norte, fisiológico, podendo apostar em qualquer coisa que lhe suba a popularidade. O país segue em recessão, com uma taxa de pobreza de 28% da população em 2024, segundo dados oficiais[1]. Além disso, o país enfrenta apagões constantes e racionamentos diários de energia de até 14 horas, atribuídos a problemas em investimento e gestão de um setor energético que não possui alternativas em tempos de seca em hidrelétricas.

O narcotráfico e a crise carcerária

Em termos de segurança, o Equador vem sofrendo um aumento drástico de homicídios e outros tipos de crime nos últimos anos, impulsionados pelo narcotráfico que se expande na região. Em 2024, foi declarado um "estado de guerra" contra as gangues criminosas, buscando implementar medidas mais rigorosas para combater a violência no país.

Outrora reconhecido pela tranquilidade, mesmo estando próximo a territórios conflituosos, o Equador agora coleciona momentos marcantes de violência, como o assassinato do candidato à presidência Fernando Villavicêncio e a tomada de um canal de televisão Guayaquilenho por criminosos. As respostas governamentais repressivas buscam replicar a experiência autoritária de Bukele em El Salvador, sem efetividade.

A crise carcerária que vive o país também se destaca. A explosão da mortalidade dentro de prisões no país representa a transformação dos centros de detenções como um “Ecossistema do Crime”, comandado por facções criminosas associadas internacionalmente e em conflito constante[2]. A superlotação, falta de investimento, aprisionamento em massa resulta em um cenário de aumento de mortes

[1] Disponível em <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/POBREZA/2024/Diciembre/202412_PobrezayDesigualdad.pdf>. Acesso em 18 mar. 2025.

[2] PONTON, Daniel. Las nuevas cárceles en Ecuador: un ecosistema para la reproducción del crimen complejo. Universitas, Cuenca, n. 37, p. 173-199, dic. 2022. Disponível em <http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1390-86342022000200173&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 18 mar. 2025. <https://doi.org/10.17163/uni.n37.2022.07>.

não só violentas, como em rebeliões, mas também em mortes por doenças tratáveis, como a tuberculose[3].

Em mais um episódio de autoritarismo, Noboa afirmou, em rede social, estar se associando com o líder do grupo *Blackwater*, reconhecida organização mercenária envolvida em massacres no Iraque, em suposta tentativa de combater o crime organizado no país.

A política externa

No campo diplomático, o último governo equatoriano coleciona momentos que reafirmam uma trajetória caótica, pequena e dependente. Ora seguindo Trump, ora Bukele, Noboa se destaca internacionalmente pelo grotesco ou inusual. A começar pela surpreendente decisão de invadir a embaixada do México em Quito para a prisão de Jorge Glass, um ex-vice-presidente sob acusações de corrupção, resultando no rompimento de relações diplomáticas entre os dois países, bem como na realização de uma cúpula de emergência da CELAC, em que o repúdio à ação, que viola normas e princípios estabelecidos no Direito internacional, foi amplo. Em outro episódio de hostilidade com o México, o governo equatoriano seguiu o novo governo Trump ao anunciar a imposição de um novo pacote de tarifas alfandegárias sobre os produtos mexicanos.

No que se refere ao alinhamento desigual com os Estados Unidos, o governo equatoriano ofereceu a Donald Trump a possibilidade de estabelecer uma base militar nos Equador e de formalizar um acordo de livre comércio. Para criar as condições para a presença da base militar estrangeira, Noboa quer modificar a Constituição equatoriana, a qual proíbe bases militares estrangeiras desde 2008. Essa proposta já passou pela primeira fase de revisão da Corte Constitucional[4]. Noboa ainda contratou

[3] Disponível em <https://www.eluniverso.com/noticias/ecuador/la-crisis-sanitaria-en-los-centros-penitenciarios-pone-en-riesgo-a-toda-la-sociedad-dice-municipio-tras-muerte-de-cinco-reos-por-tuberculosis-nota/>. Acesso em 18 mar. 2025.

[4] Disponível em <https://www.radiopichincha.com/galapagos-base-militar-estados-unidos/>. Acesso em 18 mar. 2025.

uma empresa de lobby, com vistas a representar o Equador em Washington, com o foco em conseguir um encontro com Trump[5].

No último mês de fevereiro, o isolamento de Noboa se materializou na esvaziada Cúpula Ibero-Americana realizada em Cuenca, em que nenhum chefe de estado latino-americano esteve presente.

O Equador em perspectiva

Noboa e seu grupo político não utilizam táticas novas para consolidar seu poder. É razoável projetar que o Equador siga em um caminho de maior aproximação com políticas autoritárias e violadoras dos direitos do povo com vistas a um projeto supostamente duro contra as organizações criminosas. De maneira simplória, Noboa quer ser um outro Bukele, para ganhar pontos com a administração Trump e a popularidade da direita latinoamericana. Sua reeleição tem o potencial de diminuir a força das barreiras que impedem a ascensão de um estado policial fortalecido.

A esquerda, nessa última eleição, não conseguiu realizar uma coalizão ampla e vitoriosa, tendo que encontrar maneiras de recuperar a confiança de setores sociais e organizações que, por razões justas, não se encontram representados no correísmo, como os movimentos indígena e ecologista.

O pequeno país da costa pacífica ainda possui uma dificuldade em encontrar estabilidade política. As marcas da *Revolución Ciudadana* seguem cercando o debate público equatoriano: seja o sucesso de uma política econômica bem-sucedida, ou os traços autoritários e extrativistas. Desde a transição para Lênin Moreno em 2021, a guinada à direita se consolidou, mas não é exatamente dominante no cenário político.

No campo da esquerda, as animosidades e divisões estão entre as mais acirradas, dentro do universo de países latino-americanos que viveram a “onda rosa”, principalmente entre organizações do movimento indígena, como o Patchakutik e a

[5] Disponível em <https://actualidad.rt.com/actualidad/542921-ecuador-paga-lobby-cita-trump-noboa?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=all>. Acesso em 18 mar. 2025.

Conaie, e o movimento que antes era base de apoio do correísmo e se dividiu em diversos partidos.

Esse cenário, de multiplicidade política e carências estruturais, parece impedir governos minimamente eficientes em lidar com as novas crises da região. Pelo menos é o que vem sendo tendência na última década. O resultado do pleito não representa o fim da possibilidade da renovação da correlação de forças no pequeno país. Contudo, o segundo governo Noboa representa o reforço de uma aliança da direita latino-americana, com potencial de retroceder ainda mais avanços e conquistas sociais no continente.

FRANÇA: A BUSCA PARA LIDERAR A EUROPA[6]

Wilson Vieira[*]

A França tem procurado se manter relevante no cenário mundial, tal como analisamos na edição nº 1 da *Recortes da Conjuntura Mundial*, mas, em termos recentes, tem procurado se destacar como liderança de uma Europa que ainda está se refazendo do choque das medidas iniciais tomadas pelo governo Trump (EUA).

Para entendermos melhor esse cenário, é necessário que observemos como Macron tem procurado manter seu governo, dado um cenário interno de avanço da extrema direita, no qual, frente a tal situação, tomou uma decisão muito arriscada, que foi dissolver a Assembleia Nacional e convocar novas eleições legislativas, as quais, a partir de uma articulação entre a centro-direita e a esquerda, conseguiu barrar o avanço dessa força política. Porém, tal situação não conseguiu superar o quadro de instabilidade, dada a resistência de Macron de nomear um primeiro-ministro do campo da esquerda (que conseguiu muitas cadeiras no Parlamento), o que gerou protestos por parte dessa força política. A primeira nomeação foi de Michel Barnier (em 5 de setembro de 2024), que foi derrubado pela Assembleia Nacional a partir de uma moção de reprovação devido à sua proposta de corte orçamentário. Por fim, Macron nomeou François Bayrou (centrista do Movimento Democrático, partido que faz parte da aliança governista desde 2017) como novo primeiro-ministro em 13 de dezembro de 2024, mas ainda em um cenário instável.

Vale destacar também que ocorre uma continuidade da defesa de políticas neoliberais, porém, com menos ímpeto do que antes, dada a instabilidade política

[6] Fontes consultadas: jornais O Estado de São Paulo e Le Monde (várias edições).

[*] Economista, Mestre em História Econômica, Doutor em Sociologia, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Vice-Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia (LEHC) da UFRJ, Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA) da UFRJ, membro da Diretoria do Centro Celso Furtado, Pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC).

provocada por um possível voto de desconfiança que combine a oposição das esquerdas e dos protestos sociais com a cobiça pelo poder da extrema-direita.

Dentro desse cenário interno instável é que podemos compreender a política externa francesa recente, destacando-se a resistência frente ao acordo Mercosul-União Europeia a partir dos protestos dos produtores agrícolas franceses, que temem perder mercado na Europa para seus produtos e a busca de liderar uma reação no Velho Continente às decisões tomadas pelo governo Trump diante da guerra entre Rússia e Ucrânia, que nas negociações de paz, excluiu os países da União Europeia.

A liderança da França nesse processo tem sido observada nas reuniões recentes convocadas por Macron para responder a um cenário de abandono da OTAN por parte dos EUA, buscando organizar uma aliança militar exclusivamente europeia (inclusive com uma proposta de “guarda-chuva nuclear” para se proteger da Rússia), além de tentar participar do processo de paz na Ucrânia com a proposta do envio de forças de paz para esse país, rejeitada pela Rússia. O ensaio de liderança francês se combina com o alemão, exercido por Ursula Von der Leyen, mas estão limitados pela crise política, o declínio da esquerda de terceira via e a instabilidade e o avanço da extrema direita nesses países.

As dificuldades da Europa para reagir a reestruturação do atlantismo e se articular à perspectiva de um mundo multipolar em ascensão e podem levá-la à uma grande crise geopolítica, política, social e ideológica e constitui uma das expressões da crise terminal da hegemonia dos Estados Unidos e do caos sistêmico em curso.

ALEMANHA E REINO UNIDO NO CENÁRIO ATUAL

Ricardo Gomes*

A realidade sistêmica em que vivemos aponta para um movimento de reconfiguração do poder global. A guerra na Ucrânia é o mais claro exemplo dessa etapa de transição em curso no sistema interestatal capitalista. Cabe destacar nesse movimento volátil e imprevisível, a erosão relativa das potências dominantes do sistema internacional do século XX e a ascensão de novos polos de poder na sua antiga periferia e semiperiferia.

Ademais, testemunha-se o esgotamento do receituário neoliberal mascarado pelo termo da 'globalização'. Entretanto, a ideia perigosa da 'austeridade' continua permeando o processo decisório de diversos países incluindo o centro do capital. Nessa armadilha encontram-se os governos de esquerda, principalmente os sociais-democratas que invariavelmente demonstram-se incapazes e incompetentes para romper com esse modelo e que irresponsavelmente se tornam sócios dele. Nesse documento analisaremos o contexto político e econômico atual da Alemanha e do Reino Unido que são o reflexo e o espelho dessas vicissitudes endógenas e exógenas.

A**lemanha — análise doméstica**

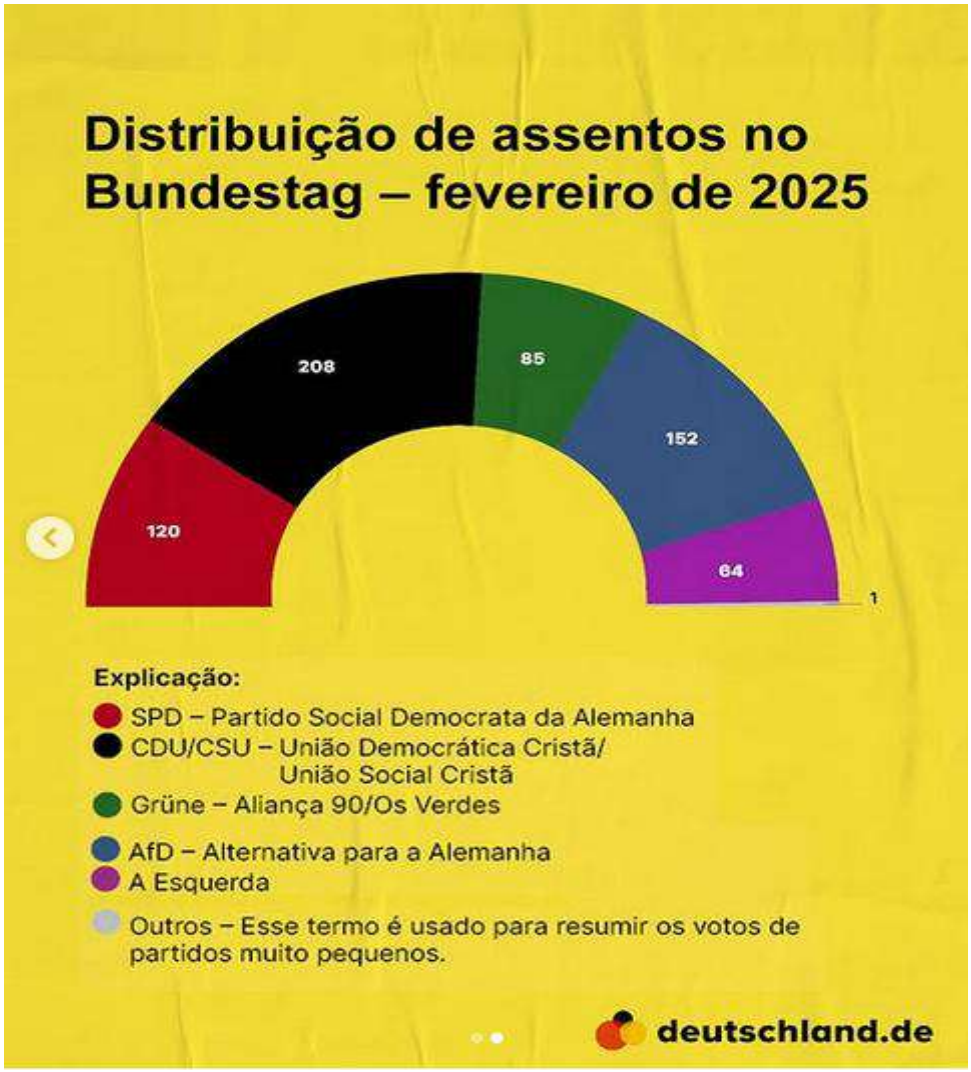
Em 2021 a vitória da centro-esquerda na Alemanha foi aclamada como a ascensão da coalizão progressista ao poder — depois de mais de uma década do governo neoliberal de Angela Merkel.

Entretanto, essa vitória animadora inicialmente, deu lugar a um governo medíocre, sustentado por uma aliança confusa e pouco coesa e liderada por um tímido Scholz - colapsando vergonhosamente sem completar o mandato.

* Doutorando do Programa de Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ)

O resultado das eleições de fevereiro de 2025 demonstrou a insatisfação generalizada com a coalizão “traffic light” composta pelo SPD (sociais-democratas), o FDP (centro) e o Die Grunen (verdes). A vitória de Friedrich Merz dos Democratas Cristãos — partido da direita conservadora e a ascensão da extrema direita (AfD) — formalizou a crise profunda da social-democracia alemã. É importante destacar o crescimento da esquerda alemã (Die Linke) nos grandes centros do país.

Abaixo incluímos um gráfico que demonstra a distribuição atual do parlamento alemão pós eleições.



A crise no SPD reflete a incapacidade dos sociais-democratas alemãs em combater e substituir o modelo neoliberal. A coalizão nunca permitiria esse

movimento. Os mesmos problemas que derrotaram os conservadores nas eleições de 2021 (abrindo o caminho para o retorno do SPD e Scholz) foram responsáveis pela derrota vergonhosa dos seus sucessores sociais-democratas em 2025.

O baixo crescimento da economia alemã por dois anos consecutivos, o aumento exponencial no preço dos combustíveis (agravado pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia), a queda do poder aquisitivo da população, a falta de investimentos na infraestrutura do país e de reformas nas políticas sociais, entre outros, contribuíram diretamente para a derrota do SPD.

Com um discurso mais progressista, porém, preso a um modelo econômico quase idêntico ao do governo conservador anterior, Scholz ao não romper com a ortodoxia conservadora pode, intencionalmente ou não (não importa), ter construído o caminho para uma hegemonia da Democracia Cristã por muitos anos.

A vitória de Friedrich Merz, é o mais do mesmo. O milionário alemão era aliado político de Merkel e nutre um ódio profundo pela esquerda. A política econômica não será diferente a de Merkel e até mesmo a de Scholz. No plano político, Merz já definiu que não terá a extrema direita na construção do seu governo, porém terá que compor com o SPD para uma governança mais estável para neutralizar o neonazismo.

No vácuo dessa derrota decepcionante do SPD testemunhamos a ascensão significativa e perigosa da extrema direita (AfD) liderada por Alice Weidel. O segundo lugar conquistado nessa eleição confirma a AfD como uma potência política e não apenas como um insignificante ator radical que habitava a margem do espectro político alemão. A extrema-direita alemã faz parte formal do debate político do país, presente em todos os setores da sociedade alemã levantando as bandeiras da anti-imigração e anti União Europeia. Cabe salientar a sua vitória acachapante no leste da Alemanha — a antiga Alemanha Oriental.

Plano Externo

A invasão da Ucrania pela Rússia em 24/2/2022 abalou alguns princípios básicos da política externa alemã. Por esse motivo, a Alemanha voltou as suas

atenções à Rússia e para uma política de defesa mais enérgica. Essa visão é muito estreita e limitada. A crise Israel/Hamas impôs as autoridades alemãs a necessidade de repensar novas posições para a diplomacia da Alemanha do pós 2ª Guerra, pois o mundo mudou drasticamente**.**

A solidariedade com Israel

A solidariedade irrestrita do Estado alemão a Israel está justificada pelo papel histórico da Alemanha no Holocausto.

Depois dos terríveis ataques do Hamas em outubro de 2023 que mataram 1.400 pessoas, a Alemanha rapidamente prestou irrestrita solidariedade ao Estado judeu — seguindo a política de Angela Merkel que enfatizava que “a segurança de Israel é uma razão de Estado para a Alemanha”.

Entretanto, a carnificina protagonizada por Israel em Gaza e a ameaça constante a Cisjordânia colocaram em xeque esse apoio. O posicionamento divergente sobre essa mais nova crise no Oriente Médio — protagonizada por Israel — vindo dos países emergentes e de potências não ocidentais — colocou o governo Scholz na parede. Essa solidariedade histórica colide com as intenções diplomáticas de Scholz de aprofundar relações mais sólidas com as nações emergentes do Sul global.

Ademais, a postura autoritária de Netanyahu (cerceamento do poder Judiciário) joga por terra um outro motivo do apoio da Alemanha a Israel, o fato de que supostamente ser a única nação democrática do Oriente Médio. Esses problemas estão agora nas mãos de Friedrich Merz.

Sanções econômicas

Ao amputar o seu braço militar desde o pós-guerra (imposição e aceitação), a Alemanha recorreu historicamente às sanções econômicas como mecanismo de demonstração de poder. Porém, essa política só é eficaz contra nações menos

relevantes. No mundo atual fica claro que o poderoso G-7 e os Estados da UE não são mais dominantes para determinarem os rumos da política global.

A tentativa de isolar a Rússia provou ser ineficaz. China e Índia e outras potências emergentes garantiram o não isolamento de Moscou durante essa guerra com a Ucrânia. Essa colaboração obriga a Alemanha a rever as suas diretrizes externas. As sanções econômicas não funcionam mais.

Política de defesa

As pressões sistêmicas estão forçando a Alemanha a repensar o seu setor militar. A guerra Rússia/Ucrânia e os devaneios vindos da Casa Branca em relação a integridade e viabilidade da OTAN, provocam uma mudança no discurso da Alemanha.

Ainda no governo Scholz, foi lançado um programa de rearmamento do país. A justificativa para tal profunda mudança é o novo tabuleiro político da região em construção. A invasão da Ucrânia pela Rússia demonstrou para as autoridades alemães a fragilidade do sistema de defesa da região. A comunidade de defesa internacional[1], fundada no pós-guerra com a liderança dos EUA, perdeu a sua credibilidade e legitimidade.

Friedrich Merz já demonstrou o seu compromisso em relação a nova política de defesa – dando continuidade as intenções de Scholz. Ademais, Merz declarou o seu apoio a uma reforma profunda no sistema de segurança da UE e crítica a nova postura de Washington em relação a quebra dos compromissos estabelecidos em 1949.

Reino Unido

O retorno do Partido Trabalhista ao poder em 2024 depois 14 anos, não foi o resultado de críticas contundentes e de propostas de mudanças sólidas apresentadas ao longo dos anos pelo partido. A vitória trabalhista esmagadora nas urnas foi o resultado de mais de uma década de políticas neoliberais desastrosas implantadas pelos Conservadores — o neo-thatcherismo obsoleto e comprovadamente ineficaz.

Economia

O Reino Unido ainda não se recuperou totalmente da catástrofe da crise financeira de 2008. O atual contexto econômico pressiona o Primeiro Ministro, Keir Starmer, por reformas estruturais imediatas. A vida do cidadão britânico médio continua preocupante com os preços altos dos alimentos, endividamento em larga escala, altos preços nos setores de moradia e energia. A demanda por uma mudança profunda nas políticas públicas (saúde, educação, transportes...) deve ser encarada com urgência por Downing Street.

O resultado do baixo crescimento e de preços altos é um ataque direto ao padrão de vida do britânico. Starmer prometeu mudança em julho do ano passado, porém a paciência do eleitor é curta. Nota-se que essa mesma paciência tem duplo padrão, pois os Conservadores durante 14 anos implantaram um receituário cruel.de austeridade que arruinou a vida de milhões de pessoas e que inclusive provocou o Brexit e a ascensão política do radical Farage.

Existe uma luz no final do túnel. Os índices macroeconômicos melhoraram, porém, estão longe do ideal. A saída é a abertura de um diálogo com o Banco da Inglaterra para baixar os juros e baixar os custos dos empréstimos para a população. O índice inflacionário baixo seria a justificativa para o governo de Starmer em pressionar o comandante da política monetária do país.

Não obstante, o compromisso de Starmer e do Labour é com o trabalhador e com o consumidor médio. As reformas estruturais e a recuperação das políticas sociais continuam lentas e amorfas. Os índices de aprovação do governo vêm aumentando (38% aprovação), porém 60% o desaprovam. Starmer tem 60% de aprovação dos eleitores do Labour e 35% de desaprovação. O aumento na aprovação geral do Primeiro Ministro foi fomentado pela sua postura externa e não pelo seu desempenho interno. O seu rival, Nigel Farage (idealizador e defensor do Brexit), continua em queda na sua popularidade.

Política Externa

O ponto forte do atual governo britânico é a sua política externa. Starmer defende o restabelecimento das relações do Reino Unido com a UE. No início de fevereiro Starmer foi convidado pelas lideranças da União Europeia a uma reunião formal. Esse foi o primeiro encontro de um Primeiro-Ministro britânico com a EU depois do Brexit. O discurso de Starmer reposicionou o Reino Unido no tabuleiro político do continente. O resultado foi positivo entre os seus parceiros históricos e pela população britânica em geral.

Starmer vem enfatizando uma política conjunta com a União Europeia sobre segurança e rearmamento. Essa proposta é bem-vista pelos europeus, mais explicitamente pela França e pela Alemanha. A questão da Ucrânia é o principal motivo para essa iniciativa. É evidente que a nova postura de Washington em relação a OTAN acelerou esse processo.

A “relação especial” entre o Reino Unido e os EUA pode salvar a questão da segurança na Europa? Ou podemos estar diante do fim das relações transatlânticas? A reunião entre os dois líderes em Washington no final de fevereiro foi vista positivamente pela imprensa britânica. Para muitos, Starmer é o único líder europeu que pode negociar com Trump.

Os desafios de Starmer são a reinvenção da OTAN, um protagonismo maior da Europa na questão Rússia/Ucrânia e uma política mais efetiva de segurança coletiva para a Europa com a participação cada vez maior do Reino Unido.